



**Universidade Federal do Pará**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós - Graduação em Geografia**

**JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA**

**NAS ONDAS DA POROROCA:  
REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PARÁ)**

**BELÉM/PA**  
**Outubro/2006**



**JORGE ALEX DE ALEMIDA SOUZA**

**NAS ONDAS DA POROROCA:  
REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PARÁ)**

Defesa da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEO- do Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFCH, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM/PA  
Outubro/2006

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Souza, Jorge Alex de Almeida

Nas ondas da pororoca: repercussões sócio-espaciais da atividade turística no município de São Domingos do Capim (Pará) / Jorge Alex de Almeida Souza; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. - Belém, 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2006.

1. Turismo - São Domingos do Capim (PA). 2. Turismo - Amazônia. 3. Turismo - Aspectos sociais - Pará. Título.

CDD - 22. ed.338.4791098115

---



**JORGE ALEX DE ALEMIDA SOUZA**

**NAS ONDAS DA POROROCA:  
REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO  
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PARÁ)**

Defesa da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEO- do Centro de Filosofia e Ciências Humanas- CFCH, da Universidade Federal.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

---

Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

---

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Belém/PA  
Outubro/2006

Aos meus pais, Clara e Jorge, que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis de minha vida, principalmente em meus estudos, isentando-me de várias obrigações.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter-me dado a vida e a esperança em seguir em frente e aos pais maravilhosos que tenho.

Aos meus irmãos Arlesson, Camila e Alessandra pela compreensão nos momentos de “crise”.

Aos meus avós, Honorina e Raimundo, pelo carinho e hospitalidade em São Domingos do Capim.

A todos os meus tios e tias, em especial, ao meu tio Carlinho por ser exemplo de vida; ao meu tio Edílson que disponibilizou seu tempo em me guiar pelos rios Capim e Guamá e, ainda, à minha tia Ana Souza pelo uso de seu computador. Sem eles a execução de meu trabalho seria mais difícil.

À minha namorada, Gê, pela compreensão e companheirismo. Sua presença alivia-me a alma. Obrigado!

Aos moradores de São Domingos do Capim sem os quais o trabalho seria em vão. Um abraço especial ao Sr. Raimundo da “Berta”, ao Sr. Idelfonso, ao Sr Miguel Peixoto, à Profa Neuza, à jovem Margareti, ao Marivaldo e a todos das comunidades do Município. Obrigado!

Aos meus amigos de bairro periférico (com muito orgulho, é nós!) Fábio, Rubinho, Romildo, Eliézer, Bruno, Francisco, Patrícia, Leila, Érica, Elinael, Daniel, Rogério; pessoas diferentes que me ajudaram a compreender as adversidades da vida.

Aos professores do meu ensino fundamental e médio pelas bases educacionais sólidas, às vezes sofridas e singelas que me ajudaram a vencer. Um especial abraço para as escolas Mário Barbosa, no bairro da Terra Firme e Pedro Amazonas Pedroso. Meu sucesso é o sucesso de vocês. Obrigado!

Aos professores e professoras do curso de Turismo da UFPA, com carinho à Profa. Msc. Helena Doris de A. Quaresma Barbosa e à profa. Msc. Silva Cruz, pessoas que marcaram minha vida acadêmica.

Às Profas. Dras. Goretti Tavares e Graça pela oportunidade em estudar a comunidade de Nossa Senhora do Livramento, agradeço a confiança depositada.

Ao orientador, prof. Dr. Saint-Clair, pela dedicação e empenho nas orientações e nos colóquios.

Ao prof. Dr. Genylton Rocha por auxiliar-me durante a elaboração do projeto de pesquisa, na fase inicial da seleção do Mestrado.

Aos novos amigos do Mestrado em Geografia. Valeu pela experiência!

Você vai navegando no rio, coisa e tal, de repente a canoa encalha numa praia que você não tem possibilidade de tirar a canoa do lugar. Você se lembra que é tempo de pororoca, você desembarca da canoa e vaza a cachaça em volta da canoa e espera a pororoca chegar. Quando chega perto, murcha, murcha completamente; depois ela arrebenta de novo, lá fora. Não sei se é verdade isso, mas sei que a pororoca tem muito mistério.

(Informante local, aposentado, 74 anos, Comunidade Nossa Senhora do Livramento, junho/2006).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização do Município .....	13
Figura 2 - A força de trabalho na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento..	74
Figura 3 - escoamento da produção de farinha realizado no espaço beira-rio .....	81
Figura 4 - Comunidade ribeirinha de São José do “S”. .....	81
Figura 5 - Igreja matriz do Município .....	84
Figura 6 - Imagem de Cristo na paisagem beira rio.....	84
Figura 7 - Paisagem ribeirinha .....	85
Figura 8 - Folder turístico da pororoca .....	90
Figura 9 - Folheto de propaganda do 6º Festival da Pororoca .....	91
Figura 10 - Folder de propaganda do 7º Campeonato de Surf na Pororoca. ....	94
Figura 11 - Paisagem beira-rio no período de Festival da Pororoca .....	100
Figura 12 - Localidade do Tóio .....	101
Figura 13 - Lanchas, voadeiras e jet ski .....	101
Figura 14 - Palco armado para o evento .....	102
Figura 15 - Paisagem beira-rio antes do turismo .....	105
Figura 16 - Paisagem beira-rio depois do turismo .....	105
Figura 17 - Outdoor do festival .....	115
Quadro 1 - Comparação entre o paradigma fordista e o paradigma da nova era do turismo ...	27
Quadro 2 - Estratégias turísticas nas ações governamentais na Amazônia .....	50
Quadro 3 - As espacialidades do turismo no Município de São Domingos do Capim .....	89
Quadro 4 - Serviços e/ou ocupações informais temporárias intensificadas e/ou relacionadas com o turismo no Município.....	95
Quadro 5 - Significado social dos moradores x dos turistas sobre o fenômeno .....	113
Quadro 6 - Empresas e Instituições que patrocinaram e/ou apoiaram o Festival da Pororoca no Município .....	117



## RESUMO

O presente trabalho estabelece reflexões sobre as repercussões da atividade turística em um município amazônico, o de São domingos do Capim (Pará). Ao longo de seu desenvolvimento no espaço local, o turismo, explorando a imagem de uma Amazônia que reúne aventuras, mitos e lendas, através do fenômeno da "pororoca", tem provocado repercussões sócio-espaciais no Município do ponto de vista de suas práticas cotidianas. Leva-se em conta que a atividade do turismo num município do interior do Pará, com características híbridas de espaço (ribeirinho e urbano) reestrutura temporalidades diversas, redefinindo, em conseqüência, formas e conteúdos do espaço local. Na presente análise, busca-se evidenciar o espaço vivido local e sua relação com a intensificação da atividade turística, em particular a dimensão cotidiana ribeirinha. Para tanto, a pesquisa utilizou-se da dialética espacial (LEFEBVRE, 1981) como reflexão diante da produção do espaço, tendo em vista os agentes envolvidos. No trabalho de campo, foram entrevistadas cinco categorias essenciais na produção do espaço: população local, turistas, patrocinadores, governo do Estado do Pará e poder público local. Os resultados revelaram haver concepções e intencionalidades diferentes relacionadas à inserção da atividade turística no Município, bem como seu planejamento e sua programação conflitaram com a dimensão do vivido ribeirinho.

Palavras-chaves: Turismo, temporalidades, cotidiano, pororoca.

## ABSTRACT

The current article establishes deliberations about the touristy activity repercussion at Amazonian municipality, the municipality of São Domingos do Capim (Pará). During his development on the local space, the tourism, exploring the image et a Amazonian that gather adventures, myths and legends, through of the pororoca's phenomenon have been provoked sociospatial repercussions at the city on the cotidians practice's point of view. Understanding that tourism active at a city of Pará' s interior, with hybrid characteristics of space (riparian and urban), restructures temporalities and territorialities diversas, defining again in consequence, forms and content of local space. In the present analysis, one searches to evidence the lived space local and its relation with the intensification of the tourist activity in the City, in particular the ribeirinha everyday dimension. For all, the research was used of the space dialectic (LEFEBVRE, 1981) as reflection ahead of the production of the space, in view of the involved agents. In the field work, five essential categories in the production of the space had been interviewed: local population, tourist, sponsors, government of the State of Pará and local public power. The results had disclosed to have conceptions and related different sciences to the insertion of the tourist activity in the city, as well its planning and its programming had conflicted with the ribeirinho lived dimension.

Word-keys: Tourism, temporalities, everyday, pororoca.

## SUMÁRIO

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### RESUMO

### ABSTRACT

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 TURISMO E ESPAÇO LOCAL</b>	21
2.1 DA VIAGEM AO TURISMO: AS EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO	21
2.2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: SIMULAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	36
2.3 ESPAÇO LOCAL E TURISMO: ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO	41
<b>3 ESPAÇO E TURISMO NA AMAZÔNIA</b>	48
3.1 DA NATUREZA HISTÓRICA AMAZÔNICA À NATUREZA CRIADA NOS PLANOS DE TURISMO PARA A REGIÃO	48
3.2 NATUREZA E COMPETITIVIDADE DO TURISMO: O EFEITO “CASCATA” NO ESPAÇO AMAZÔNICO PARAENSE	60
<b>4 SÃO DOMINGOS DO CAPIM: REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA</b>	69
4.1 SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PA) NO CONTEXTO AMAZÔNICO	69
4.2 ESPAÇO E VIVÊNCIA COTIDIANA: AS ESPACIALIDADES DE UMA AMAZÔNIA RIBEIRINHA	75
4.3 NAS “ONDAS” DO TURISMO: A ELEIÇÃO DE UMA MARCA E DE UM MARKETING PARA O MUNICÍPIO	87
4.4 DOS BARCOS, CANOAS E MONTARIAS A VOADEIRAS, JET SKI E PRANCHAS: REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM	97
<b>5 “DESAGUANDO” NAS CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	119
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	125
<b>7 APÊNDICE</b>	135
<b>8 ANEXOS</b>	141

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa constitui-se uma tentativa de mostrar a produção do espaço do Município de São Domingos do Capim<sup>1</sup> a partir da difusão do turismo, levando-se em consideração a importância de analisar o espaço vivido frente às diversas temporalidades inscritas no espaço local.

A descrição do visível e o raciocínio intelectual da transdução, focalizando as formas e os conteúdos difundidos pela atividade turística, possibilitará identificar e analisar a organização do espaço local, que é a expressão material e imaterial dos agentes ali presentes nas relações sociais historicamente construídas.

O espaço assume sua importância na produção histórica da sociedade, isto é, a acumulação dos bens materiais e imateriais que os indivíduos mantêm e necessitam à sua sobrevivência. Desse modo, a produção do espaço pressupõe uma noção voltada para seu conteúdo social, resultante do trabalho dos indivíduos com a natureza e suas relações entre si, como também, sua importância para a reprodução das relações sociais, ou seja, veículo dos processos sociais. Daí o entendimento do espaço como produto, meio e condição em sua interação com a natureza. Como “*locus*” de existência, o espaço apresenta vários agentes que têm atuado na mudança rumo à “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1999) na qual o valor de troca convive com as utopias sociais e as experiências vividas. Esses agentes apresentam ritmo e tempo diferenciados, exercendo dinâmicas e configurações sociais no e através do espaço.

No caso do presente estudo, o turismo - considerado como uma necessidade e fenômeno social consolidado da “sociedade urbana” - tem demonstrado reestruturar temporalidades e espacialidades diversas, tanto no que se refere ao espaço urbano como em outros espaços de tempos residuais. É nos espaços antagônicos e complementares que a programação de práticas do turismo, cria os simulacros, o consumo, os símbolos, os desejos. Constrói a representação da natureza como idílica e expõe ao mercado um modo de vida como “rústico” e “diferente”, na tentativa de conquistar mercado e proporcionar o desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> O Município possui 1.691,3 Km<sup>2</sup> de extensão, situa-se na parte leste do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste paraense, na Microrregião do Guamá. Possui as seguintes coordenadas: 01° 40' 45'' de Latitude Sul e 47° 46' 17'' de Longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com o Município de São Miguel do Guamá; à leste com Irituia, Mãe do Rio e Paragominas; ao sul com Aurora do Pará, e à oeste com Concórdia do Pará e Bujaru. São Domingos do Capim está a 130 Km de Belém e a 180 Km, em linha reta, do oceano Atlântico.

Nessas representações espaciais articulam-se o saber e o poder (TRINDADE JR, 1999), no caso do turismo, das políticas públicas, dos hotéis transnacionais, das empresas turísticas, das transportadoras, dos eventos, das agências e operadoras turísticas, compondo as relações espaciais das verticalidades na dimensão social em contraponto às atitudes do cotidiano que edificam os sonhos, as lutas e as resistências diante da lógica econômica e intelectual (RODRIGUES, 1997a; SANTOS, 1994).

Intensificado pela difusão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), o turismo desenvolve-se reestruturando lugares, modificando formas geográficas e/ou adaptando-as para expandir-se, pois ao produzir e consumir espaços, seu dinamismo resulta em novos conteúdos sociais relacionados aos novos objetos e formas geográficas (RODRIGUES, 1997a). Dessa dinâmica espacial, a relação forma-conteúdo (SANTOS, 1985) tem como resultado práticas espaciais (LEFEBVRE, 1981) mais técnicas, dirigidas, fabricadas para responder a objetivos definidos e programados; entretanto, opostos à dinâmica cotidiana de muitos espaços que estão num plano dos laços contínuos, de proximidades, sem intermediações de grandes aparatos informacionais e tecnológicos, como é o caso de São Domingos do Capim (FIG. 1, p. 13).

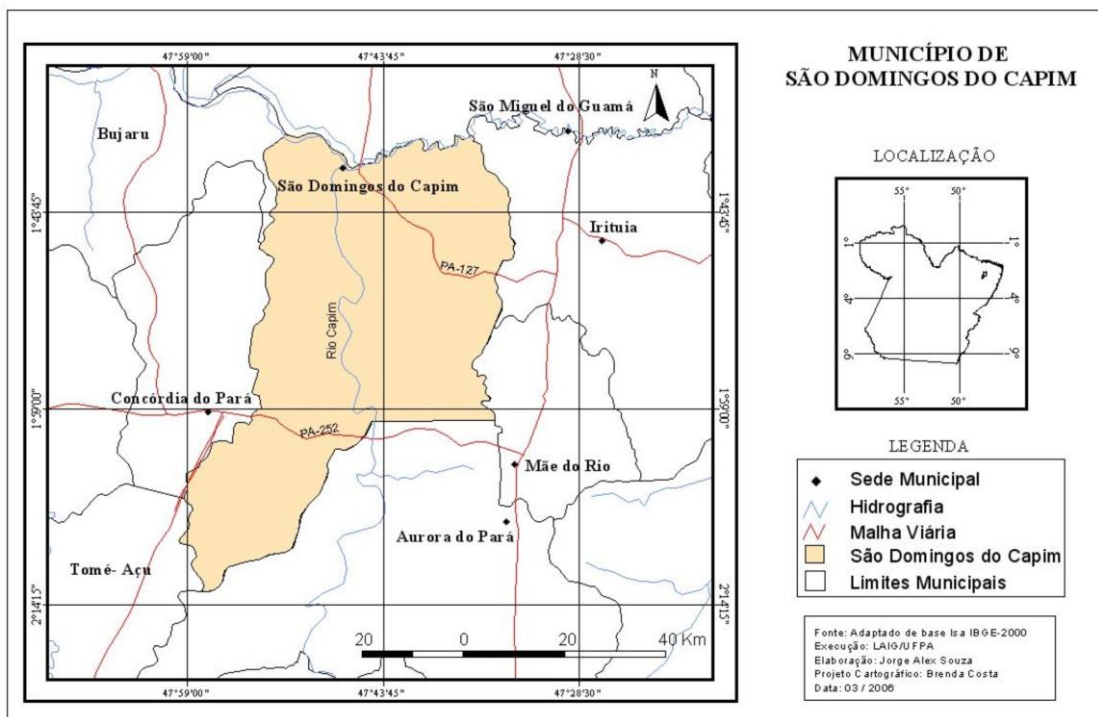


Figura 1 - Mapa de localização do Município

Fonte: Adaptado da Base Isa IBGE 2000.

Execução: LAIG/UFGPA

Elaboração: Jorge Alex A. Souza

Projeto Cartográfico: Bruna Costa

Nesse sentido, o turismo em São Domingos do Capim se articula ao ritmo e às necessidades urbanas. Está relacionado à dinâmica do tempo hegemônico, do saber e do poder. Interliga-se a um tempo residual, ou seja, a da dimensão ribeirinha. Assim, o fenômeno da pororoca cumpre um papel fundamental no desenvolvimento do turismo, na medida em que se transforma na marca da competitividade e no símbolo apropriado pelo marketing turístico. O modo pelo qual o *marketing* do turismo local vem sendo desenvolvido, fez com que os moradores locais depositassem na atividade a esperança de desenvolvimento. Atualmente, muitos moradores locais têm inovado seu lazer, pois, influenciados pela prática social da atividade, eles também tentam surfar na pororoca, com canoas e barcos, muito embora entre os moradores o lazer através do “*aparar*”<sup>2</sup> a pororoca já existisse. O que se observa é um novo sentido de lazer no rio Guamá durante e após o campeonato de surf e do festival da pororoca. É um lazer mais induzido, mercadológico, ao introduzir sonhos de consumo, assim como, a imagem criada para o Município desloca a dimensão ribeirinha à uma programação urbana.

Nesses termos, a espacialidade do turismo neste estudo tem como foco o universo amazônico, podendo ser interpretada através da análise triádica do espaço (LEFEBVRE, 1981). Isto significa que o percebido, isto é, a prática espacial em si, suas contradições e materializações no espaço são analisadas por meio da dialética do espaço em que as representações do espaço e o espaço das representações fazem parte da estrutura (no sentido dialético) do todo espacial.

Para o caso do turismo, as representações do espaço equivalem à coerção e ao controle exercidos pelos atores que detêm o saber e o controle do planejamento e a execução da atividade, como o Estado e a iniciativa privada em geral. Mas esta dimensão convive com as ações e experiências imediatas do vivido, do cotidiano dos sujeitos, permeados de significados, símbolos, afetividade, mas também de resistência e de esperança de uma realidade possível, contrária às representações do espaço.

---

<sup>2</sup> Segundo a pesquisadora Alessandra Souza/UFGA, os moradores locais mantinham seu próprio lazer no rio, principalmente, na ocorrência da pororoca, pois essa relação íntima favorecia a que muitos tivessem na pororoca um sinônimo de aventura, pois as ondas fortes estimulavam os moradores mais corajosos a “aparar a pororoca” ou seja, irem com barcos e montarias sentir a onda passar. Era uma diversão tanto para quem assistia como para quem estava no rio, porque ela os jogava para cima e para longe das margens do rio. Havia também o enfrentamento mais corporal do homem de São Domingos do Capim com as ondas, ou seja, não utilizavam barcos ou montarias para brincar, apenas esperavam a pororoca passar para que ela os empurrasse para cima, mas protegiam-se das forças e agressividade das águas segurando-se em varas grandes previamente fincadas no rio pelo próprio morador (Informação verbal. XI Fórum Paraense de Letras, realizado nos dias 04 a 07 de outubro de 2005 em Belém).

É com base nessa premissa que se lançam alguns questionamentos acerca da espacialidade do turismo em um Município amazônico, o de São Domingos do Capim (PA), que tem sua dinâmica alterada pela atividade turística. As indagações são as seguintes: Que elementos do turismo têm repercutido nas transformações sócio-espaciais em São Domingos do Capim? Quais as principais repercussões sócio-espaciais que o turismo tem provocado no espaço local? Qual (is) a(s) relação (ões) dessas transformações com o espaço vivido dos moradores locais e suas representações sócio-espaciais?

Assim, neste trabalho têm-se os seguintes objetivos a alcançar: identificar os elementos do turismo que repercutem nas transformações sócio-espaciais em São Domingos do Capim; analisar as principais transformações sócio-espaciais do turismo no espaço local e relacionar essas repercussões do turismo com o espaço vivido dos moradores locais e suas representações sócio-espaciais.

A investigação que este trabalho propõe, surgiu após estudo comparativo (monografia de conclusão de curso de Turismo/Universidade Federal do Pará (UFPA), elaborada nos anos 2002/2003) das percepções e atitudes dos residentes do Município de São Domingos do Capim, Pará, sobre o turismo, apresentando como abordagem analítica três aspectos: o econômico, o social e o ambiental. Os resultados do estudo revelaram a importância de investigar as mudanças cotidianas pelas quais passam os moradores em suas atitudes, costumes e tradições acerca do imaginário amazônico que envolve a pororoca<sup>3</sup> - principal atrativo turístico local -, que se transformou para, muitos entrevistados, num símbolo de identidade local e oportunidade de desenvolvimento e instrumento de combate ao possível “atraso” cultural.

Após a conclusão do curso de graduação, a realização dos estudos na especialização em turismo (UFPA), no ano 2005, possibilitou o aprofundamento dos estudos sobre as

---

<sup>3</sup> A explicação científica se detém na origem do fenômeno que envolve uma série de circunstâncias físicas para a manifestação da pororoca, mas ao mesmo tempo, utiliza de descrição fantástica baseada nas experiências cotidianas de muitos caboclos amazônicos. Por exemplo, para Guerra (1993), é o nome dado ao impacto causado pelo encontro das águas oceânicas em sentido contrário com as dos rios, fazendo grande barulho, ouvido a distâncias; o mar acaba vencendo o Amazonas e seus afluentes. Hage (2003) numa mescla de explicação científica e marketing turístico introduz seu conceito na discussão sobre o fenômeno. Para o autor, a causa da pororoca é a influência das marés que proporciona grandes ondas, avançando em direção contrária à da corrente do rio, destruindo tudo o que encontra em seu caminho. Ela é precedida de um som reboante e profundo, é um espetáculo, um misto de horror e grandiosidade, que causa pavor aos habitantes e admiração aos turistas. De modo geral, de origem Tupi ( *poroc poroc = grande estrondo* ), a pororoca nasce na foz do rio Amazonas e, com o movimento de fluxo e refluxo das marés, as ondas passam aproximadamente de 12 em 12 horas e podem chegar a uma altura de 3,5m a 4,0m. Diferentes das ondas do mar, a pororoca tem duas correntes em sua formação. Uma que passa por cima, a do mar, e outra por baixo que corresponde a do rio, formando, assim, como num duelo de forças entre o mar e o rio, este fenômeno, pouco comum no planeta (CARVALHO, 1942; TERRA, 1999).

influências do turismo nas representações sociais referente à pororoca. Esta análise teve como questão orientadora o cotidiano dos moradores e suas relações com a pororoca e as possíveis interferências do turismo nessa dinâmica. As contribuições da Antropologia foram essenciais para analisar os fenômenos sociais concernentes à prática de campo, bem como conhecer a organização espacial dos moradores locais.

A discussão de caráter espacial, obriga à uma análise que abarque a complexidade da produção do espaço local impulsionado pela atividade do turismo, ao mesmo tempo em que procura na dimensão do cotidiano, elucidar possibilidades de um novo desenvolvimento capaz, no seu processo, superar problemas e conquistar “condições político-institucionais, espaço-territoriais propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva”, pois a concepção de desenvolvimento exige diversas dimensões sociais, como também de espaço (SOUZA, 1997a, p. 18-19).

Assim, a análise está em conformidade com a difusão do turismo, na medida em que implica considerar os diversos conteúdos sociais que se apresentam no espaço. Isto aliado à história do espaço local, ou seja, das diversas contribuições histórico-culturais que delineiam as vivências e as práticas sociais de São Domingos do Capim, tendo em vista a coexistência entre outros agentes que articulam outras relações sociais na dimensão do urbano. Na presente dissertação, pretende-se ampliar as análises sobre as repercussões sócio-espaciais do turismo no espaço local. Para analisar as repercussões sócio-espaciais da atividade turística em São Domingos do Capim, além da orientação teórica adotada à reflexão das contradições espaciais, fez-se necessária a operacionalização da pesquisa, através da escolha de procedimentos e técnicas em conformidade com os objetivos deste projeto.

Assim, a abordagem qualitativa na condução do trabalho pressupõe o entendimento de que os fenômenos sociais e a realidade sócio-espacial do objeto de estudo são dinâmicos e incomensuráveis para uma análise que se pretenda enquadrá-las numa mensuração estatística (MINAYO,1994), isto porque, a dialética do espaço, como requisito teórico, aponta uma direção sempre ao futuro, ao possível e às mudanças estruturais da história social.

Diante do exposto, a pesquisa compreendeu momentos diferentes e importantes à finalidade do trabalho. Nestes termos, antes do trabalho *in loco*, tornaram-se essenciais o levantamento e a análise bibliográfica relativa ao estudo em questão. A esta conduta somaram-se o levantamento e análise documental referente aos assuntos e temas pertinentes ao desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim e seus principais agentes envolvidos.



Nessa etapa, a pesquisa focalizou a imprensa escrita (jornais e revistas especializadas); recursos audiovisuais (programas televisivos, documentários etc.); publicação de livros, teses, monografias, publicação avulsas, entre outros. As condutas necessárias para sistematização e análise dos conteúdos foram as anotações em fichas bibliográficas, o que exigiu princípios básicos de registro das obras consultadas, tais como: identificação, localização, compilação e fichamento. A importância dessa etapa está na atualização dos assuntos relativos à problemática de estudo, posto que a pesquisa bibliográfica e documental oferecem condições para definir e apontar sugestões não somente aos problemas conhecidos, como também, para explorar sob um olhar diferenciado um tema novo, com intuito de alcançar análises e conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Assim, a pesquisa bibliográfica permitiu embasar teoricamente a análise que o presente trabalho propõe-se realizar, a partir do enfoque dado ao espaço das representações e suas materializações no cotidiano dos moradores de São Domingos do Capim face ao desenvolvimento do turismo; bem como, esse recurso pressupõe reconstituir, através da reflexão dialética, o processo de produção do espaço local, e, assim, datar as relações sócio-espaciais ali presentes.

A pesquisa documental, por outro lado, possibilitou a identificação de ações ligadas aos processos de implementação do turismo. Isso se deu através de análises de relatórios, mensagens oficiais, planos e programas e registro jornalístico que tiveram relação com a intensificação da atividade turística no Município e sua espacialidade.

Para o trabalho *in loco*, no que diz respeito às observações, às entrevistas e aos diálogos, foram seguidos os procedimentos de Malinowski (1977) -“a etnografia do diário”- complementados pelos ensinamentos de Oliveira (1996) que preconiza na pesquisa de campo **o olhar, o ouvir e o escrever**, pois:

O olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo [...] é seguramente no escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica [...] Devemos entender por escrever o ato exercido por excelência no gabinete, cujas características o singularizam de forma marcante, sobretudo quando comparamos com que se escreve no campo, seja ao fazermos nosso diário, seja nas anotações que rabiscamos em nossas cadernetas (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

A observação, neste estudo, apreendeu os fenômenos sócio-espaciais, com intuito de desenvolver a criatividade no terceiro momento do ato cognitivo (transdução), ao interpretar a realidade sócio-espacial e construir um pensamento fecundo a respeito do objeto de estudo. Esse procedimento pressupõe visualizar os embates entre as representações do espaço

desenvolvidas pelo governo do estado, poder local e iniciativa privada com a dos espaços das representações, ou seja, aqueles espacializados, a partir dos símbolos, de identidades, do imaginário, da festa, em suma, da dimensão cotidiana dos residentes locais (LEFEBVRE, 1981). A partir dessas premissas, a conduta na coleta de informações priorizou os relatos, as conversas, as relações sociais no ambiente de trabalho, nas atividades lúdicas, nas práticas de lazer e nos momentos do festival e do campeonato de surf na pororoca principalmente.

Outro procedimento de coleta de informações que assumiu importância neste trabalho, diz respeito à importância da história oral, pois esse recurso consiste em permitir ao pesquisador o ingresso na vida de outras pessoas, ter um contato mais humano, informal, e assim, mais profundo das experiências e vivências comunitárias (TOMPSON, 1992). Oferece condições ao pesquisador de vislumbrar atitudes e ações cotidianas em ambientes diversos e momentos relevantes, e, desta feita, elucidar a dimensão do vivido em São Domingos do Capim (PA), que está numa outra temporalidade em relação às práticas do turismo. Para isso, a pesquisa focalizou, em particular, os residentes mais antigos a partir dos relatos de suas experiências cotidianas, envolvendo a pororoca (desde a infância até os dias atuais), sem muito formalismo. Assim, o diálogo se dá a partir de algumas pautas que buscam chegar aos objetivos propostos.

O trabalho de campo desenvolveu-se em períodos diferentes. Primeiro, durante o Festival e o Campeonato de surf na pororoca (ano 2005). Nessa etapa, a pesquisa exploratória aparece como primeira experiência do pesquisador com o objeto de estudo. Consistiu na preparação do pesquisador frente às peculiaridades da área de estudo, com objetivo de obtenção de maiores informações e de constatação de algumas hipóteses e teorias trabalhadas. Contemplou a verificação de possíveis fenômenos sociais relevantes anotados em caderno de campo e, também, a realização de entrevistas com os organizadores do evento (Secretaria de Esporte e Lazer e poder público local) e com alguns frequentadores da programação cultural, tendo como pano de fundo as representações sócio-espaciais e o turismo na cidade (TRIVIÑOS, 1987).

Na segunda etapa (ano 2006), a observação sistemática somou-se aos demais procedimentos, no intuito de oferecer e confirmar dados e observações acerca da dinâmica sócio-espacial dos atores envolvidos durante o andamento dos eventos no Município. É um instrumento que possibilitou descrever os eventos e as circunstâncias, os conflitos, os comportamentos e as relações interpessoais dos atores numa dada realidade (CHIZZOTTI, 2005).

Após a caracterização da área e do problema de estudo, desenvolvidos na fase anterior, assumiram importância as entrevistas semi-estruturadas, elaboradas de acordo com os objetivos elencados no projeto de pesquisa e direcionadas às categorias definidas na fase anterior da metodologia, a saber: população local, turistas, patrocinadores e organizadores dos eventos turísticos desenvolvidos no Município. Assim, respectivamente totalizaram para cada categoria 45, 30, 5 e 6 entrevistas. Esta técnica permitiu ao pesquisador realizar suas indagações de acordo com o andamento do diálogo, da disposição do entrevistado ou grupos de sujeitos, deixando-o(s) livre (s) para expor(em) suas opiniões, expressões e desejos, contribuindo para a pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987). Para tanto, esses procedimentos metodológicos implicaram na utilização de recursos e de técnicas de coleta de dados como máquina fotográfica, aparelho de gravação em fita e caderno de campo que se tornaram indispensáveis durante as pesquisas em São Domingos do Capim.

De posse dos dados e informações, realizou-se a sistematização e análise dos resultados, que neste trabalho estão estruturados em três capítulos. Assim, no primeiro capítulo discute-se o turismo como fenômeno urbano consolidado no século XX e algumas concepções de desenvolvimento inerente ao crescimento da atividade. Faz-se, ainda a relação entre turismo e espaço geográfico e às repercussões do turismo no espaço vivido. Portanto, nesta parte, há de modo explícito a orientação do autor em entender a produção social do espaço, impulsionada pela atividade turística mais especificamente seu reatamento no cotidiano ribeirinho, ou seja, no vivido espacial. Nessa produção espacial destacam-se atores hegemônicos, como o Estado, na programação do lazer e do entretenimento, assim como, o papel da iniciativa privada no desenvolvimento da atividade.

No capítulo seguinte, expõe-se e analisa-se a inserção da Amazônia e do Pará no modelo de turismo internacional e seus mecanismos de deslocar a natureza histórica amazônica para uma natureza criada e simulada através do marketing turístico veiculado nos planos da atividade à região.

No último capítulo, parte consubstancial da pesquisa, analisa-se o Município no contexto amazônico, com o objetivo de datar a produção do espaço antes do turismo. Há uma reflexão do cotidiano ribeirinho amazônico e do município, com o propósito de apontar vivências, características e objetos geográficos que indicam um tempo residual, que irá se relacionar com o estilo de vida urbano, intensificado pelo turismo. Dessa interação entre tempos diferentes resultam repercussões sócio-espaciais ligadas ao cotidiano ribeirinho e suas representações sócio-espaciais, além dos conflitos, contradições e percepções relacionadas ao turismo, tendo em vista os atores envolvidos neste desdobramento.

O objetivo, por fim, é contribuir para que a concepção de desenvolvimento turístico não se restrinja às reestruturações físicas, ao visual, à paisagem natural, privilegiando, apenas alguns setores da sociedade e ao mesmo tempo relativizar o uso de um dos instrumentos do planejamento, o marketing que atua na promoção dos lugares para o mundo.

## 2 TURISMO E ESPAÇO LOCAL

### 2.1 DA VIAGEM AO TURISMO: AS EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Turismo é um fenômeno essencialmente moderno, criado pela necessidade da sociedade urbana. Entretanto, vem sendo construído ao longo da história, pois considerando os relatos dos viajantes na literatura clássica, como, por exemplo, a *Odisséia*, está presente no imaginário do ser humano o desejo de realizar novas aventuras, de conhecer culturas, lugares, um mundo novo, diferente (MARCO PÓLO, 1985). No medievalismo, as viagens eram realizadas pela aristocracia em busca de conhecimento intelectual e enriquecimento cultural ao percorrer e apreciar países e povos da Europa, suas paisagens, seus hábitos e seus costumes.

Mas, com a Revolução Industrial no final do século XVIII, na era moderna, os deslocamentos para fins de lazer e viagens deixam de ser localizados apenas no “velho continente” e expande-se para outros lugares haja vista a invenção de novos meios de comunicação e dos transportes mais rápidos que encurtaram a distância entre vários lugares e países do mundo. A sociedade (ocidental) enfrenta uma transformação dos hábitos diários e citadinos de uma cidade com traços rurais, cuja dinâmica dependia do poder da aristocracia e do clero, ou seja, do absolutismo monárquico. As viagens e passeios deixam de ser feitas por “aristocratas” e passam a ser predominante nos costumes e hábitos de uma nova sociedade, a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).

Mas essa mudança não quer dizer que os valores “aristocratas” deixam de existir. Eles são apropriados e adaptados segundo a visão de mundo de uma nova classe dominante: a burguesia, que no século XIX, reunia maiores condições materiais para o lazer e viajar para diversos lugares; ao contrário dos operários industriais, que trabalhavam mais de 14 horas diárias sem direito a férias e a outros benefícios (que hoje são conquistas ameaçadas pela flexibilização econômica). Deu-se o início à formação de parcelas da burguesia comercial e industrial que dispunham de tempo e dinheiro para viajar e aproveitar o conforto que a revolução tecnológica proporcionou nos meios de transportes, como foi o caso de trens e navios com grande sofisticação e luxo para viagens intercontinentais.

No século XIX, predominam as mudanças, os deslocamentos, os períodos de viagens e de retorno, porque a vida urbana, sobretudo na Europa (França e Inglaterra, por exemplo) significava o ritmo frenético para o trabalho, o aumento da poluição, o aumento das periferias, da violência etc. A vida urbana exigia o descanso, a reposição das forças para as atividades industriais, uma solução contra as neuroses urbanas. O lazer constitui-se em uma das

alternativas a um ambiente desumano das cidades industriais, com insalubridades, segregação social, apresentando poucas áreas verdes em moradia operárias.

Ao mesmo tempo, a ciência contribuía para a organização do turismo com avanços na infra-estrutura de comunicação e dos transportes, o que possibilitou a construção de veículos mais econômicos e lucrativos, oferecendo aos usuários conforto, segurança e tempo mínimo de viagem. As comunicações auxiliaram no controle do tempo de viagem, das informações de hospedagens e reservas, dos avisos de calamidades e perigos nas estradas (CAMARGO, 2003).

Pode-se dizer que o turismo foi organizado, direcionado para um estrato social privilegiado em meados dos séculos XIX, mas com a prática social o turismo passa a integrar um tempo livre destinado ao lazer, como também de infra-estrutura e serviços, para expandir-se como fenômeno social consolidado no século XX, capaz de materializar as relações sociais e suas contradições e conflitos nos espaço geográfico (RODRIGUES, 1997a).

Outra transformação da sociedade que incentivou vários deslocamentos com motivação para viagens e turismo se refere à representação da natureza, cujos aspectos como paisagem, mar, praia, campos verdejantes tiveram novos significados para a cultura ocidental, o que significa que, em muitos casos, a natureza simboliza o equilíbrio espiritual, o retorno a si mesmo, ou ainda, a volta ao Jardim do Éden. Ela cumpre um novo papel social para a sociedade moderna, no que tange às fugas da vida urbana, marcada por trabalho intensivo (em ambientes de poluição e perigo), tráfego caótico, problemas de habitação e saneamento, proliferação de doenças etc., como se a natureza (endeusada) fosse um equilíbrio para os problemas sociais.

Na tradição judaico-cristã, a natureza, representada pelas fúrias das águas, era a justiça de Deus para a salvação da humanidade, e o dilúvio era sua espada contra o mal que assolava a terra (BÍBLIA SAGRADA 6; 7). Na mitologia Grega as águas eram revestidas de aventuras, perigos e da decisão de *Poseidon* em dar prosseguimento às viagens. No século XIII, uma das raras exceções, é o exemplo do veneziano Marco Pólo que, através de suas narrativas, estimulou o imaginário ocidental na busca de uma natureza com sinônimo de riquezas e aventuras, desmitificando aquela idéia sobrenatural das águas, no caso, do mar que servia de comunicação com outros recantos do mundo (COELHO, 1999; CORBIN, 1989; DIEGUES 1995).

As lendas romanas, das sonhadas ilhas de ouro e prata, mudando de lugar com fogos-fátuos, atraíam sempre de longe outros povos marítimos [...] Os livros de Marco Pólo e Mandeville despertavam no ânimo dos aventureiros novas ambições de conquista, o amor ao mistério das regiões desconhecidas, a curiosidade do maravilhoso, o reaparecimento do espírito das cruzadas (PRADO, 1997, p. 54).

Os viajantes dos séculos XVI e XVII ainda continham uma representação “demoníaca” do mar, o qual dependia de uma força extraordinária para acalmar suas ondas. No dizer de Corbin (1989), essa representação do mar fazia com que navegadores portugueses e espanhóis lançassem objetos às águas revoltas como oferenda a Deus e a santos na tentativa de assegurar uma boa viagem marítima. Entretanto, em meados dos séculos XVII e XVIII, na França e Inglaterra, algumas literaturas de estilo barroco apontam uma transição da representação de horror, medo, purgatório por uma concepção de natureza divina, uma obra cujo espetáculo o homem como criatura deve edificá-lo, conservá-lo como dádiva e “paraíso verde”.

Essa breve vocação permite captar uma das motivações profunda da viagem turística: doravante as elites sociais buscam aí a ocasião de experimentar essa relação nova com a natureza, encontram aí o prazer até então o desconhecido de usufruir um ambiente convertido em espetáculo (CORBIN, 1989, p. 35).

A imagem de uma natureza-espetáculo é reforçada no século XIX através do romantismo europeu, o qual se estendeu a outros continentes, que tinha na natureza o retorno ao mundo perdido, ou ao mundo ideal e utópico, próprio do pensamento emergente desse período. Numa transição entre os séculos XVIII e XIX, a representação da natureza sofre mudanças devido ao progresso científico e de seus instrumentos na busca da verdade que, dessa forma, combateu as idéias, as explicações e as crenças religiosas acerca do homem e da natureza.

É o momento que se verifica as viagens feitas com caráter científico pelo mundo, a exemplo de Alexander Von Humboldt (1799-1803) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), haja vista que outras formas de reflexão sobre o mundo e o indivíduo se desenvolveram, pois através da filosofia iluminista vieram o racionalismo, o empirismo e o idealismo alemão propondo maneiras de explicar a natureza e sociedade (COELHO, 1999; GOMES, 1996).

As primeiras escolas representadas por Descartes (1596-1650), Leibniz (1646-1716), Spinoza (1632-1677), como também por John Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), postulavam o poder da razão ou da experiência em conhecer as coisas. A última, de acordo com alguns autores, é denominada também de *Filosofia da natureza*, que combatia o universalismo da razão na explicação da realidade.

O fundamental, para o idealismo, é o espírito, a consciência ou a idéia que valorizava o mundo através do lirismo, da subjetividade, da sensibilidade e da imaginação, vistas, estas

características, na literatura e na arte como superação do racionalismo. (CHAUÍ, 1981; GOMES, 1996; HAESBAERT, 2002 REALE, 1991).

O culto da natureza, enquanto elemento da atmosfera romântica, também impregnou certas obras literárias da época. Os grandes roteiros naturais, mostrando a variedade, o exotismo e a beleza da natureza faziam contraposição ao mundo vazio e frívolo de uma sociedade perdida nos espaços alienados da cidade (GOMES, 1996, p.107).

As representações sobre a natureza mudam conforme avanços científicos, culturais, políticos, econômicos da sociedade, posto que são permeadas de contradições e são inerentes à história da humanidade; portanto é possível dizer que contar a história da natureza é também relatar a dos sujeitos (CARVALHO, 1994). É neste transcurso histórico que a natureza passa a ser um recurso primordial do turismo no qual a idéia de desenvolvimento a concebe com uma vantagem e possibilidade de um produto diferencial capaz de atrair uma demanda específica, garantindo - em conjunto com outras medidas -, uma competitividade espacial, que poderá ocasionar um suposto desenvolvimento.

Esta transformação do significado da natureza para o turismo é fundamental no que concerne às estratégias de planejamento e do papel do marketing de várias cidades que a concebem como um recurso, um diferencial mercadológico e, portanto, um espetáculo para turistas verem. Aliado a isso, a democratização dos meios de transportes, o crescimento dos níveis de vida, de renda e a capacidade maior dos gastos da população (dos países desenvolvidos), a redução da jornada de trabalho e a conjuntura após a Segunda Guerra, gerou uma das maiores mobilidades espaciais com fins de lazer, e, por conseguinte, de turismo (SONEIRO, 1991).

Em muitos países, o turismo estimulou setores industriais em crise, aumentou o dinamismo do setor de serviços, gerou emprego e renda, tornando-se a principal atividade econômica que equilibrava a balança de pagamentos. Empresários nacionais e internacionais se interessaram por um novo segmento prósperos do mercado de consumo que no século XX se tornara um dos maiores setores econômicos do mundo, no qual fazer turismo é sinônimo de *status*, uma aspiração de indivíduos da sociedade urbana.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), representatividade institucional maior que trata o planejamento e a gestão do turismo mundial, propõe em 1975 que se adote o turismo na estrutura administrativa pública, como forma de países, mormente os em desenvolvimento, controlarem e planejarem a atividade turística. Nos anos de 1980, em plena



crise do fordismo<sup>4</sup>, a OMT recomenda a flexibilização do desenvolvimento do turismo nacional, o que permite, desse modo, a presença decisória da iniciativa privada em conduzir e executar atividades relativas à atividade.

O papel do Estado, nesse contexto, resume-se em providenciar as condições da implementação do turismo através da coordenação e regulamentação institucional com elaboração de programas e estratégias de ação visando ao seu desenvolvimento de maneira integrada. Na década de 1990, a OMT mudou de orientação quanto à política de turismo, pois o Estado cumpre, agora, a função elementar de articulador entre as políticas públicas para o setor e a iniciativa privada (BENI, 2003).

A concepção de desenvolvimento, implícita nos documentos oficiais de turismo, prioriza a dimensão econômica, cuja base teórica tem na economia clássica sua explicação e idéia de desenvolvimento, de modo que o relaciona ao processo de acumulação, lucro e das várias possibilidades de extrair dos recursos naturais as riquezas e matérias-primas sem levar em conta a equidade social, econômica, justiça e qualidade de vida (HALL, 2004).

A crise da economia mundial provocou a elaboração de estudos relativos a um modelo de desenvolvimento que fugisse à rigidez fordista, haja vista o desemprego, os níveis de exportação em queda e os baixos índices de desenvolvimento registrados em vários países. A globalização exige um novo paradigma que tenha em seu escopo a flexibilização econômica como uma saída para crise. No que se refere ao turismo, além do paradigma do desenvolvimento local, surge, segundo Fayos-sola *apud* Fonseca (2005) e alguns documentos da OMT apontam, um novo momento do turismo que prima pela competitividade, a fim de atingir o desenvolvimento em espaços turísticos. Autores como Possas (1996) e Porter (1989) acreditam que a competitividade, aliada a uma ambiência entre os agentes econômicos, estimula a criatividade e a inovação, o que pode ocasionar o desenvolvimento no setor produtivo nacional.

Nesse estado de fadiga teórica e/ou de várias discussões viciadas sobre o desenvolvimento<sup>5</sup> (SOUZA, 2004), o turismo vem buscando novos espaços de inserção no sistema produtivo de vários países, contendo uma base teórica mais elaborada e persuasiva em que o neoliberalismo econômico faz parte da política de turismo da maioria das nações, quer

---

<sup>4</sup> Modelo de desenvolvimento que prima pela produção, distribuição e consumo. Tem como princípios gerais, a organização do trabalho e técnicas que formam um paradigma tecnológico, exigindo formas estáveis de relação de trabalho e de salários, formas de relações entre bancos e firmas, criação e controle de créditos e moedas e a inserção do Estado na regulação econômica (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990).

<sup>5</sup> Para Souza (2004, p.60), após a Segunda Guerra Mundial, as discussões teóricas sobre desenvolvimento tornaram-se reducionistas, com reelaborações economicistas, etnocêntricas e teleológicas, isto é, o desenvolvimento é concebido e realizado por etapas, por uma noção historicista da realidade sócio-espacial.

por pressão quer por interdependência política e econômica. O meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) reestruturou as atividades produtivas, a geração de emprego e renda, as relações de organização de trabalho, e, no caso do turismo, houve uma nova concepção de desenvolvimento e gestão da atividade no que tange à competitividade entre países e regiões.

Para Fayos-Sola *apud* Fonseca (2005), existe um paradigma de desenvolvimento do Turismo, marcado não pelos pacotes rígidos e de pouca qualidade que eram oferecidos por um produto turístico no modelo fordista, pois a globalização exige da atividade novas características produtivas no que tange à gestão e ao entorno macroeconômico (QUADRO -1, p.27).

Não basta agora construir modelos de desenvolvimento tendo como parâmetro as teorias das vantagens comparativas<sup>6</sup>, dos séculos XVIII e XIX de David Ricardo. É necessário ir além das vantagens comparativas para que o produto turístico se torne competitivo no mercado global, pois ele tem que oferecer novos valores (agregados) para ser qualitativo e conquistar *clusters*<sup>7</sup>. (Fonseca, 2005; ORGANIZAÇÃO, 1998; Poter 1989).

A educação e formação específica para atividade turística, a melhoria de canais e meios de informação do destino, o esforço permanente por introduzir inovações. São as grandes linhas de atuação que permitem melhorar a competitividade no contexto atual (ORGANIZAÇÃO, 1998, p. 200).

Esse novo momento tem como características: a) a necessidade de identificação dos *clusters* do turismo, ou seja, há uma supersegmentação da demanda, que obriga os planejadores e gestores a delinear os gastos e as necessidades dos turistas, de modo a permitir o desenvolvimento de produtos para a demanda, o que repercute nas tipologias/modalidades do turismo: turismo de aventura, ecoturismo, religioso, gastronômico etc. b) a flexibilidade do *trade*<sup>8</sup> de se adaptarem às necessidades da demanda, tornando essenciais mudanças na organização, na produção e na distribuição do produto turístico, a exemplo de novas formas de pagamentos, de reservas e de consumo; e c) uma ambiência nas relações das empresas do *trade* que possibilite uma integração, visando não apenas uma competição num ramo restrito

---

<sup>6</sup> No modelo fordista, em geral, para atrair investimento, as vantagens consistiam na disponibilidade dos fatores de produção, como recursos naturais, mão-de-obra barata, desvalorização monetária, por exemplo.

<sup>7</sup> A idéia de *Cluster* é abrangente e pode ser entendida como a concentração setorial e geográfica de empresas, cuja característica, entre outras, é o ganho da eficiência coletiva, isto é, na vantagem competitiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta (AMADO NETO, 2000).

<sup>8</sup> Conjunto de operadoras e empresas do mercado turístico que comercializam seus pacotes e serviços aos consumidores, os turistas (LAGE, 1994).

da atividade, mas que a competitividade alcance outros setores econômicos obtendo sinergias de diferentes produtos:

A competitividade turística dependerá, obviamente, tanto das funções inerentes à empresa (investigação, desenvolvimento, formação, gestão, produção, comercialização, pós-venda, etc.) como do entorno institucional e infra-estrutural da atividade turística (FAYOS-SOLA *apud* FONSECA, 2005, p. 67).

Nesse paradigma, o planejamento e execução da atividade turística estão voltados às questões de ordem sócio-ambientais e a uma maior compreensão sobre os benefícios da preservação ambiental, de modo a garantir a durabilidade e a qualidade dos serviços e produtos turísticos de uma região.

QUADRO 1 - Comparação entre o paradigma fordista e o paradigma da nova era do turismo

VELHO TURISMO	NOVA ERA DO TURISMO
DEMANDA	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sol</li> <li>- Turismo de massas</li> <li>- Ausência de critérios próprios</li> <li>- Mercado indiferenciado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivações complexas</li> <li>- Individualismo</li> <li>- Altas exigências</li> <li>- Segmentação complexa</li> </ul>
INPUTS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecnologias isoladas</li> <li>- Tecnologias que permitem reduzir custos</li> <li>- Recursos humanos – custo de produção</li> <li>- Condições ambientais – irrelevantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecnologias integradas</li> <li>- <i>High tech – high touch</i></li> <li>- Recursos humanos – chave da qualidade</li> <li>- Condições ambientais – chave para qualidade</li> </ul>
GESTÃO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Competição baseada no preço</li> <li>- Economias de escala</li> <li>- Venda do que se produz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Competição através da inovação</li> <li>- Economia de escala e de <i>scope</i></li> <li>- Produtos desenhados para responder a exigências do consumidor</li> <li>- Gestão de capacidade</li> </ul>
ENTORNO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulação</li> <li>- Crescimento econômico</li> <li>- Externalidades incontroladas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desregulação</li> <li>- Reestruturação</li> <li>- Internalização das externalidades</li> </ul>

Fonte: FAYOS-SOLA *apud* FONSECA (1996)

Acredita-se que é de suma importância compreender as bases teóricas da atual discussão sobre os novos fatores de competitividade no contexto da globalização referente ao turismo. Os Estudos de Porter (1989), por exemplo, influenciaram as perspectivas de competitividade nos planos e políticas de turismo, como é o caso da formulação da

flexibilização econômica turística da OMT e da Espanha que adotou a “teoria do diamante”, de Porter, para elaborar o *Plan Futures* em 1990, o qual marca a inserção da idéia de competitividade do turismo espanhol (ORGANIZAÇÃO, 1998; FONSECA, 2005).

No Brasil, a competitividade como propulsora de desenvolvimento turístico aparece nos programas federal e estadual de turismo a partir dos anos de 1990, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo - Roterios do Brasil, o que marca as influências desse paradigma nas elaborações de políticas públicas nas regiões do Brasil, e, em especial, na Amazônia, devido à sua biodiversidade.

De modo geral, para Porter (1989), nesse paradigma, as vantagens comparativas são minimizadas enquanto que as vantagens competitivas possuem maior peso na concorrência entre as empresas e localidades e/ou região. Assim, a competitividade implica produtividade, ou seja, as empresas ou regiões precisam oferecer produtos ou serviços com mais eficiência e qualidade. A competitividade está relacionada ao “ambiente competitivo”, o qual implica na capacidade de estimular a concorrência por meio da “pressão competitiva”. Esta concerne a um conjunto de condições do mercado que mantêm as empresas sob pressão permanente de ameaça de perda de mercado e de rentabilidade, ocasionando a eficiência produtiva que através de um ambiente competitivo as empresas e/ou regiões são capazes de criar inovações tecnológicas (PORTER, 1989).

Nessa perspectiva, o autor menciona a relevância de um “agrupamento” no novo paradigma competitivo no qual os vários agentes econômicos focalizam ações e pensamentos em torno da produtividade, pois

os agrupamentos não só reduzem os custos das transações e aumentam a eficiência, como também melhoram os incentivos e criam ativos coletivos sob a forma de informação, instituições especializadas e reputação, entre outras. Mais importante, os agrupamentos permitem a inovação e a melhoria da produtividade. Além disso, facilitam a formação de novos negócios (PORTER, 1989, p. 01).

Possas (1996) também ressalta a importância de uma ambiência competitiva para que as “externalidades” cheguem às empresas de modo a garantir meios mais produtivos a seus fatores de produção e que alcancem a eficiência e capacidade de inovação. Isso aliado aos centros de pesquisas, universidades e a uma política de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no setor econômico. Possas (1996), referindo-se à cooperação entre as empresas, defende a tese de que essa iniciativa aumenta o poder de competitividade, através de sinergias técnicas e produtivas, caso o investimento em P&D diminua e ocorram incertezas de investimentos em outros setores, pois “a cooperação é uma forma institucional mais ou menos localizada e datada de interação entre empresas de caráter não permanente e voltada à maior

competitividade” (POSSAS, 1996, p.94). Em suma, para o autor, o estímulo à concorrência propicia melhores condições às empresas produzirem e alcançarem inovações.

Na “teoria do diamante” de Porter (1989) há o destaque de que o ambiente, no qual as empresas competem, influencia a criação de vantagens competitivas, promovendo ou impedindo o desenvolvimento. Os atributos que caracterizam o ambiente competitivo são: condições de fatores favoráveis à competitividade, à demanda, as indústrias correlatas e de apoio e com estratégias inovadoras; além disso, há a estrutura e a rivalidade das empresas que garantam uma “pressão” de mercado. Esses elementos formam um sistema mutuamente fortalecedor, pois “o efeito de um determinante é dependente do outro” (PORTER, 1989, p. 89). Além dessa ambiência, é fundamental a competição internacional para o aumento da produtividade com alta qualidade e inovação.

Para Porter (1989) e Possas (1996), o papel do Estado nesse novo paradigma está direcionado a melhorar a ambiência para as empresas e/ou regiões, com intuito de alcançarem maior produtividade através do aprimoramento da qualidade dos fatores de produção e das políticas em um contexto de regulação que estimule a concorrência e a inovação.

No caso do turismo, com o crescimento da oferta dos produtos turísticos, verifica-se um aumento da competitividade com intuito de conquistar demandas (os turistas) e, por conseguinte, uma redefinição dos fatores de desenvolvimento e de competitividade acirrando a concorrência e aumentando a diferenciação espacial, haja vista que a OMT, através de sua política, vem recomendando o desenvolvimento do turismo inserido nos novos parâmetros de competitividade. Desse modo, a qualidade do serviço, a diferenciação do produto turístico, a imagem do destino, a segurança e a qualidade ambiental do destino turístico passam a ser fatores importantes na busca de vantagens competitivas no turismo, forçando as regiões e empresas do setor turístico a buscarem inovações de seus produtos face à exigência do mercado.

A OMT, tentando diferenciar o desenvolvimento do modelo anterior, adota alguns fatores de competitividade turística, que são: fidelização, satisfação e identificação das expectativas dos clientes, marketing apropriado à demanda e o papel da administração pública em fomentar a competitividade do setor.

Dessa feita, as estratégias adotadas priorizam as exigências e necessidades do mercado, o que torna as empresas e regiões os receptores de (uma possível) lucratividade a longo prazo. Por outro lado, há necessidade de coadunar as vantagens comparativas das regiões, principalmente os recursos naturais, as ações que possibilitem a criação de um valor

agregado em termos de inovação e qualidade dos serviços turísticos no paradigma da competitividade (ORGANIZAÇÃO, 1998).

Nas diretrizes políticas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, de 2005, elaboradas pelo Ministério do Turismo, como também o Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará, encontram-se as idéias de uma ambiência de negócios no que se refere à competitividade, posto que o planejamento do turismo nacional segue a tendência mundial ao adotar o modelo de desenvolvimento via competitividade aliada a uma ambiência produtiva entre o público, o privado e uma possível/suposta participação da sociedade.

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração de emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais e o equilíbrio da balança de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas (BRASIL, 2004, p. 01).

Assim, o modelo anterior de desenvolvimento e gestão do turismo nacional, segundo o documento acima citado, foi superado quando o governo federal busca desenvolver o turismo através da qualidade e eficiência dos produtos turísticos, pautados, sobretudo, em mecanismos que garantam atender às exigências e necessidades da demanda internacional e àquelas requeridas pela globalização, que tem na flexibilização econômica uma condição essencial para produtos turísticos mais competitivos, uma vez que nesta ordem há mercados mais mundializados e competitivos obrigando nações a criarem novas formas de inovações tecnológicas, o que vem ocasionado uma “guerra entre lugares” (SILVEIRA, 1997).

Com a crise do modelo de desenvolvimento fordista, o Brasil direcionou sua política de turismo para um novo paradigma mais flexível e competitivo, no qual o papel do Estado foi redimensionado, reduzido, atuando como regulador de políticas públicas, menos intervencionistas, tendo em vista o desenvolvimento regional, porém, ainda assim, privilegiando atores hegemônicos no decorrer do planejamento turístico em grandes cidades.

As bases teóricas que influenciaram a política de turismo da OMT e de outros países, como a Espanha, e, em especial o Brasil, têm na concepção de competitividade a ferramenta capaz de gerar o desenvolvimento. Autores como Porter (1989), Possas (1996) e Fayos-sola *apud* Fonseca (2005) acreditam na capacidade de uma ambiência, entre os agentes econômicos e sociais, em realizar uma pressão competitiva, resultando em ganhos de produtividade, que estão intimamente ligadas às inovações tecnológicas e à capacidade criativa.

Nesse contexto, também surgem as discussões acerca do desenvolvimento local como tentativa de focalizar as estratégias de desenvolvimento e seus possíveis sucessos, tendo no Município sua base de execução. O local assume posição privilegiada ao desenvolvimento no qual podem atuar o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada, como se todos unidos através da cooperação alcançassem a melhor forma de inserção na lógica da competitividade, da globalização, minimizando custos e prejuízos (BARQUERO 2001, BOSIER, 1989).

Essa concepção de desenvolvimento não revela as contradições e simetrias do poder materializadas no espaço social (LEFEBVRE, 1981), que faz parecer que o sentimento de pertencer a um “local” é mais relevante do que os interesses e as divergências de classes sociais (BRAGA, 1999). Desta feita, o discurso, segundo essa autora, pauta-se em dois olhares reducionistas. É adotar o desenvolvimento exógeno que é uma via limitada com grandes riscos ou adotar o desenvolvimento endógeno capaz de controlar as tendências da globalização.

Em um mundo cada vez mais globalizado, no qual as cidades e regiões lutam entre si por recursos específicos capazes de lhes proporcionar vantagens frente às demais, as comunidades locais (organizações públicas e privadas, associações de empresários, empresas sindicatos e governos locais) compreenderam o alcance dos desafios colocados e responderam com iniciativas tentando impulsionar o desenvolvimento local (BARQUERO, 2001, p.53).

O local nas discussões de desenvolvimento (também no turismo) sofre um rearranjo de concepções e metodologias, porém no seu entremeio e no seu escopo, há ainda um instrumental econômico neoclássico, com adaptações que incluem a participação e a gestão local, tendo seu desenvolvimento direcionado à “lógica do mercado, do individualismo e da eficiência econômica” (BRAGA, 1999, p.01).

A idéia de desenvolvimento direcionado ao “local” aparece limitado, fracionado em escalas, o que faz perder a visão do todo no processo de planejamento. Essa visão apresenta o desenvolvimento como a soma das “frações espaciais” que ocasionariam um possível desenvolvimento, aliás, um modelo condescendente à lógica da competitividade, do mercado.

As discussões teóricas acerca do planejamento do turismo com base local, apresentam esse modelo de desenvolvimento como uma “saída” às influências homogêneas da globalização, pois numa estrutura social e econômica de comunidades receptoras que ainda apresenta um modo de vida “exótico” e um equilíbrio entre atividades econômicas e recursos naturais, faz-se necessário resguardar a experiência humana no espaço local.

Mas, na maioria, o fazem seguindo a lógica do mercado, da diferenciação espacial (CRUZ, 2002) na qual as políticas de desenvolvimento do turismo elaboram um discurso de produção local capaz de gerar um processo de coisificação e fetichização espacial<sup>9</sup> de várias cidades que, passaram a ter nas políticas de desenvolvimento uma reestruturação sócio-espacial e que, entre outras conseqüências, substitui o planejamento por estratégias de marketing (SANCHEZ, 1999; SILVEIRA, 1997).

Assim, para Silveira (1997), a produção imaterial do turismo tem no âmbito da psicofera, ou seja, no reino dos desejos, das idéias, do consumo dirigido (fruto da publicidade ao enaltecer lugares) sua principal força de criar uma “aptidão paisagística” com objetivo de ser competitivo para obter o desenvolvimento da atividade. Por outro lado, a produção material desses lugares se dá através da criação de novos objetos espaciais, que por sua vez imprimem novos conteúdos sociais relacionados aos aspetos da globalização.

Há ideologias no desenvolvimento local, pois ao associar um discurso político economicista, pautado num localismo, com um ambientalismo, esse modelo criaria as condições políticas, econômicas e sociais, de tal modo que garantisse a inserção do local no mundo globalizado. A natureza e um tipo cultural tradicional seriam os recursos para o desenvolvimento do turismo local. Nesse conteúdo ideológico, o local ganha uma suposta autonomia (BRAGA, 1999), capaz de enfrentar as tendências hegemônicas do período técnico-científico-informacional, no qual o desenvolvimento endógeno seria uma mediação equilibrada entre os poderes coercitivos das verticalidades (SANTOS, 1994) e das ações contíguas dos sujeitos, que estão numa “estrutura” social e econômica diferente no espaço social.

Cabe ressaltar que nas discussões sobre o desenvolvimento local, a democracia, a cidadania, a solidariedade e a participação se restringem à dimensão escalar (BRAGA, 1999; BENEVIDES, 1997), obscurecendo os interesses e poderes hegemônicos, pois, não é possível desconsiderar a atuação do Estado na formulação de políticas públicas e da iniciativa privada como agentes principais nas políticas de reestruturação de cidades, tendo em vista o turismo. Essas reestruturações reduzem e coagem as práticas sócio-espaciais do cotidiano, dos laços de afetividade e contigüidade, provocando uma racionalidade e programação do cotidiano, da vida urbana.

---

<sup>9</sup> Fetiche espacial diz respeito à tentativa de escamotear e reprimir as materializações do espaço vivido, ou seja, os laços de afetividade, do encontro, do lúdico na cidade, mas também das lutas e das contradições sócio-espaciais que fogem e resistem à tendência da racionalização e do controle na sociedade urbana.



Porém essas práticas cotidianas residuais, contrárias à lógica do consumo, apontam a uma perspectiva futura de desenvolvimento, a uma alternativa que valorizem as práticas sócio-espaciais do vivido. O desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2004) tem na autonomia individual e coletiva sua base de desenvolvimento, o qual teria como fins nunca alcançáveis a qualidade de vida e a justiça social, onde cada indivíduo teria a capacidade de estabelecer metas, critérios próprios com lucidez vislumbrando condições favoráveis ou não desse processo, mas também amparado por uma autonomia coletiva que garanta a formação de indivíduos lúcidos e críticos dispostos a encarar e defender suas instituições (sociais).

Para Sousa (2002), desenvolvimento supõe primeiramente a conquista da autonomia<sup>10</sup> individual e coletiva e não admite exclusão social, devendo designar um processo de superação dos problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima e o reducionismo embutido na idéia de desenvolvimento econômico precisa energicamente ser recusado.

Verifica-se a necessidade de saber o que se entende por desenvolvimento e principalmente qual a contribuição da atividade turística nesse processo, pois o turismo constitui-se atualmente como uma estratégia de desenvolvimento a partir da sua escolha como setor prioritário da política governamental através do planejamento da atividade (CORDOVIL; SOUZA, 2006).

Contudo, o discurso da relação entre desenvolvimento e turismo é criticado por Cruz (2002), denominando tal fato de mito do desenvolvimento e alertando que não é atribuição do turismo resolver problemas de ordem econômica ou social dos lugares, pois desenvolvimento não é sinônimo de desenvolvimento turístico, pois nenhuma atividade setorial pode assegurar um desenvolvimento global que contemple todas as dimensões da vida social (CORDOVIL; SOUZA, 2006).

Souza (2004; 1997), na abordagem sobre o conceito de desenvolvimento, procura evidenciar o reducionismo presente na significação do conceito que o atrela unicamente ao crescimento econômico, apontando em sua análise o caráter fechado, etnocêntrico e capitalístico e a negligência com o papel do espaço nas teorias sobre desenvolvimento. Assim, o autor pautado numa crítica radical, traz à luz a reflexão de que a idéia de desenvolvimento atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da modernização dos aparatos tecnológicos reduz o significado da qualidade de vida, que de modo geral, deve ser avaliado

---

<sup>10</sup> A idéia de autonomia, tal como apresentada pelo filósofo Cornelius Castoriades -, remete-se à auto-instituição consciente da sociedade, alicerçada na garantia política e na possibilidade material e efetiva de igualdade de chances de participação nas tomadas de decisão (SOUZA, 1997, p. 20).

pelos diversos sujeitos sociais, levando em consideração as realidades regionais/locais e não meramente por procedimentos matemáticos e pela aquisição de objetos tecnológicos como acontecem nas estatísticas oficiais. Ademais, crescer o PIB e modernizar o sistema produtivo não significa alcançar a justiça social que é uma das propostas incluída na contribuição do desenvolvimento sócio-espacial (CORDOVIL; SOUZA, 2006).

Para Souza (2001, p.100):

O uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica.

Nesse sentido, falar sobre desenvolvimento é uma tarefa difícil pela sua complexidade, porém, este não deve ser entendido simplesmente como sinônimo de desenvolvimento econômico. As emergentes políticas públicas são visualizadas como estratégias de desenvolvimento pautadas no princípio do desenvolvimento local/endógeno ou no desenvolvimento sustentável.

A referência espacial nas discussões sobre desenvolvimento indica a importância da produção do espaço social como requisito para se pensar as suas diversas dimensões e de definir meios de intervenção e participação nas decisões, levando em conta as contradições e heteronomias existentes nas relações sociais capitalistas; daí a relevância do sufixo *espacial* na concepção sobre o desenvolvimento (LEFEBVRE, 1981; SOUZA, 2004). Assim o desenvolvimento é

Compreendido como um processo de superação de problemas e de conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadora de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (SOUZA, 2002, p.18).

Contudo, esse desenvolvimento sócio-espacial não depende simplesmente da implementação das políticas de turismo, pois é preciso analisar nesse processo, haja vista que a sociedade é formada por atores sociais diferentes. Além disso, existe a questão da autonomia levantada sobre a atividade, pois o desenvolvimento sócio-espacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia, disciplinando o turismo conforme seus interesses e suas necessidades, porém a população das áreas receptoras não é homogênea, então essa autonomia seria de que grupo social? Porém, numa sociedade pautada no princípio da autonomia individual e coletiva, todos os segmentos, grupos sociais estão plenamente capazes

de definir, de decidir suas opiniões, preferências e necessidades numa ambiência verdadeiramente democrática, sem cooptação. Quando há falseamento de participação popular caracteriza-se em uma pseudodemocracia, como acontece em muitas administrações governamentais (SOUZA, 2004).

Assim, verifica-se que implementar políticas de turismo como estratégia de desenvolvimento é um tema de grande complexidade devido à gama de fatores que se inserem nesse processo. Esse é o grande desafio, tornar o turismo um propiciador de desenvolvimento, entretanto, isto precisa ser construído, considerando que não basta somente um desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento mais amplo. Assim, acredita-se que para propor o turismo como alternativa ao desenvolvimento social é preciso *a priori* uma concepção de desenvolvimento que considere o espaço social. Nesse sentido, é preciso refletir, sobre a possibilidade de utilização da atividade turística como estratégia para o desenvolvimento, incentivando, também, que a prática do turismo seja um caminho responsável para qualidade de vida, com maior felicidade individual e coletiva dos atores sociais envolvidos (CORDOVIL; SOUZA, 2006).

Assim, parece que encontrar uma forma de relativizar a concepção de desenvolvimento, direcionando a reflexão para além do reducionismo presente em seu conteúdo é tarefa urgente. Contudo, a discussão sobre a atividade turística como estratégia de desenvolvimento, como contribuição ao desenvolvimento sócio-espacial pode ser válida, porque representa uma forma de se buscar a integração entre o uso do espaço para o turismo e, ao mesmo tempo, alcançar a justiça social com a melhoria das condições de vida das comunidades receptoras.

São nestes termos que se entende a importância do turismo para o desenvolvimento das experiências imediatas do cotidiano, da sua valorização no processo de planejamento de cidades turísticas nas quais a sociedade urbana tem-se expandido como forma e conteúdo em direção a temporalidades de vida diferente no espaço geográfico.

## 2.2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO: SIMULAÇÕES E CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O turismo, atualmente, consolidou-se como um fenômeno social complexo que opera das mais variadas maneiras, envolvendo, ao longo de seu desenvolvimento agentes sociais diferenciados em termos de suas intencionalidades. Dentre esses agentes sociais, o Estado vem desempenhando relevante papel na elaboração das políticas públicas para o turismo; na abertura da economia ao investimento de empresas transnacionais (como é o caso de redes hoteleiras) e do capital financeiro, assim como vem assumindo papel de controlar as contradições do sistema capitalista concernentes às lutas de classes, adotando uma estratégia discursiva que promove a paz social, o emprego e a igualdade de condições para todos.

Há décadas têm-se propalado a crise do sistema capitalista e do Estado. Este perderia sua função - no contexto da política neoliberal e da globalização - de administrar, de controlar, de dominar e de direcionar a sociedade, como também, seus instrumentos de dominação e das políticas econômicas e sociais passariam a responder à tendência do mercado mundial.

Como resultado de inserir-se no mercado global, o Estado sofre duas conseqüências. Primeiro, o Estado é impelido de coadunar sua política e sua economia às novas exigências do capitalismo. Por outro lado, isso causaria uma redefinição de seu papel diante da sociedade, no que pese sua redução de ações na elaboração de políticas sociais para a saúde, o lazer, a segurança, a educação e a moradia.

Desse processo, ocorre a fragilidade estatal de “representação” das classes sociais excluídas e/ou dominadas, via os seus aparelhos ideológicos (LIPIETZ, 1987). Da mesma forma, o seu papel de homogeneizador de identidades e de cidadania estaria sendo compartilhado por outros agentes sociais, como as empresas de comunicação e de informática (CASTELLS, 1996). Para fins de ilustração, a derrocada do Leste Europeu pode ser um exemplo dessa fragilidade de identidade nacional homogênea, assim como, as insurreições e discursos de regionalismo - o caso da criação do Estado do Tapajós, no Pará -, são casos emblemáticos de uma nova relação do Estado e sociedade local.

A doutrina neoliberal impõe ao Estado sua saída da economia nacional, atribuindo-lhe papel de mediação entre os interesses hegemônicos do capital, da sociedade e do mercado. Em um certo sentido, vale dizer que para a evolução “estrutural do capitalismo é necessário redefinir as funções do Estado” na sociedade (CASTELLS, 1977, p.185). De maneira

paradoxal, essa evolução origina a tendência da queda da taxa de lucro médio<sup>11</sup> que evidencia as contradições e as lutas de classes inerentes ao modo de produção do capitalismo, resultando em novas relações entre o capital e o trabalho. E como faz parte do mecanismo de reprodução, há uma alternativa a essa “disfunção” do sistema.

É nesse aspecto que o Estado tem redefinido sua participação na economia, no sentido de manter a desigualdade de condições entre os indivíduos, na gestão da mão-de-obra, para o estímulo da demanda e flexibilização das leis trabalhistas (FALEIROS 2000) que, entre outros motivos, incentiva o ingresso do capital financeiro e das multinacionais nas economias nacionais.

O caso da Amazônia é exemplar, no que se refere à gestão do território, que teve no grande capital financeiro o elemento essencial das políticas públicas de desenvolvimento e integração nacional, (BECKER 1990) e que atualmente vem apresentando uma nova relação entre Estado e Sociedade. Os mais diversos agentes sociais na Amazônia reivindicam melhorias econômicas e sociais, modelando novos espaços e territorialidades, tais como os governos estaduais, populações tradicionais, Organização não Governamental, a Cooperação Internacional e empresas nacionais (BECKER, 2004).

É neste contexto que se percebe a contribuição do Estado em aumentar a diferenciação de espaços no mundo. Dito isso, há o crescimento de espaços relegados à miséria e excluídos dos investimentos e das inovações tecnológicas, posto que a globalização da economia, da comunicação e da informação, possibilita que empresas multinacionais apliquem seus investimentos em áreas específicas do mundo, tendo em vista a satisfação da produção e do lucro. Por outro lado, a exigência de alta qualidade de mão-de-obra no mundo globalizado tem ocasionado a exclusão de milhões de pessoas que não conseguiram sua inserção na era informacional (CASTELLS, 1996).

É nesse sentido que se compreende o que Lipietz (1998, p.158) atribui à função e à ação do Estado na economia, pois “é sobre o conjunto do território que o Estado deve desempenhar seu papel para a manutenção da formação social sob a dominação do modo de produção capitalista”. Para Santos (2004b), o Estado assume a responsabilidade pela penetração das inovações e pela criação de condições de investimentos para os grandes

---

<sup>11</sup> O descenso da taxa de lucro origina um excedente de capital, porque o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração da mais-valia, encontra cada vez menos possibilidades de investimento que conduzam uma rentabilidade adequada. Disto deriva um descenso do investimento produtivo que provoca uma diminuição de emprego e a conseqüente redução dos salários pagos pelo capital. Ao diminuir os salários, ocorre a queda das vendas de mercadorias, ocasionando uma crise de superprodução. (CASTELLS, 1979. p. 25)

capitais, assegurando - isso é uma das suas funções - a continuidade e a reprodução da divisão desigual das riquezas ao atribuir as benesses ao capital estrangeiro.

Entretanto, para contrabalançar as contradições das lutas de classes, o Estado vem desempenhando a função de mistificador e propagador da ideologia da modernização e assume o papel de uma instituição promotora da paz social que oferece, entre outras coisas, oportunidades para todos.

Surgem, neste período técnico-científico-informacional, espaços diferenciados (fruto do desenvolvimento desigual e combinado) em que as transnacionais e o capital financeiro selecionam áreas para investimentos, produção e lucro. Para Santos (2002), os espaços que estão de acordo com essa lógica de acumulação capitalista, chamam-se espaços de rapidez e espaços luminosos, ou seja, são aqueles que apresentam as condições estruturais à implantação do capital, tais como as vias e transportes públicos, densidades técnica, política e informacional, como também apresentam uma dinâmica maior de relações sociais, fruto das atividades desenvolvidas tanto econômica como sócio-cultural.

O Estado, após a segunda Grande Guerra, tem alterado seus limites estruturais de intervenção na economia, redefinindo seu papel de regulação do capitalismo, uma vez que a internacionalização dos agentes privados e a privatização dos serviços públicos, ao mesmo tempo que trazem benefícios à produção, têm gerado aumento do desemprego formal e a crescente flexibilização da mão-de-obra.

Porém, o Estado não perdeu sua importância para o capitalismo e para sociedade, que reivindica, pressiona e organiza-se em prol de melhorias sociais e econômicas, bem como vem buscando melhores formas de representação política. O que se quer propor neste trabalho é que o turismo como fenômeno no e do espaço geográfico tem intensificado as contradições do capitalismo e que no Brasil, o Estado tem contribuído para o planejamento e execução da atividade turística, tendo em vista o setor privado e o mercado.

Tal situação não é diferente quando o Estado preconiza desenvolver o turismo no País. É através de políticas públicas que o Estado, auxiliado por organismos internacionais, tem destinado investimento e recursos para espaço locais aptos ou com potencial turístico. No caso amazônico - área de análise -, a elaboração de políticas de turismo tem priorizado empresas, haja vista que é através da abertura de linhas de créditos, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura para o turismo que se tem incentivado o desenvolvimento da atividade (BRASIL, 1992, 1995).

Na Amazônia, Figueiredo (1999) observa que as políticas de turismo têm privilegiado grandes e médias empresas ao adotar a noção de turismo como gerador de divisas, renda e

emprego. Desta feita, fortalece uma ideologia de desenvolvimento com conservação, a fim de justificar a intervenção econômica na região (COELHO, 1999). A atividade do turismo na Amazônia vem consistindo numa nova forma de exploração de uma natureza sem a presença dos homens ou de um retorno a uma “natureza intocada”, ao paraíso verde.

O Programa de Ecoturismo para Amazônia Legal (PROECOTUR) é um exemplo de como as políticas públicas vêm procurando ordenar o território brasileiro com vistas ao desenvolvimento da atividade do turismo, no caso de um segmento, o ecoturismo. Porém, essa política foi elaborada de acordo com as exigências dos turistas internacionais e do mercado. O estudo de Pires (2002)<sup>12</sup> evidencia a preocupação dos planejadores e promotores do governo brasileiro em atender às expectativas do mercado ao elaborarem as Diretrizes Básicas para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 1994). Esse documento contém as estratégias, conceitos e diretrizes de uma política de ecoturismo nacional, tendo em vista as discussões acerca do desenvolvimento sustentável e as exigências dos turistas internacionais.

Vale, neste momento, fazer uma ressalva. O PROECOTUR atende ao Programa Piloto para Preservação das Florestas Tropicais, promovido pelo Grupo dos sete países mais ricos do mundo - G7. Dito isso, o discurso do desenvolvimento sustentável, a política de unidades de conservação de áreas naturais, e, nesse caso, a prática do ecoturismo em áreas protegidas, tem como pano de fundo o grande interesse geopolítico pela água e a biodiversidade da Amazônia no contexto atual.

A política de ecoturismo no Brasil demonstra o papel decisório do Estado e do mercado ao justificar os benefícios da atividade. Na Amazônia, por exemplo, destacam seus efeitos econômicos e sócio-ambientais, como se o ecoturismo e/ou o turismo ecológico fosse a “verdadeira” indústria para a região, pois não causaria enormes impactos sócio-ambientais, como foi o caso dos grandes projetos e outras ações políticas de integração nacional (BRASIL, 1992).

A relação mercado e consumidor no âmbito das políticas de ecoturismo para a Amazônia Legal reforça a idéia premente de tratar essa atividade como alternativa de investimentos e lucros, além de sustentar a ideologia subjacente de conservar para desenvolver. Rocha (1997), ao analisar as políticas públicas elaboradas pela, então, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), afirma que o turismo, na

---

<sup>12</sup> Segundo a entrevista realizada pelo autor com um dos formuladores da política de ecoturismo, ele demonstra a influência do mercado na elaboração das políticas públicas de turismo, pois o mercado turístico “estava começando a exigir das operadoras novos critérios, advindo daí nossa preocupação de que, se carimbássemos de ecoturismo qualquer tipo de produto que não estivesse de acordo com os critérios desse consumidor, o produto ecoturísticos brasileiro perderia credibilidade no mercado” (PIRES, 2002, p. 245).

concepção dos planejadores, seria a solução para todos os males da região, na medida em que nas políticas de turismo só mencionam as benesses da atividade, obscurecendo os impactos sócio-ambientais, excluindo a população local no planejamento e execução da atividade e privilegiando poucos agentes envolvidos no turismo.

Esse modo de pensar o planejamento da atividade traz como conseqüência o lucro de alguns agentes econômicos, o que levou Cruz (2002) a afirmar que a política de turismo no Brasil tem demonstrado a capacidade dos atores hegemônicos de intervir sobre o ordenamento e reordenamento de territórios, havendo uma crescente artificialidade de objetos e ações, provocando conflitos e estranhamento de indivíduos nos territórios turísticos. Essa idéia é compartilhada por Carlos (1996), quando analisa a produção do não-lugar através da reestruturação espacial via a construção de infra-estrutura turística e outros objetos geográficos, cujo rebatimento tornam as práticas turísticas efêmeras e voltadas ao consumo de um fetiche espacial.

Nessa discussão, sobre a produção do espaço tendo em vista o turismo, Knafou (1996), afirma que há três fontes de turistificação de territórios: 1) os turistas, que produzem territórios turísticos, através da prática social sem a intervenção do Estado e do mercado; 2) o mercado, que é representado pela iniciativa privada e pelos empreendedores do setor turístico, sendo atualmente esta a principal forma de turistificação; 3) os planejadores e promotores territoriais, que constroem territórios turísticos por meio de política de organização do território e do marketing. Nesse sentido, “o poder do mercado e dos promotores territoriais em escolher, delimitar, criar, inventar lugares parece colocar esses agentes de produção de espaço para o turismo em algum espaço superior, autônomo, independente da ação de quem faz turismo” (CRUZ, 2002, p.20). Entretanto, são os turistas que criam territórios turísticos por meio da prática social, da espontaneidade em busca do prazer, do lazer etc. Para Knafou (1996), o controle das práticas turísticas, das relações no território pelos turistas faz do mesmo o produtor de territórios turísticos, sem interferência de outros agentes espaciais.

Nesse período técnico-científico-informacional, o turismo na sociedade contemporânea tem intensificado as diferenciações espaciais no mundo, estimulando a coexistência de espacialidades e temporalidades diferentes, historicamente construídas no espaço local. Assim, compreendendo o turismo através da análise do espaço geográfico, ou seja, admitindo-se que o espaço é a acumulação desigual de tempos, um sistema de objetos e sistema de ações, essa atividade tem reestruturado formas-conteúdo de núcleos receptores e o Estado tem sido fundamental nesse processo. No Brasil, o turismo vem criando novos objetos, como também se apropria de objetos preexistentes, atribuindo-lhes novos significados e



feições, de modo que os planejadores/promotores do turismo criam territórios turísticos com intuito de racionalizar o espaço, tendo em vista o mercado e a competitividade espacial.

### 2.3 ESPAÇO LOCAL E TURISMO: ENTRE O VIVIDO E O CONCEBIDO

Entende-se que a problemática do mundo moderno está relacionada aos avanços dos hábitos, dos costumes, do controle, da programação do cotidiano, do consumo dirigido, que a sociedade urbana apresenta como características na produção social do espaço, haja vista que o processo de urbanização trouxe transformações em modos de vida e na dimensão do cotidiano em vários territórios, nos quais a simultaneidade de práticas sócias são diferentes no tempo, mas inscritas no espaço geográfico, pertencendo a um mesmo processo (LEFEBVRE, 1981, 1999).

Nesse sentido, o estilo de vida urbano, atualmente, tem-se expandido e coexiste com outros modos de vidas, outras temporalidades no espaço geográfico. Talvez, um dos maiores fenômenos sociais que possibilita essa expansão seja a atividade do turismo, reunindo necessidades psicossociais, como, também, o consumo dirigido, criando simulacros da realidade e fetiche espacial de uma natureza intocada e endeusada, separada do homem, segregando e excluindo pessoas no seu processo de desenvolvimento.

Mas como operar um raciocínio teórico-analítico que abarque realidades intrincadas, justapostas, presente no espaço geográfico e que possibilite vislumbrar suas contradições, diferenças, mas também o encontro e novas possibilidades espaciais? Nesse caso, o raciocínio está sempre voltado ao processo de totalização dialética, ou seja, o conhecimento nunca alcança uma etapa definitiva e qualquer objeto analítico particular faz parte do todo, de uma visão conjunta do social, enfim, de uma totalidade que não se pode e nem se pretende esgotar suas possíveis realidades. Pode-se asseverar que o raciocínio, nesses termos, é o movimento do devir, que é uma outra parte de uma oposição a qual se destina resolver num terceiro termo.

Encaminha-ser-á esta análise com a seguinte tese postulada por Lefebvre (*apud* Martins, 1996) de que os momentos históricos da sociedade, da constituição da sociedade, ou seja, das relações sociais não são uniformes e nem têm idades idênticas, posto que são diferentes no tempo e no espaço.

Entretanto, são realidades de um mesmo processo sócio-espacial que estão numa relação de proximidade e distância, de descompasso e de desencontro, na qual é presente a

simultaneidade de tempos no espaço geográfico. Nessa direção, a noção de periodização histórica, numa revisita a Marx, permite a Lefebvre realizar um modo de pensar unido a uma prática, construindo um pensamento triádico próprio da dialética marxista.

De tal modo, a práxis social da humanidade, isto é, a relação sociedade e natureza, constrói mecanismos de reprodução das relações sociais, sobrepondo um modo de organização espacial a outro, onde o homem produz e reproduz concepções, atividades sociais, modifica-se e edifica-se a si mesmo e a sociedade, mas que também a produção social e apropriação privada dos resultados da produção revela a contradição do sistema capitalista dando valor às técnicas, às tecnologias, às informações, à produção econômica que a sociedade como todo não realiza ou o faz com atraso.

Cabe proponer una periodización del tiempo histórico que lo divide en tres eras: la era agraria, la era industrial, la era urbana. Hubo ciudad tanto en la era agraria como en la era industrial. Pero la era urbana se está iniciando a hora y no hace más que comenzar. Repitamos una vez más que la periodización no es absoluta; toda división del tiempo histórico en periodos distintos es puramente relativa. Se podría decir, recurriendo a una metáfora de lo más corriente, que lo urbano viene a ser un continente que se acaba de descubrir y cuya exploración se lleva a cabo edificándolo (LEFEBVRE, 1976, p. 65).

Para entender o espaço social complexo, próprio da práxis social, com múltiplas interpretações, contradições, diferentes tempos históricos coexistindo nas relações sociais de produção, Henri Lefebvre adota o método **regressivo-progressivo**, que se acredita ser adequado para entender a dinâmica amazônica face ao mundo moderno, da sociedade urbana.

O método Regressivo-Progressivo, já implícito nas obras de Karl Marx, proporciona apreender a estrutura e as relações de produção de sociedades passadas, não somente porque existem vestígios desses modos de vida, mas porque suas possibilidades se desenvolvem no modo de produção atual como um todo no espaço.

Tal método consiste em ir ao passado, mas a partir do atual, tentando reconstruí-lo, quer dizer, tentar observar o que houve de características (da realidade atual) num determinado lugar ou que se passou com ele em outras épocas, fazendo comparações, analogias e conseqüências. O pesquisador tenta resgatar, através desse andar regressivo, o que precedeu o presente para, em seguida, retornar o processo em sentido contrário, para esclarecer, desdobrar, desenvolver todas as possibilidades contidas na situação presente, e assim, elucidar, clarificar o futuro, o possível e o impossível.

Mas essa complexidade da realidade social se revela na produção do espaço político e social através da dupla realidade complexa. A primeira complexidade social é a horizontal,

que apresenta uma multiplicidade de aspectos do cotidiano, traduzidos em práticas sociais imediatas que devem ser descritas.

A segunda complexidade é a vertical, cuja coexistência das relações sociais são diferenciadas (levando em consideração a história das temporalidades) no tempo e no espaço. Desse raciocínio teórico-metodológico, Henri Lefebvre propõe estudar as inter-relações dessa dupla complexidade espacial diferenciadas, mas complementares. Assim,

Para estudar, sem confundir-se, uma realidade semelhante (no mesmo patamar) e uma tal reciprocidade de inter-relações, Henri Lefebvre propôs um método muito simples utilizando técnicas auxiliares e comportando vários momentos: a) **descritivo**: observação, mas com olhar informado pela experiência e pela teoria geral. b) **analítico-regressivo**: análise da realidade. Esforço para lhe datar exatamente. c) **histórico-genético**: esforço para encontrar o presente, mas elucidado, compreendido, explicado ( SARTRE, J.P. *apud* HESS, R. 2001, p. 4-5).

É através do método Regressivo-Progressivo que se vislumbra o embate entre o concebido teroricamente e o vivido, elucidando o percebido, isto é, a realidade analisada, quando o pesquisador descobre que as contradições sociais são históricas, que as temporalidades inscritas no espaço são diferentes e antagônicas e que elas fazem parte de um só processo social, o que permite ao pesquisador definir condições e possibilidades do vivido (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 1996).

É nesse sentido que se entende a espacialização do turismo no município de São Domingos do Capim, um estilo de vida urbano, que reestrutura temporalidades e espacialidades diversas, no caso em questão, a dimensão ribeirinha face ao avanço do mundo moderno, urbano.

É nesse desdobramento próprio da organização social da humanidade que há coexistências e/ou justaposições de tempos sociais diferentes e contraditórios entre si, uma realidade marcada por fragmentação, mas ao mesmo tempo por articulação. São modos de viver que se convergem no espaço amazônico cuja dimensão é a ribeirinha e a urbana, onde caracteristicamente estão presentes os padrões de consumo, as maneiras de viver e as novas formas do uso do tempo, mas que também estão presentes outras temporalidades residuais, contrárias da lógica do capital.

Mas o que seria o espaço como *locus* do processo de transformação sócio-espacial no decorrer do processo histórico? O espaço seria lugar da manifestação do vivido, das práticas imediatas, do sonho, dos prazeres, dos resíduos irredutíveis que se movem contra um tempo e um poder hegemônico, são necessidades e possibilidades contidas nas utopias sociais:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irredutível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção dos produtos.

Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é o valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001.p. 4).

Mas a própria sociedade urbana convive com esses resíduos, pode-se dizer dos homens lentos que produzem espaços de que nos fala Santos (2004a). A sociedade urbana (moderna) expande-se através do processo de *implosão-explosão* do espaço, marca do modo de produção capitalista, em que a cidade enquanto valor de uso, da festa, do lúdico, do prazer passa a conviver com outro modo de vida, posto que o tempo hegemônico da vida urbana cria formas espaciais urbanas e mecanismos de controle do tempo, que, por sua vez, dita o ritmo das relações sociais e do cotidiano urbano, dos costumes, dos valores, do consumo.

É na expansão da sociedade urbana que se encontram as periferias, os guetos, como também, o aumento do centralismo, da autoridade, da repreensão, das redes bancárias, do comércio, dos agentes imobiliários.

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre o valor de uso e o valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora (LEFEBVRE, 2001, p.8).

Assim, têm-se duas realidades de um mesmo processo espacial, o espaço enquanto festa, o lúdico, o valor de uso propriamente dito; por outro lado, tem-se o urbano que também depende do valor de uso, mas que metamorfoseia costumes, ritmos, organização espacial e que apresenta, sobremaneira, o valor de troca.

Enquanto no primeiro se manifestam os resíduos irredutíveis do cotidiano no e através do espaço; o segundo tenta suprimi-lo pelo seu poder hegemônico e coercitivo, por meio das representações do espaço, ou seja, dentre outros agentes sociais, das ações homogêneas dos planejadores urbanos, dos arquitetos, dos engenheiros, do Estado que tentam intervir no espaço que possui múltiplas temporalidades (LEFEBVRE, 1976).

Lo urbano es un concepto teórico desligado y liberado por un proceso tal como lo analizamos [...] és más bien una forma, la del encuentro y de la reunión de todos los elementos que contituyem la vida social, desde los frutos que nos da la tierra (trivialmente: los productos agrícolas) hasta los símbolos y las obras llamadas culturales. Lo urbano se manifiesta en el seno mismo del proceso negativo de la dispersión, de la segregación, en tanto que exigencia de encuentro de reunión, de información. En tanto que forma, lo urbano lleva un nombre: es la simultaneidad (LEFEBVRE, 1976, p. 68-69).

É nesta tensão que se encontra o cotidiano, entre caminhos contraditórios e complementares dos espaços de representações e das representações do espaço. Assim se situa o cotidiano, na confrontação e no desencontro entre o vivido, o concebido e o percebido (LEFEBVRE, 1981).

Através do embate entre vivido e concebido é possível datar o tempo por meio do espaço e se pode criar condições sobre as virtualidades do espaço, sobre as possibilidades do cotidiano que tem no conceito de uso as utopias, os sonhos, a criatividade. Desse modo, o uso equivale-se à apropriação do espaço, que possui conteúdo simbólico, da espontaneidade, do afetivo, do prazer, do imaginário.

A troca, ao contrário, está relacionada à racionalidade do poder hegemônico, da propriedade, do controle, do poder coercitivo do Estado, que é âmbito da reprodução das relações sociais de produção e refúgio e produto das classes médias, pois “é no seio destas classes médias que o cotidiano moderno se constitui e se institui. É lá que ele se torna modelo” (LEFEBVRE *apud* SEABRA, 1996b, p.77). Nesse desdobramento, a transformação do espaço conduz a uma industrialização do cotidiano, que avança sobre os fenômenos residuais, as particularidades da dimensão do vivido (que foge à lógica do consumo dirigido e do cotidiano programado), fazendo os objetos e as formas geográficas se tornarem estratégias mercadológicas. (SEABRA, 1996a, 1996b).

Leva-se em conta que o fenômeno do turismo pode ser compreendido por meio do estudo do espaço geográfico. Este é compreendido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004a, p. 63). Desta feita, o espaço geográfico é um fato social, um resultado histórico e dialético da relação do homem com a natureza e da relação entre os homens; é um produto social historicamente construído (LEFEBVRE, 1976; SANTOS, 2004b)

O turismo é entendido como fenômeno social complexo que envolve vários atores sociais com diferentes intencionalidades e de diversas condições sócio-culturais (PADILHA, 1994). Realiza-se como prática social, através das formas e objetos geográficos (hotéis, *resorts*, pousadas, natureza, por exemplo) condicionando um novo sistema de ações entre os objetos novos ou preexistentes na sociedade.

Nessa relação entre sistema de objeto e sistema de ação, a atividade do turismo tem privilegiado, como seu principal recurso de desenvolvimento, a paisagem (RODRIGUES, 1997a). Entretanto, a paisagem como um elemento do espaço geográfico, é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas

relações localizadas entre homem e natureza. Estas heranças são formas que realizam, no espaço, as funções sociais (SANTOS, 2004a).

O turismo, estudado sob uma perspectiva geográfica, insere-se num movimento dialético entre a forma, que são os objetos, e o conteúdo, as ações; uma vez que a “idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 2004a, p.103), mostrando o espaço como movimento do todo social, apreendido na e através da análise geográfica (CRUZ, 2002).

O turismo, segundo Becker (1996), tornou-se uma fronteira de acumulação de um novo produto capaz de produzir espaços. A natureza, nesse sentido, passa por uma valorização, é a natureza como espetáculo, como mercadoria para o turismo. Há um novo significado para o ambiente natural. Isso, no dizer da autora mencionada, é apenas um reflexo do próprio mercado, pois a demanda turística quer um novo contato com a natureza está à procura de espaços e lugares com um tipo de natureza intacta. Assim, inicia-se um processo de seleção de espaços e territórios em função do mercado turístico, a exemplo das políticas de turismo elaboradas pelo setor público.

Um exemplo dessa política consiste na criação de Unidades de Conservação na Amazônia, que o poder público, na tentativa de preservação e conservação dos recursos naturais, tem incentivado em algumas áreas a implantação do turismo como alternativa sustentável às comunidades amazônicas, muito embora seu processo de planejamento e criação exclua, em grande parte os maiores interessados. Ou ainda, a criação dessas áreas não significou melhorias substanciais de vida de muitas comunidades (COELHO; SIMONIAN; FERZL, 2000).

O turismo, quanto a seu impacto, apresenta desdobramentos tanto culturais como ambientais, ocasionando profundas mudanças no convívio de comunidades que têm seu modo de sobrevivências e suas relações modificadas. Tendo em vista os danos sócio-ambientais ocasionados pelo turismo, a ciência social, aliada ao movimento ecológico mundial, começou a avaliar e questionar o desenvolvimento da atividade.

Nos estudos sobre os efeitos do turismo, as conseqüências apontadas são poluição ambiental, artificialidade e comercialização cultural, exclusão de moradores no processo de planejamento de seu território, presença marcante das relações de troca substituindo laços de convivências, introdução de novos códigos sociais para o uso do solo, destruição de ecossistemas e, por conseguinte, a desarticulação e/ou da transformação do modo produtivo de comunidades locais haja vista que estas têm no seu meio condição fundamental de sobrevivência.

Nos estudos envolvendo a temática do turismo e impactos sócio-ambientais na Amazônia, tais como o de Cruz (1996; 1999), Figueiredo (1998; 1999), Nascimento (2004), Pinto (2000), Quaresma (2000 a, b) e Simonian (2000) tem-se percebido a importância que as análises dão aos efeitos nefastos do turismo no cotidiano de várias comunidades, no que tange aos impactos no modo de organização social, porque as relações que se estabelecem na prática social do turismo estão presentes novos valores entre visitantes e visitados, prevalecendo a noção de troca. Muitos embates territoriais se materializam na preparação de simulacros da realidade, em um ambiente programado, homogêneo e mistificador, como sinônimos de paraíso construído, onde o turista é aguardado.

Dada a intensificação da prática do turismo no mundo, o espaço geográfico também tem sido transformado através da concentração espacial de objetos geográficos criados para fins de turismo, cuja função tem por objetivo o desenvolvimento. Esses objetos fixos, por sua vez, implicam novos conteúdos de relação social, bem como, num novo modo do capital agir em espaço local.

De maneira geral, o espaço geográfico é usado de modo desigual no sistema capitalista, pois se levam em conta os aspectos produtivos para investimento, lucro e acumulação das empresas transnacionais e do capital financeiro; além dos incentivos e facilidades promovidos pelo Estado em atrair agentes internacionais.

É nesse caminho que se leva a cabo a análise do processo de espacialização do turismo, ou seja, procura-se compreender as relações sociais inscritas no espaço local, procurando datar essas temporalidades sociais (modo de organização espacial e seus modos de vida) coexistente no presente e, ao mesmo tempo, elucidando as contradições de ritmos e de tempos no espaço com a intensificação do turismo.

### 3 ESPAÇO E TURISMO NA AMAZÔNIA

#### 3.1 DA NATUREZA HISTÓRICA AMAZÔNICA À NATUREZA CRIADA NOS PLANOS DE TURISMO PARA A REGIÃO

A partir da década de 1970 inicia-se, ainda de forma incipiente, a política de turismo para Amazônia. Tendo como pano de fundo a integração da região ao resto do País, o governo militar, firma através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), hoje Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), o primeiro convênio (122/1977) com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), atualmente chamado de Instituto Brasileiro de Turismo, propondo incentivar e executar o turismo na Amazônia como mecanismo de articulação do desenvolvimento regional (BRASIL, 1977).

Nesse plano, é possível detectar a idéia de pólos de crescimento como condição metodológica para o sucesso do planejamento turístico. Assim, desse procedimento foram eleitas três categorias hierarquizadas capazes de proporcionar o impulso ao crescimento, a saber: pólos Belém, Manaus, São Luis (MA) e Santarém (PA); centros: Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Cuiabá, Porto Velho; núcleos de apóio turístico na Amazônia, sendo que estes últimos não foram sequer mencionados.

Essa metodologia permeou a elaboração de outros planos turísticos para Amazônia, o que significa considerar que o entendimento de espaço está relacionado à atuação de empresas ou parques industriais, que irradiam o desenvolvimento aos demais setores produtivos. A concepção de espaço, nesse sentido, refere-se a de poucos e não a de todos, o que invisibiliza a estrutura que interfere na própria dinâmica da sociedade, “pois quando o espaço das grandes empresas se diferencia do espaço banal (social) e é favorecido na elaboração teórica, o resultado natural é uma teoria aristocrática e discriminatória, porque a população quase não é levada em conta” (SANTOS, 2003, p. 167).

A idéia reiteradamente formulada no plano é a imagem de natureza que se quer para a Amazônia. A natureza (o espaço no sentido mais amplo) assume uma marca mercadológica capaz de atrair o fluxo turístico desejado; uma noção determinista de que a vocação da Amazônia seria o turismo. A natureza, nesse sentido, concerne ao meio físico-biológico, sem a produção das relações sociais, ou seja, sem a participação das populações amazônicas na construção cultural da região. Aliás, essa concepção de natureza, vai ser recorrente na planificação da atividade no espaço amazônico em que a preocupação de possíveis impactos sob a região se restringe ao meio biológico (QUADRO 2, p.50).



Pelas suas características, o turismo é uma das atividades econômicas mais limpas, com modesto impacto ambiental e condições de adaptações ao meio ambiente, desde que não ultrapasse a capacidade de carga de cada ecossistema. O turismo ecológico, em particular, além de assegurar a conservação do meio ambiente, tem um papel pedagógico de formação de uma consciência ambiental no turista, tornando, por conseguinte, a conservação ambiental um negócio rentável (BRASIL, 1992, p. 35).

A concepção de espaço amazônico assume um sentido euclidiano, quando nos planos de turismo para a região se ressalta a necessidade de implantação de infra-estrutura, equipamentos e serviços turísticos, a fim de alcançar o desenvolvimento, dando a entender que o turismo não causaria tantos danos sócio-ambientais como os grandes projetos agrominerais e agroflorestais implantados sob o regime militar. Daí as exaltadas sugestões de melhorar as condições de comunicação, acesso, hotelaria, restaurantes, mão-de-obra qualificada, segurança, entre outros. O resultado disso é o esquecimento de modos de vida, de reprodução social ligados aos recursos da floresta e aos laços de solidariedades, de proximidades existentes em várias localidades da região (BRASIL, 1971; 1975; 1977).

Outra relevância que se expressa no processo de planificação da atividade turística concerne ao papel da iniciativa privada como elemento capaz de introduzir investimentos, produtos diferenciados e, principalmente competitivos, em relação a outros Estados brasileiros, pois se acredita na diversificação do produto turístico na Amazônia como condição de ganhar mais mercado. Isso justifica o volume de incentivos fiscais e de créditos que as empresas obtiveram da SUDAM em projetos previstos para região (BRASIL, 1992; 1995; FIGUEIREDO, 1999).

Para o desenvolvimento e execução do turismo da Amazônia, torna-se fundamental destacar a importância da parte que cabe à iniciativa privada em todo processo [...] A contribuição do setor privado é decisivo, especialmente em determinado tipo de equipamento (BRASIL, 1977, p. 25).

A população amazônica brasileira é esquecida na elaboração dos planos turísticos, pois há os discursos de contribuir para a ocupação e a integração da Amazônia (BRASIL, 1971; 1975; 1977), como também são exaltadas as cifras esperadas da atividade que supostamente ocasionariam emprego, renda, crescimento econômico, social e sustentável (BRASIL, 1992; 1995), privilegiando, dessa forma, agentes econômicos capazes de investir no segmento turístico na região. Os planos sugerem que a parceria público-privado é o bastante para desencadear o desenvolvimento, pois o que se menciona das comunidades envolvidas com o turismo é a sua cultura, tradição, seu modo de vida, tudo enquadrado como mercadoria vendida num “tempo turistificado”.

QUADRO 2 – ESTRATÉGIAS TURÍSTICAS NAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA AMAZÔNIA

<i>DOCUMENTO</i>	<i>AUTOR/ANO</i>	<i>PRINCIPAIS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia	SUDAM 1967 a 1971	Não há uma ação específica para atividade, apenas é mencionada no contexto do setor de serviços.	No documento está explícita a idéia de que o turismo pode agregar mais saldo ao Produto Interno Bruto, pois a atividade necessita mais de promoção comercial, recursos financeiros, humanos e tecnológicos.
Implantação de uma Infra-Estrutura Técnica para o Desenvolvimento da Indústria Turística na Amazônia	SUDAM (1971)	Melhorar e ampliar o turismo nas ações públicas dos Estados Amazônicos, uma vez que esta atividade envolve os demais setores econômicos. Isto pode ser feito com investimento no transporte, saneamento, energia elétrica e comunicação.	O documento, resultado de uma palestra, traz no desenvolvimento turístico uma série de efeitos benéficos no campo, político, econômico, cultural, educacional e social, valorizando sobremaneira o turismo como vetor de desenvolvimento regional.
II Plano de Desenvolvimento da Amazônia	SUDAM 1975 a 1979	Reorganizar o setor turístico nos pólos selecionados; elaborar planos de acordo as perspectivas e as ações do mercado nacional e internacional; identificar e caracterizar os atrativos da região; implantar parques florestais com fins turísticos, e criar infraestrutura turística na região.	Primeiro documento oficial que inclui a atividade turística como alternativa econômica e social nos marcos do planejamento nacional, muito embora constar como estratégia não prioritária. Neste documento há, de modo claro, a opção metodológica de desenvolvimento via a noção de pólos. A partir daí, as elaborações governamentais de cunho turístico aparecem associadas à idéia de pólos.

<i>DOCUMENTO</i>	<i>AUTOR/ANO</i>	<i>PRINCIPAIS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
I Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM 1977	Crescer economicamente com conservação ecológica e do patrimônio cultural; diminuir as desigualdades regionais, viabilizar a prática turística nas áreas naturais e melhorar a infra-estrutura turística na Amazônia.	Com a adoção metodológica de pólos de desenvolvimento traz uma hierarquização dos espaços amazônicos propícios ao desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, a iniciativa privada é mencionada como elemento primordial ao crescimento econômico da região. Nada se fala das populações tradicionais e outros agentes sociais que vivem na Amazônia. A idéia de “marca” e de “imagem” exprimem as estratégias (comerciais) e a concepção de natureza, estimulando o imaginário do turismo ao consumo. Há necessidade de criar uma marca promocional via o marketing turístico nacional e internacional.
I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (Nova República)	SUDAM 1986	Aumentar a participação do turismo no desenvolvimento econômico e social, através da geração de emprego e renda; acrescer a oferta turística e o gasto médio do turista; melhorar e ampliar a infra-estrutura turística; promover novos produtos e apoiar o planejamento turístico.	No geral, reproduz algumas ações constantes em planos anteriores, dando maior ênfase na melhoria da oferta e, principalmente, da infra-estrutura e do planejamento turístico da região.

<i>DOCUMENTO</i>	<i>AUTOR/ANO</i>	<i>PRINCIPAIS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
Plano de Turismo da Amazônia	SUDAM 1992	Cria quatro programas para o turismo: estudo, pesquisa e planejamento; marketing e promoção e infra-estrutura e equipamentos ao setor.	Traz bastante definida, em termos operacionais, a idéia de pólos de desenvolvimento cuja seleção de áreas geográficas é baseada no conceito de ecoturismo. Resgata e amplia os pólos criados em planos anteriores na Amazônia, subdividindo-os em pólos turísticos consolidados, pólos turísticos em desenvolvimento e pólos turísticos potenciais.
Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento na Região Amazônica/ Pará.	SUDAM/OEA 1995	Elaborar diagnóstico dos atrativos turísticos, da infra-estrutura e ordenamento turístico, de forma a permitir o incentivo ao fomento da atividade e de projetos turísticos.	Há diretrizes que estipulam projetos turísticos para região com determinados prazos de urgência.
Linhas Básicas para um Programa de Desenvolvimento na Região Amazônica/ Regional	SUDAM/OEA 1995	Obter diagnóstico dos atrativos turísticos, da infra-estrutura e ordenamento turístico, de forma a permitir o incentivo ao fomento da atividade e de projetos turísticos.	Estudo do diagnóstico bem elaborado, focalizando a oferta turística da região amazônica, bem como a identificação do mercado turístico, a exemplo dos concorrentes, das ameaças e das oportunidades.
Plano de Desenvolvimento da Amazônia	SUDAM 1994 a 1997	Aumentar o fluxo turístico na Amazônia; elevar a oferta e a qualidade dos produtos e serviços.	Apresenta quatro subprogramas elegendo o turismo ecológico como prioritário. O marketing tem a função de direcionar a visão à Amazônia apenas ao meio biológico, à sua paisagem.

<i>DOCUMENTO</i>	<i>AUTOR/ANO</i>	<i>PRINCIPAIS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia- PROECOTUR (Propostas de Investimentos)	MMA/SCA 1998	Viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região; criar parques e reservas; criar um ambiente de investimentos em produtos turísticos; ampliar linhas de créditos e melhorar a infra-estrutura para atrair fluxo turístico para a região	O documento apresenta a divisão da Amazônia Legal em Pólos de desenvolvimento, tendo em vista o ecoturismo. O pensamento estratégico está explícito no que se refere à ambiência necessária à competitividade, à presença da iniciativa privada e ao papel do Estado em providenciar estudos de mercado e estimular inovação e diferencial nos produtos turísticos nos Estados Amazônicos.
Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia.	MMA/SCA 2002	Reunir informações básicas sobre o ecoturismo para sensibilizar as comunidades envolvidas nos planos de ecoturismo.	Transformado em um manual acessível com objetivo de subsidiar ações locais, o documento expõe conceitos, estratégias de implantação, benefícios e malefícios relacionados à atividade. Há um conteúdo ufânico sobre as riquezas da Amazônia e seu potencial ecoturístico.
Diretrizes Políticas: roteiros do Brasil/Programa de Regionalização do Turismo.	MTUR 2004	Dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta; estruturar os destinos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico nacional e a taxa de permanência e o gasto médio dos turistas.	O documento ressalta a globalização como processo de se pensar o desenvolvimento turístico mais competitivo e inovador. Para isso, adotou-se a metodologia dos arranjos produtivos locais como instrumento de regionalização. O documento apresenta o conceito de território, priorizando a interação homem-natureza-cultura, porém, não inclui os conflitos e contradições de poder ao conceito.

Fonte: Organizado pelo autor com base em BRASIL (1967;1971;1975; 1977; 1986;1992;1994;1995ab, 1998;2002;2004) e FIGUEIREDO (1999).

Em alguns desses documentos oficiais, acima referidos, é construída uma ideologia pautada no discurso de que a economia tradicional da região se encontra estagnada, prejudicando o desenvolvimento regional, uma vez que as regiões precisam, segundo esta visão, articular-se. Assim, é necessário combater a “fraqueza dos nexos intersetoriais”, “a baixa participação da moeda nas trocas”, “a natureza rudimentar de bens de capital disponíveis”. Para isso, um dos critérios principais é diminuir as distâncias, deixando a organização espacial ligada aos ciclos das águas amazônicas pelos diversos povos da região ser substituída pelas rodovias, com o intuito de integrar a Amazônia ao restante do Brasil, a exemplo de Manaus-Porto Velho, Manaus-Boa Vista, Cuiabá-Santarém, Transamazônica e Perimetral Norte.

Assim, o turismo vem revestido de vários mitos que permeiam as políticas públicas de desenvolvimento, apresentando-o como atividade que melhor aproveita uma natureza intocada sem causar maiores danos, alteridade e intercâmbio cultural, com poucos problemas nessa relação, e principalmente, ferramenta ao propalado desenvolvimento sustentável, garantindo a geração de emprego e renda.

O que é mostrado como ponto de partida para essa questão é a construção de uma visão, segundo a qual a região possui um potencial latente, que não é utilizado na sua plenitude. O desenvolvimento sustentável aparece no argumento que o turismo ecológico pode promover uma justificação econômica para a conservação de áreas naturais com um mínimo de modificação (FIGUEIREDO, 1999, p. 107).

O espaço amazônico é visto como enclave ao progresso e aos avanços da vida urbana. O modo de organização industrial é considerado essencial ao desenvolvimento da região. Dessa maneira, modos de vida relacionados aos recursos naturais, com laços de solidariedade, pautado no valor de uso de territórios amazônicos, repartição de bens baseados no bem comum, formas de extrativismo e de atividades de subsistência voltados apenas à reprodução social de grupos, são excluídos e invisibilizados no processo de planificação do desenvolvimento para Amazônia:

O setor tradicional se caracteriza pela reduzida frequência de fluxos intra-regionais e extra-regionais de mercadorias; pela fragilidade das conexões inter-regionais, pela descontinuidade territorial do mercado, face à dispersão populacional, e pela intermitência dos efeitos monetários que se expressam na intervenção da moeda nas trocas (BRASIL, 1975, p. 10).

O espaço da Amazônia desde as incursões dos colonizadores tem sido disputado por diferentes agentes espaciais, sendo que o Estado e empresas têm impactado determinados segmentos sociais, quer através da introdução de atividades econômicas, quer por ações de

poder e controle via ações públicas que interferem, sobremaneira, no padrão de organização espacial de várias comunidades amazônicas. Assim, historicamente, a produção do espaço amazônico, nos séculos XIX e início do XX, através da substituição do extrativismo das “drogas do sertão” pela produção da borracha implicou em enorme contingente de trabalhadores na região, produzindo outras feições espaciais devido às diversas categoriais sociais impondo suas territorialidades. Com a abertura dos eixos rodoviários foram introduzidas novas tecnologias relacionadas à mineração e à atividade industrial que ocasionaram desestruturação da lógica de reprodução social expressa na ligação entre os ecossistemas de várzea, igapós e terra firme realizados pelos caboclos<sup>13</sup> (BENCHIMOL, 1999).

Na década de 1960 a 1980, a região amazônica sofre intervenções gigantescas, através das políticas elaboradas pelo governo central, cuja intenção era a exploração dos recursos naturais para atender interesses do capital internacional. O Estado iniciou uma política de desenvolvimento que tinha na industrialização e no capital internacional seus pilares nos programas e estratégias de crescimento econômico (BECKER, 1997).

As estratégias do Estado, primeiramente, eram voltadas à implantação dos projetos agropecuários que causaram degradação ambiental na região. Em seguida, na mesma área do projeto anterior, o Governo Federal implanta os megaprojetos agrominerais na região, nos quais se percebe a estratégia do governo militar em controlar o território amazônico, por meio da federalização de rodovias destituindo e/ou enfraquecendo o poder de Governos Estaduais sob seu território político-administrativo. O espaço amazônico através dos eixos implantados de energia elétrica, de comunicações, de rodovias e de hidrovias produziu uma nova forma de organização espacial muito diferente da anterior, que, em muitos casos o turismo se espacializa através desses objetos.

Nesse período, intensificam-se mudanças de organização espacial na Amazônia, no que se refere ao modo de vida de populações que tinham nos ciclos da natureza e, principalmente, da influência dos rios sua dinâmica cultural, econômica e social, vistos na reprodução social realizada no padrão “rio-várzea-floresta”. Esse modelo de organização espacial deu lugar (ou coexiste) a ritmos da industrialização e da urbanização, cuja característica é a extração dos recursos naturais, a utilização de novas tecnologias, novas formas de relações de trabalho, o que desarticula modos de produção local. Isso tendo como

---

<sup>13</sup> Os caboclos, de modo geral, descendem dos índios e portugueses e, em menor grau, pode apresentar parentesco com os africanos. Exercem diversas atividades como coletor, pescador, horticultor, mas principalmente a agricultura de subsistência na Amazônia (BEGOSSI, 2001).

lógica de mobilidade e transformação espacial o padrão “estrada-terrafirme-subsolo” (GONÇALVES, 2001, p. 70).

A mentalidade estradeira tornou-se tão forte nesse país que qualquer acidente de caminhão ou atoleiros causados pela erosão das estradas viram manchetes dos jornais e discursos nas tribunas dos políticos, enquanto que a navegação ribeirinha é abandonada à sua própria sorte, sem considerar que ela é, ainda, a grande responsável pelo escoamento da produção e sobrevivência das vilas, povoados, seringais, castanhais...(BENCHIMOL, 1995, p.14).

Entretanto, na Amazônia ainda persistem modos de vida diferentes daquele implantado na região pelo Estado e pela lógica do capital internacional, cujo imperativo era a integração nacional que iniciou a partir da década de 1950, com a instalação de várias rodovias (Belém-Brasília, por exemplo) e que culminou com os grandes projetos, compondo um outro cenário histórico na região. Os exemplos residuais desse modo de organização de comunidades são materializados na dimensão ribeirinha de várias cidades, lugarejos, vilas da Amazônia, “São paisagens de vida” cujas singularidades de organização social são construídas na história e refletem a relação direta dos sujeitos com os rios, a exemplo da personificação das embarcações pelos ribeirinhos, onde percebemos que o barco “é como gente, tem nome, número e domicílio. Sendo como gente, tem vida, com direito a batismo, padrinho, enredo, romance e drama” (BENCHIMOL, 1995, p.10).

A Amazônia, tratada aqui neste estudo, não é somente rica por conter a maior biodiversidade do mundo, com rios, florestas e animais, mas, sobretudo por que nela existe um patrimônio cultural da humanidade que se ergueu ao longo de séculos, por lutas, conflitos, mortes, vitórias, como também por um modo de vida que possibilita o equilíbrio e o respeito entre indivíduos e natureza através da prática comum e de costumes baseados no respeito.

Falar de diversidade social na Amazônia - comungando com a idéia de Maués (1999) - é considerar os diversos agentes sociais que se reproduzem material e simbolicamente e que possuem um modo de vida, cuja temporalidade reflete a vida integrada com a natureza. Terra e trabalho são sinônimos de vida em comum e respeito aos recursos naturais, a fim de garantir as necessidades básicas e não mais do que isso. É um tipo de vida social que assegura a reprodução material e cultural do grupo e não exclusivamente o lucro. Assim, Maués (1999, p. 58) argumenta sobre a sócio-diversidade amazônica:

Essa riqueza amazônica se expressa no grande número de povos indígenas, com diferentes idiomas e costumes, constituindo uma etnodiversidade que deve ser preservada pelo respeito à vida e ao modo de vida dessas pessoas. [...] Ao lado dessa diversidade étnica indígena também algumas categorias étnicas – caboclos, seringueiros, pescadores, camponeses, garimpeiros, ribeirinhos, negros remanescente de quilombos, urbanitas, pessoas de todas as classes e categorias



sociais – que portam uma diversidade muito grande e formas de organização social e de patrimônio cultural que, por sua vez, merecem todo respeito.

Em suma, as políticas públicas para Amazônia têm priorizado as grandes empresas e o capital internacional, deixando de envolver outros agentes sociais locais que há anos estão à margem da ação governamental, seja nos investimentos, no sistema de crédito ou nas vias de circulação de mercadorias. O modelo econômico destinado para Amazônia negligenciou as peculiaridades regionais, adotando sistemas agroindustriais importados de outras regiões, que se tornaram inadaptáveis para a realidade sócio-econômica das populações amazônicas. A diminuição da dinâmica econômica de várias regiões, a reprodução dos padrões de pobreza e problemas sociais, sobretudo os conflitos fundiários, amplo grau de degradação ambiental, entre outros, são as marcas das políticas públicas que modificaram a realidade sócio-ambiental da região.

O artesão, o pescador, o agricultor, o caboclo, o ribeirinho, entre outros atores sociais, estão de fora da lógica ou da dinâmica das políticas e dos projetos para Amazônia. No jogo do meio-técnico-científico-informacional, essas populações ficaram relegadas aos espaços lentos que do ponto de vista econômico são dotados de vias de circulação precárias, transportes públicos insuficientes que representam pouca importância para a divisão do trabalho, porém, a força dos “homens lentos” faz construir novos usos e finalidades de seus lugares, uma visão nova para o futuro e mudança na vida social e afetiva. (SANTOS, 2004).

O turismo não foge a essa realidade quando vários documentos oficiais apontam o mercado turístico na Amazônia com grande possibilidade de investimentos e lucros, haja vista o número crescente do fluxo turístico para região. Os empresários são incentivados a implantar projetos os mais variados possíveis na Amazônia, através dos incentivos fiscais que os órgãos oficiais e bancos proporcionam. Alguns ramos são citados, como *lodges*, hotéis flutuantes, empreendimentos em Unidades de Conservação, hotéis de selva, centro de pesca e de mergulho, entre outros (BRASIL, 1992, 1995a, b).

Nessa política para a Amazônia, o turismo é apresentado como grande alternativa econômica, um grande mercado em expansão (TAB. 1, p. 58), que não gera impactos sócio-ambientais ao contrário do planejado durante o governo militar via projetos agropecuários e agrominerais. É uma atividade, segundo os planos, adequada para região, porque proporciona a “sustentabilidade”, constituindo a melhor ferramenta frente à estagnação social e econômica e aos problemas gerados pela ocupação na região. O turismo se desenvolve como ideologia e por meio desta se traduz em um sonho, em que todos irão usufruir suas benesses, e, por

consequente, ocasionará a sonhada sustentabilidade para as populações amazônidas. Na verdade, a atividade passa a ser uma verdadeira solução, panacéia para os males que historicamente se desenvolveram no espaço amazônico (ROCHA, 1997).

O turismo na Amazônia apresenta desdobramentos tanto às questões culturais como às ambientais, ocasionando profundas mudanças no convívio de comunidades que têm seu modo de sobrevivência e suas relações modificadas. Nos estudos sobre o turismo na região (FIGUEIREDO, 1998; PINTO, 2000, QUARESMA, 2000; SIMONIAN, 2000; ADRIÃO, 2003) a espacialização do turismo traz como conseqüência a poluição ambiental, artificialidade e comercialização cultural, a exclusão de moradores no planejamento de seu território, a presença marcante das relações de troca substituindo laços de humildade, alteridade, vizinhança, a introdução de novos códigos sociais para o uso do solo, destruição de ecossistemas e desarticulação e/ou transformação do modo produtivo de comunidades anfitriãs, haja vista que estas têm no seu meio a condição fundamental de reprodução.

Tabela 1- Projeção da evolução do turismo Global para Amazônia/ Unid.mil turistas

ANO	TURISTAS
1992	565.9
1993	611.2
1994	660.1
1995	712.9
1996	777.1
1997	847.1
1998	923.3
1999	1.006.4
2000	1.096.9

Fonte: Brasil, 1992.

A concepção de espaço amazônico vinculada nos planos turísticos remete à tendência de se cristalizar o cultural, tornando a contribuição histórica da sociedade um tipo de “campo cego” (LEFEVBRE, 1999, p.36-37) nas estratégias de desenvolvimento, pois é na materialização dos planos que as vivências cotidianas ribeirinhas e outras residuais com conteúdo do lazer, do encontro, do valor de uso nas relações sociais são excluídas e oprimidas. Esta dimensão do cotidiano é a marca de uma temporalidade residual que se reproduz no tempo das formações urbanas (TRINDADE JÚNIOR, 1999, 2004,; SILVA;

MALHEIRO, 2005). É o tempo da sociedade urbana que avança em formas e funções sob uma outra temporalidade, cuja vida tradicional está relacionada aos recursos florestais, mas que apesar de um tempo metropolitano exercendo influência, mantém seu modo de expressar suas vivências e seus mecanismos de reprodução sócio-espacial.

Atualmente, o Estado cumpre a função elementar de articulador entre as políticas públicas para o setor e a iniciativa privada (BENI, 2003), ou no dizer de Harvey (1996) e Souza (2002a) com a flexibilização econômica, pautada no neoliberalismo, há na sociedade um pensamento único, isto é, voltada para o consumo, em que a parceria público-privado, engendrada pelo Estado, articula políticas e intervenções no espaço nacional com fins mercadológicos, privilegiando atores hegemônicos, principalmente o setor privado. É nesse âmbito que a atividade turística vem sendo planejada, tendo suas ações e estratégias voltadas para o consumo ao proporcionar que espaços/lugares busquem maior eficiência competitiva, oferecendo, dentre outras coisas, uma natureza “natural”, uma ilusão de ambiente mítico e intocado, regenerador do espírito e da vida urbana, modelo este trazido para a Amazônia.

É necessário historicizar o conceito de natureza vinculado nos planos de turismo para Amazônia (SANTOS, 2000), e inscrever as relações sociais e as contradições que permeiam o significado “sociedade-natureza” como único processo. É pela técnica e pela ciência que a humanidade instrumentaliza a natureza e a modifica. Essa relação é uma condição de reprodução social da sociedade, que entre outras características, estão culturas, modos de vida, modo de produção, representações e valores sociais que cada agrupamento humano no mundo mantém através de sua história (SANTOS, 1994; SOJA, 1993). Desse modo, a produção do espaço é mais ampla do que a acepção de natureza que as práticas turísticas implicam.

Assim, em contraste com este construto teórico sobre o espaço amazônico, é recorrente nas práticas turísticas a relação romântica (URRY, 1996) que o turista mantém, na qual vai ao encontro de uma natureza inventada/criada/simulada pelo *marketing* da renovação urbana (SANGEZ, 1999), gerando dessa forma sujeitos, cuja alteridade é fluida e efêmera (BAUMAN, 1998) nas relações sociais materializadas nas práticas turísticas. As políticas públicas de turismo expressam/induzem também a visão deturpada de natureza, principalmente a da realidade amazônica, através dos planos de desenvolvimento turístico para Amazônia, priorizando, sobremaneira, sua mercantilização e padronização dos espaços da região via planejamento e gestão. E essa concepção de planejamento turístico e seu modo de agir sobre o espaço amazônico irão ter influências nas políticas de turismo no Pará e em São Domingos do Capim.

### 3.2 NATUREZA E COMPETITIVIDADE DO TURISMO: O EFEITO “CASCATA” NO ESPAÇO AMAZÔNICO PARAENSE

No contexto de flexibilização econômica, o governo do Estado do Pará reúne esforços para tornar a atividade turística alternativa de investimentos, principalmente tentando atrair maiores fluxos de visitantes internacional e nacional, a fim de justificar que o turismo é um ótimo negócio à iniciativa privada. É através de uma visão estratégica de cidade que o Estado do Pará (AMARAL; VILAR, 2005) tem no turismo o veículo de intervenção de planos de desenvolvimento, pautado na criação de uma “imagem” de cidade modelo e de urbanismo espetáculo (SANCHEZ, 1997), como premissas para inserir-se no mercado competitivo da economia global.

Em 2001, é finalizado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT-PA), contendo os objetivos e estratégias direcionadas à noção de competitividade e à parceria público-privado, em que se faz necessário reestruturar o espaço paraense a partir de pólos de desenvolvimento. Busca-se com isso proporcionar o crescimento econômico ao atender às expectativas do mercado e dos desejos do consumidor, no caso, dos turistas. Seguindo a tendência mundial, em particular de Barcelona, o governo contrata uma empresa espanhola para realizar o plano de turismo paraense. Uma experiência do tipo de planejamento que vê a cidade como mercadoria e empresa face ao contexto econômico, impondo uma reestruturação do setor público, uma outra forma de se pensar a cidade e suas prioridades. Esse novo planejamento é transportado da Europa para o Pará através desses consultores catalães que entendem que a cidade é uma empresa em potencial, capaz de se desenvolver com estratégias, intervenções urbanas e do marketing bem definidos e arrojados.

Diante do imperativo neoliberal, a estrutura e o papel estatal perante à sociedade são transformados para uma nova maneira de administrar o desenvolvimento em cidades, haja vista o crescente desemprego e a necessidade de se produzir riquezas. Disso resulta a tendência de um empresariamento público que quer tratar o desenvolvimento de cidades como “balcão” de negócios a contento das decisões e preferências da iniciativa privada (HARVEY, 1996, 2005).

Nesse momento, dispor de vantagens locacionais não garante o investimento, a produção e o lucro esperado pelos gastos do setor privado. É importante garantir outras vantagens competitivas e outros mecanismos de administrar a cidade, ou seja, realizar ações conjuntas com o setor privado. O governo do Estado do Pará tem recorrido sistematicamente a essa idéia de competitividade na medida em que foi buscar na Espanha o modelo de

planejamento estratégico para o setor, como, também, procura sistematizar o setor turístico em pólos na tentativa de oferecer produtos e serviços diferenciados, criados a partir do desejo de consumo dos quem vêm de fora, ou seja, turistas e visitantes. Dentre algumas características desse modelo, registra-se a recorrência de apropriação privada do espaço urbano, refletindo a concepção, o planejamento e a gestão de cidade, o que define práticas espaciais e formas de conceber a cidade. Assim, no Pará, no que se refere às intervenções urbanas com fins turísticos na cidade de Belém, ressaltam-se:

Esses fatores [que] para serem efetivados, mobilizam uma imensa gama de recursos - justificando, assim, em grande parte, a parceria público-privado -, no sentido de tornar a cidade mais competitiva frente a outras cidades (NAEA/ UFPA, 2005, p. 45)

Esse tipo de concepção de cidade não considera o espaço como condição e produto das relações sociais, posto que a produção social da cidade revela tempos, espaços e usos diferenciados. Isso indica que na cidade há conflitos e contradições próprios das relações capitalistas, porém são negligenciados nessa nova forma de planejamento e gestão.

Na verdade, o espaço é pensado em fragmentos, privilegiando apenas alguns agentes produtores que podem consumir, circular e ter direito à cidade de acordo com seu poder aquisitivo. A cidade projetada para o turismo contém frações espaciais construídas a partir de uma imagem pré-definida. Há nela formas e usos delineados antecipadamente nos planos estratégicos. Isso é feito em detrimento das práticas sócio-espaciais espacializadas na dimensão do cotidiano, nas relações de valor de uso, pois essas práticas são invisibilizadas nos processos de planejamento.

Tal modelo impõe uma acirrada “guerra dos lugares”, em que cidades disputam mercados competitivos ao oferecer diversas vantagens, a fim de atingir crescimento econômico. Para tanto, é através dos planos como o “Novo Pará”, o PROECOTUR, e o PDT-PA que várias cidades amazônicas têm desempenhado esforços para garantir produtos turísticos capazes de atender às expectativas do mercado e dos desejos e estilos de consumo, seja nas estratégias dos arranjos produtivos locais, seja na adoção de pólos de crescimento econômico.

Para Sanchez (1997), esse tipo de concepção espacial, ou seja, a maneira pela qual se pensa e se planeja a cidade tem ocasionado, através de intervenção e práticas urbanas, o desaparecimento de solidariedades ao criar uma cidade “perfeita”, ao priorizar o desenvolvimento estritamente econômico e o valor de troca nas relações sociais; ao mesmo tempo, emerge um consenso social, camuflando os conflitos inerentes entre os sujeitos.

Resulta, desse contexto de planejamento, a justificativa de intervenções urbanas que têm na idéia de “revitalização” uma imagem pronta para ser resgatada e/ou recriada de uma fração de cidade, tendo em vista o consumo em detrimento da dimensão mais ampla do espaço social, que possui outras particularidades, prioridades diferentes, pois na Amazônia ainda persistem padrões de organização social relacionados aos recursos da floresta e do rio aos laços de solidariedade e do encontro em várias expressões espaciais que são excluídas nessa postura de governança que inclui atividade turística.

Nessa perspectiva, a cidade “deixa de ser produzida para quem nela habita para ser construída para os que vêm de fora, apenas para visitá-la ou consumi-la” (NAEA/UFPA, 2005, p. 48). No caso específico do turismo no Pará, as intervenções urbanas têm como consequência a criação de uma identidade forjada, apenas aparente, com intuito de modernizar e de sofisticar os espaços e paisagens das cidades paraenses, cabendo destacar a capital do Estado:

As paisagens urbanas, que se voltam principalmente ao uso do turismo como elemento de diversificação da produção econômica, têm contribuído em grande parte para a produção de não-lugares. Neles, cria-se uma identidade aparente, provoca-se o estranhamento e o deslocamento do indivíduo por meio de signos e simulações que chegam mesmo a ganhar conteúdos sócio-culturais ligados às raízes locais, sobre o pretexto da modernização e de sofisticação dos espaços e de suas paisagens (NAEA/UFPA, 2005, p. 49).

Em Belém, as intervenções voltam-se para sua orla que congrega historicamente vivências imediatas da relação cidade-rio, cuja interação evidencia a dinâmica sócio-espacial do cotidiano ribeirinho espacializado em portos, feiras e trapiches (MARIN; PINTO; MONTEIRO, 2005) interligado por meio da presença sócio-espacial do rio, do barco e do trapiche (SILVA; MALHEIRO, 2005) que configuram a paisagem urbana, mas que tem uma temporalidade e uma espacialidade diferencial ao mundo urbano de conteúdo programado da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1999).

As ações de planejamento turístico têm criado formas e usos “deslocados” das práticas sociais, cuja dimensão tem no valor de uso a reprodução social de vários agentes espaciais, a exemplo da vida ribeirinha na paisagem urbana de Belém. São instrumentos de renovação urbana adotados que modelam e forjam uma cidade à moda competitiva de outras experiências européias, criando e reformando formas espaciais com novos objetivos de uso, que tentam “turistificar” conteúdos histórico-geográficos da cidade na perspectiva de se veicular uma identidade e símbolos característicos de uma tempo passado.

O governo do Estado do Pará pautado na idéia de se criar a “imagem” do espaço paraense para o turismo define intervenções em várias cidades, estabelecendo formas e usos

sócio-espaciais com o propósito de “resgatar”, criar signos e símbolos que traduzam uma cidade modelo de se viver, uma cidade espetáculo apta a impregnar, influenciar o imaginário social ao consumo. Este modelo de planejamento significa criar através da renovação urbana e do uso do *marketing* um “espetáculo urbano”, conforme aponta Sanchez (1999).

Nesse sentido, a cultura amazônica veiculada nos planos de turismo para o Estado apresenta-se como recurso e, como tal, precisa de uma transformação/organização, a fim de se tornar um produto turístico e é nesse momento que o *marketing* assume função de vender e de cristalizar as produções culturais num “tempo turistificado” para turista apreciar e ver. Entretanto, tais vinculações não passam de espectro da cultura paraense na medida em que são representações e valores culturais criados ou forjados, não correspondendo às práticas sócio-espaciais da maioria da população materializadas em espaços da cidade.

Notadamente, são relegadas, substituídas nos projetos de renovação urbana as práticas sócio-espaciais de valor de uso, do encontro e do lúdico na cidade pelo consumo efêmero, pelo modismo, pelo negócio. A cultura amazônica materializada em formas espaciais na cidade passa a ser um recurso no modelo de competitividade, capaz de propagar uma forma de cidade-imagem:

À medida que a cultura passava a ser o principal negócio da cidade em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle do urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial [...] como se pode ler num estudo de Zukin acerca das estratégias culturais de desenvolvimento urbano, cujo miolo reside na propagação da imagem de centro de inovação, qualquer que seja, dos serviços financeiros à segurança máxima dos públicos solventes (ARANTES, 2002, p.33).

A cultura, a história e a natureza paraenses passam a ser revisitadas, através das intervenções de reestruturação urbana, cujas novas formas e funções tentam mostrar a história social de um tempo e espaço pretérito, de tal forma, que há nesses projetos um tipo de ufanismo cultural na medida em que mostram aos visitantes as antigas relações sociais e culturais herdadas do passado e que agora tenta-se resgatar na melhor interação homem-natureza-cultura.

O paisagismo parece querer capturar paisagens perdidas e mesmo culturas devastadas no ambiente metropolitano no qual se insere. É assim que o rio volta a ser considerado como elemento de destaque na recomposição da paisagem urbana que se quer projetar e representar (TRINDADE JR, 2005, p. 139).

Há de se esperar, nesses termos acima referidos, a representação do espaço paraense para o mercado turístico como uma natureza única, uma “obra prima da Amazônia”, que reúne a maior representatividade biogenética da fauna e da flora amazônica, como a “Amazônia quilombola” que mostra a interação e o saber tradicional dos negros da floresta

paraense ou como “Amazônia do Marajó” repleta de contribuições dos primeiros habitantes da região, as quais são materializadas no artesanato, na culinária, no folclore etc. Assim, são apresentadas as temporalidades e as territorialidades dos agentes espaciais da Amazônia em produtos e pacotes cujas imagens simulam conteúdos e desejos ao consumo de vários turistas (BRASIL, 2004).

O tipo de planejamento de cidades de caráter empreendedor transforma as relações sociais em trocas de poder simbólico na medida em que a decisão sobre a cidade destina-se manipular usos e símbolos, privilegiando a estetização, o visual, e, principalmente, a utilização de um dos mais poderosos mecanismos de poder, o desenho arquitetônico arrojado que modifica formas e representações sociais.

Essa mudança de pensar e de administrar a cidade surgiu primeiramente nos países de capitalismo avançado, objetivando o desenvolvimento econômico por meio de uma postura inovadora, cujo aspecto empreendedor, em busca da sonhada competitividade, gerou um consenso na governança de várias cidades. Assim, faz-se, premente que os governos busquem mecanismos inovadores capazes de vislumbrar e explorar todos os tipos de possibilidades, com intuito de melhorar a base econômica e fiscal de suas administrações públicas (HARVEY, 2005).

As cidades amazônicas inseridas em novo estilo de planejamento no contexto da flexibilização econômica, consistem agora numa relevante estratégia de produzir as riquezas, destacando o papel do setor público em atender às perspectiva do mercado e da iniciativa privada, no que tange aos investimentos e às vantagens competitivas que tais cidades possuem com relação às demais.

No Pará, os documentos oficiais ressaltam - como um tipo de euforia -, o crescimento do fluxo de turistas, dos empregos diretos e indiretos que a atividade tem proporcionado ao Estado, isso porque o modelo adotado tem no *marketing* seu instrumento de convencimento, bem como, o setor privado, como principal elemento no desenvolvimento turístico paraense (PARÁ, 2004). As estatísticas registradas pela Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) indicam a expansão da atividade no Pará (TAB. 2 e 3, p. 65), mostrando o amplo mercado em potencial aos investidores e aos turistas uma nova imagem associada às cidades da Amazônia, em especial suas novas formas paisagísticas criadas por arrojados projetos arquitetônicos.



Tabela 2 - Fluxo turístico no Pará - Unid. Mil turistas (1999/2004)

ANO	TURISTAS
1999	410.775
2000	439.077
2001	454.053
2002	460.505
2003	486.285
2004	508.628

Fonte: Adaptado de PARÁ (2004).

Tabela 3 - Empregos diretos gerados pelo turismo no Pará (1999/2004)

ANO	Nº DE EMPREGOS
1999	14.605
2000	16.340
2001	17.088
2002	17.841
2003	18.653
2004	20.124

Fonte: Adaptado de PARÁ (2004).

Nesse sentido, o poder público assume todos os riscos em realizar estudos de mercado, apontando as oportunidades e as ameaças, construindo as bases necessárias aos investimentos, como infra-estrutura de acesso, comunicação, segurança, transporte, produto e insumos diferenciados, créditos fiscais e isenções, ao passo que o setor privado fica, no mais, com os lucros. São informações destinadas aos investidores na tentativa de inserir o Estado na competitividade entre os demais Estados brasileiros, principalmente aos que pertencem à Amazônia Legal, uma vez que há tendência de se diferenciar nos serviços e produtos oferecidos aos turistas no que tange às ações do PROECOTUR na região.

O que há é uma ideologia de que a mundialização da economia e da comunicação avança para todos os recantos, apresentando uma situação sem saída para muitos governos. A melhor estratégia é fazer da cidade uma empresa competitiva, com intuito de buscar produção, investimento e desenvolvimento frente às novas condições impostas pela globalização às cidades do mundo. Assim, a adesão ao empreendedorismo visa ao investimento e ao desenvolvimento econômico através de intervenções e de especulação no setor financeiro na tentativa de buscar meios de melhorar a cidade ou o ambiente urbano, tendo em vista a parceria dos poderes econômicos da iniciativa privada.

Para Harvey (2005), baseado nos estudos feitos em Baltimore, existem três grandes fatores que caracterizam a nova postura de governança urbana em várias cidades. Primeiro, com a necessidade de captar fontes externas de financiamento e novos investimentos para a reestruturação e geração de emprego diretos em cidades, a saída adotada é o novo empreendedorismo estatal, tendo a parceria público-privado o elemento essencial nas decisões do planejamento urbano. O segundo, o projeto e a execução de planejamento é especulativa, o que significa que o Estado assume os riscos, ao contrário do desenvolvimento planejado e coordenado. E por último, o empreendedorismo público almeja resultados econômicos de poucos na produção da cidade, esquecendo-se das prioridades e necessidades sócio-espaciais relacionadas ao direito à cidade. Apesar disso, essas intervenções públicas podem criar uma imagem de cidade com paz social, pois no dizer de Harvey (2005, p.173):

A melhoria da imagem de cidades como Baltimore, Liverpool, Glasgow ou Hlífax por meio da construção de centros culturais, de varejo, de entretenimento e empresariais, pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre toda a região metropolitana.

A cidade, nessa postura de gestão estratégica, significa uma oportunidade de apropriação de seus espaços (políticos, públicos e culturais) e de seus recursos pelos grandes interesses empresariais, e, em consequência, há aniquilação dos direitos políticos e do exercício da cidadania, na medida em que se tenta eliminar os conflitos e contradições, a fim de almejar o desenvolvimento. Isso é pautado no amplo e poderoso *marketing* cujo conteúdo ufânico cria uma cidade ideal de se viver e de oferecer.

Assim, justifica-se o consenso, em que é premente considerar que o Estado e o setor privado fazem do planejamento e da reestruturação sócio-espacial alternativas competitivas ao ambiente degradado das cidades, visando ao desenvolvimento, e neste caso, não há oportunidade de pensar as prioridades da sociedade, mas sim as do crescimento econômico a todo custo. Mesmo que essas intervenções privilegiem apenas frações e agentes espaciais da cidade, faz-se necessário negar o direito de contestar particularidades em prol do suposto desenvolvimento (SANCHEZ, 1997).

A competitividade apresenta algumas características quando o poder público a tem como instrumento de inserção no mercado. Por exemplo, é necessário ter segurança nos espaços da cidade e relacionar novos produtos e as idéias de justiça social, de democracia e de harmonia social ao *marketing* como do pensamento estratégico de cidades. Com base nisso, Vainer (2002), analisa o papel da cidade diante da estruturação pública, levando em consideração o planejamento estratégico adotado em vários Estados na América Latina e no

Brasil e usa de metáforas para situar a cidade nesse contexto, isto é: a cidade é mercadoria, empresa e pátria.

Para Vainer (2002), a cidade é uma mercadoria, porque ela é projetada ao mercado internacional, em que se oferecem vantagens locacionais, como, por exemplo, insumos valorizados pelo capital, parques industriais, centro de convenções e feiras. A cidade é preparada para quem vem de fora, aos investidores, àqueles que fazem gastos, proporcionado a circulação da moeda através do consumo. A cidade é vendida em frações espaciais ao melhor nicho que se configura economicamente, por isso que o turismo aparece como um dos pilares do programa de governo do Estado do Pará.

Desde o início, o plano estava traçado e a palavra de ordem era: mudança da base produtiva. O tripé dessa mudança: agroindústria, turismo e mineração. Quando se vê o Pará em 2002, vê-se um Pará transformado, ativo, em frenética produção. Já estava escrito (PARÁ, 2002, p 2).

E por isso que o espaço não é mera mercadoria:

Pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2002, p.83)

A cidade-empresa diz respeito à sua inserção no mercado globalizado, pois a cidade tem de promover inovações e difusões tecnológicas para alcançar o desenvolvimento, por isso é uma empresa atuando na atração de investimentos e tecnologias. O planejamento estratégico sai da escola de Harvard Business para institucionalizar-se na esfera pública, dá-se o empresariamento da gestão urbana.

[Há] um consenso geral em todo mundo capitalista avançado de que benefícios têm de ser obtidos por cidades que assumam um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico (Harvey, 1996, p.49).

As novas características dessa cidade referem-se ao alcance de suas metas: “produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado” (VAINER, 2002, p.85). Por isso é necessário realizar tomadas de decisões, cujo horizonte segue-se às tendências do mercado. Os planos e as ações estratégicos do poder público são pensados a partir do “termômetro” mercadológico; e nesse sentido, para seguir à risca existe um único caminho: realizar a parceira público-privado. Eis a cidade-empresa.

A cidade-pátria concerne à idéia de justiça social, democracia e harmonia social. Isto é associado à idéia de que existe unidade, consenso, diante a uma crise econômica. O que é necessário adotar estratégias de desenvolvimento, em que todos devem ter consciência das

influencias da globalização. Este é o primeiro passo para tornar a cidade unida ao consenso ideológico.

Assim, instaura-se o patriotismo de cidade unida, sem classes e sem divergências. “Todos unidos” devem aceitar o modelo de desenvolvimento e suas pontuais intervenções sócio-espaciais, pois “somente assim um projeto unitário, coeso, legítimo e universalmente aceito poderá ser levado adiante” (VAINER, 2002, p.93). Parte-se do princípio de que a crise é passageira, mas não o patriotismo de cidade. O consenso é o instrumento de poder e dominação dos futuros projetos estratégicos. Para o autor, isso traz como consequência o fim da vida política e cidadã, aniquilam-se as idéias divergentes, os conflitos entre os sujeitos, como também, as prioridades e os projetos de sociedade são relegados no planejamento.

Pólos de grãos em áreas já degradadas, cultivo de frutas, agroindústria para aproveitamento não só da produção do campo como também os rejeitos, **turismo**, novos projetos minerais – tudo isso gerou empregos, criou novas empresas e espalhou um otimismo nos paraenses que foi captado pelos institutos de pesquisa, como o Ibope. A confiança dos paraenses no futuro aumentou, a auto-estima, o orgulho de ser paraense, está à vista de todos (PARÁ, 2002, p.2, grifo do autor).

É assim que é apresentado o espaço amazônico paraense ao desenvolvimento turístico. Ora seus atributos naturais são ressaltados como recurso, ora as práticas culturais são cristalizadas para melhor compor o imaginário social ao consumo, contribuindo para as relações sociais fugazes e efêmeras. As intervenções urbanas são pontuais e fragmentárias não se propagando à cidade no sentido mais amplo. E nesses espaços são construídos cenários concebidos sem nenhuma participação popular, mas tendo em vista o consumo do turismo e atendendo à estetização e modismo urbano.

A inclusão das práticas imediatas na dimensão do cotidiano que materializam o valor de uso, da solidariedade, do encontro, dos laços de proximidade e de vizinhança e de modos de reprodução social, cuja característica se encontra fora da lógica do capital e da sociedade urbana precisam ser incluídas no planejamento de cidades, pois muitas “intervenções urbanas de alguns produtores espaciais não contemplam ou não enxergam ou enxergam como algo distante, quase amorfo, a realidade hegemônica das práticas urbanas” (LEFEBVRE, 1999, p.35) e incluí-las no projeto de renovação urbana é uma ação em busca do verdadeiro sentido ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). É o caso do Município de São Domingos do Capim com características ribeirinhas passa a interligar-se ao avanço do tempo urbano relacionado ao turismo, aos estilos e aos ritmos dos turistas e visitantes que procuram suas águas, sua pororoca, a fim de ter seu lazer e entretenimento já programado pelo poder público.

## 4 SÃO DOMINGOS DO CAPIM: REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA

### 4.1 SÃO DOMINGOS DO CAPIM (PA) NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Para analisar os conflitos e as contradições entre os tempos e os espaços diferenciados e seus agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim, faz-se necessário, reconstituir a produção do espaço local no contexto amazônico e lançar o pensamento para melhor compreender sua espacialização no cotidiano ribeirinho. Assim, a discussão prossegue ressaltando as influências e presença de diversos atores sociais que organizaram, de certa forma, o espaço amazônico e do Município em questão.

Assim, antes da chegada dos portugueses no Brasil, a população indígena ocupava todo o território brasileiro. Percorria-o no sentido sul-norte, povoando o litoral e seu interior, formando uma civilização que apresentava um saber cultural e simbólico, cuja organização social refletia o nível de tecnologia que assegurava a permanência e a adaptação humana. As maiores nações indígenas eram Jê e Tupi-Guarani que habitavam desde o sul do Brasil até a Amazônia. Nesse sentido, a formação social e cultural da Amazônia foi um processo marcadamente realizado pelos povos indígenas, cujos valores, técnicas, saberes, foram adaptados e incorporados pelos portugueses e outros agentes sociais. Assim a cultura nativa:

Implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão de tarefas durante a jornada e simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar... (BOSI, 1995, p.324).

No primeiro processo de tropicalização e amazonização (BENCHIMOL, 1999) deu-se a formação de uma economia extrativista em que a Coroa Portuguesa teve a iniciativa de extrair dos recursos da floresta e do rio oportunidades de inovação e criação de formas de trabalho na região, tais como as drogas do sertão, as ervas medicinais, a navegação, as madeiras, os frutos, os peixes etc.

Os povos indígenas da Amazônia sofreram um processo de aculturação e destribalização através das práticas do aldeamento e do descimento jesuítas, servindo de mão-de-obra para coleta das drogas do sertão, para a agricultura e para a construção de obras, como o Forte do Presépio (hoje Forte do Castelo) e a Igreja de Santo Alexandre em Belém. Desse contato interétnico foram herdados muitos valores diferentes e contraditórios,

materializados nas crenças, mitos, lendas, do conhecimento e valores dos ecossistemas lacustres, florestais e fluviais.

No século XVIII, a política de Pombal que excluía, sobretudo os índios, da vida econômica e social através do regime do Diretório, foi marcada pela inserção dos povos negros africanos na Amazônia em substituição à mão-de-obra indígena, que resultaria, nos anos seguintes, na reelaboração da cultura africana na região (MAÚES, 1999). Nesse período, segundo Cruz (1973), com a expulsão dos missionários da Amazônia, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Estado do Grão-Pará, deu início à elevação de pequenos povoados à categoria de vilas, fato notório no contexto de São Domingos do Capim, haja vista que o Município passou a ser chamado de São Domingos da Boa Vista ao ser constituído como Freguesia, ainda ligado à Capital do Estado.

Assim nesse contexto, a emancipação política de São Domingos do Capim se inicia em 1758 quando Francisco de Mendonça Furtado, então Governador do Estado do Grão-Pará, elevou São Domingos da Boa Vista à categoria de Freguesia e, em 1833, passou a integrar a extensão administrativa da capital do Estado no Governo Provisório. Anos depois, por meio do Decreto Legislativo nº 237, de 09 de dezembro de 1890, o Município é elevado à condição de “Vila” e nesse mesmo ano é emancipado com a substituição do nome vila para Município de São Domingos da Boa Vista. Em 1932, através do Decreto Estadual nº 720, o Município assumiu a denominação de São Domingos do Capim, em homenagem ao santo padroeiro e ao rio Capim (PARÁ, 1996).

Nos séculos XIX e início do XX com a substituição do extrativismo das drogas do sertão, a extração e produção da borracha atraiu um enorme contingente de trabalhadores à região, vindos dos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia, os quais permaneciam num sistema que os condicionava a um ciclo de dívidas, garantindo a exploração das elites econômicas e o lucro gerado pela força de trabalho dos imigrantes nordestinos e caboclos amazônicos (GONÇALVES, 2001). Isso perdurou por algum tempo:

Até as primeiras décadas do século XIX, a economia regional pautou-se na exploração das “drogas do sertão”, (canela, cravo, frutas, plantas medicinais, etc), experimentando um ligeiro crescimento com a cultura de exportação do cacau, seguida da cultura de açúcar, algodão, tabaco, arroz e café, cujos principais portos consumidores eram Gênova, Hamburgo, Veneza, França e Holanda (SARGES, 2000, p.47).

Ainda, os ingleses, também, no século XX, investiram em várias cidades amazônicas devido ao desenvolvimento do capitalismo industrial, onde a matéria-prima extraída da

borracha tinha valor imprescindível no mercado automobilístico. Os investimentos destinavam-se ao setor de energia, portos, transportes, telefonia, telegrafia, rede de esgoto e na construção civil nas capitais Belém e Manaus.

Com a abertura dos eixos rodoviários, a Amazônia passou a receber paranaenses, mineiros e capixabas que introduziram técnicas relacionadas à pecuária, às serrarias, às plantações cultivadas na mata de terra-firme, à mineração, estimulando uma nova lógica de reprodução social (BENCHIMOL, 1999). Em São Domingos do Capim, por exemplo, nesse contexto, a reprodução social dos povos indígenas revela o cotidiano e seu conteúdo simbólico nas práticas espacializadas na terra, no rio e na mata; no dizer de Hébette (2004b):

Quando foi aberta a rodovia Belém-Brasília, o sul do enorme Município de São Domingos do Capim, no Pará, era apenas perambulado por pequenos grupos indígenas (Amanayé, Anambé, Turiwara e Gavião). O envolvimento desses povos com a terra era total. Terra, mata e rio faziam parte de suas vidas; eram seu espaço, sua subsistência, sua moradia, seu lazer, sua experiência ritual, sem valor, sem preço (HÉBETTE, 2004b, p. 44).

No Município ainda a atividade agrícola depende essencialmente da terra, dos saberes, das técnicas tradicionais, uma vez que as populações garantem seus vínculos de reprodução social, econômica e simbólica a partir desses saberes, pois a terra e trabalho não têm somente valor econômico. A terra é como meio de trabalho possuindo valor de uso cultural, simbólico, encerrando múltiplas dimensões.

A adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos e é essa variação de práticas que asseguram a perpetuação e reprodução do grupo, possibilitando a construção de uma cultura integrada à natureza e às formas de relação com a natureza (CASTRO, 2000, p.169).

Em São Domingos do Capim verifica-se a presença negra e indígena na formação sócio-espacial local<sup>14</sup>. Sua reprodução social pode ser visualizada nas crenças, na culinária, nas edificações localizadas tanto na cidade como nas comunidades ribeirinhas (engenhos de cana-de-açúcar e as igrejas católicas), nos hábitos e costumes, na história oral nas práticas da

<sup>14</sup> Os portugueses, de modo geral, deixaram seu legado no que tange ao aspecto cultural, religioso, comercial e na sua organização política na Amazônia (BENCHIMOL, 1999). Em consequência desse processo, quando se chega a São Domingos do Capim, via PA-127 que atravessa os Municípios de Castanhal e São Miguel do Guamá, avistam-se duas igrejas católicas nos extremos da paisagem beira-rio. A oeste está localizada a matriz, cujo padroeiro é São Domingos de Gusmão; a leste situa-se a igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Segundo a tradição oral, para a construção da igreja matriz foi utilizada a força de trabalho negra. Nela ainda é possível observar tábuas confeccionadas pelos escravos localizadas atrás do altar-mor da igreja. Este é um indicativo de que a produção do espaço do Município foi realizada por índios, negros e brancos (portugueses) (SOUZA, 2006).

pesca e da agricultura. Isso é importante porque são heranças de uma temporalidade que hoje configuram formas e conteúdos presentes nas relações sócio-espaciais do Município, a exemplo da dimensão ribeirinha apropriada pela prática do turismo.

A relação entre rio-floresta propiciou em várias partes do Município a prática de subsistência, haja vista que as atividades produtivas dos moradores estão vinculadas, em sua maioria, à agricultura e ao extrativismo. Os habitantes aproveitam os recursos da floresta e as possibilidades de oferta na sede urbana para comercialização e sobrevivência. Os moradores de São Domingos do Capim, vivendo em sua maioria no campo (GRAF. 1), praticam agricultura, principalmente o cultivo da mandioca e comercializam no trapiche Municipal ou em outras cidades, como Belém.

Outras atividades produtivas (extrativismo, pecuária e serviços) compõem a reprodução material dos residentes, tais como a extração e venda do açaí (*Euterp oleracea*, Mart.), da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, L.), do coco (*Cocos nucifera*), da banana (*Musa cavendishii*), do mamão (*Carioca papaya*, L.), da extração e comercialização de madeira, do carvão vegetal, da pecuária, da manufatura e da cerâmica (PARÁ, 1996; BRASIL, 2000), além das atividades comerciais e de serviços localizadas na sede urbana da cidade (GRAF. 2, p. 73). O rio nesse contexto é utilizado como meio de transporte e garantia do esforço desempenhado nas roças e quintais das famílias.

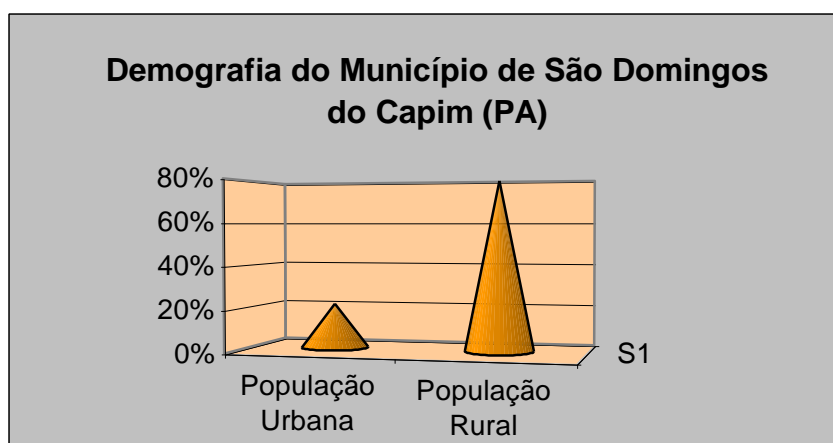


GRÁFICO - 1 Demografia do Município.  
Fonte: Adaptado de BRASIL, 2006.



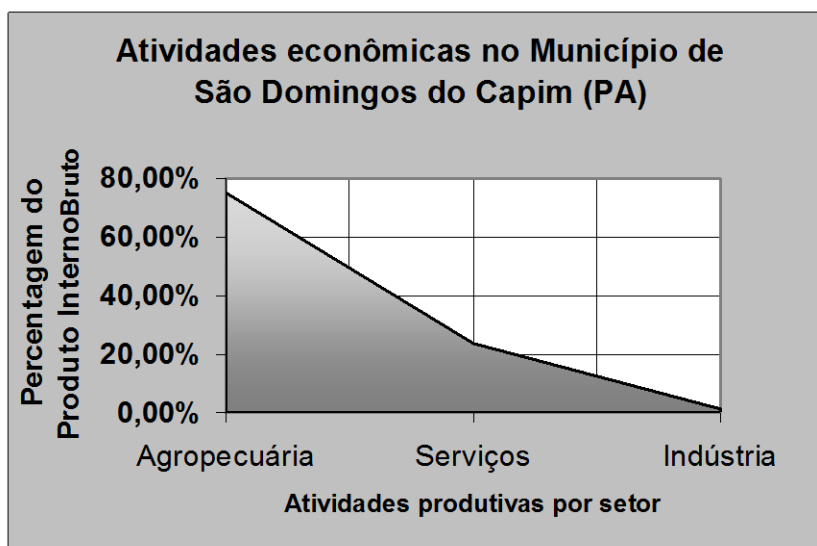


GRÁFICO - 2 Atividades econômicas do Município.  
Fonte: adaptado de BRASIL, 2006.

No Município, a agropecuária é a principal atividade econômica de várias famílias, correspondendo a 75,1% do Produto Interno Bruto, seguido do setor de serviços com 23,6% e da indústria, com 1,3% (BRASIL, 2004). A descrição da economia sugere uma análise de que o cultivo da mandioca (FIG. 2, p.74) e a criação de gado são destaques na economia local, no que se refere à produção familiar e de subsistência. Com várias comunidades rurais e ribeirinhas sobrevivendo dos saberes tradicionais ligados ao cultivo da terra, materializados nas atividades do extrativismo e da agricultura, há, em São Domingos do Capim, precariedade de assistência técnica e médica aos trabalhadores do campo, de educação e melhores condições de emprego (SILVA, M. G., GORETTI, 2005) (FIG. 2, p.74).

Em São Domingos do Capim existem comunidades de moradores que vivem às margens do rio Capim, distantes da sede municipal várias horas. Em geral, o meio de acesso até elas somente é realizado por uso de embarcações particulares que, através de um aceno de mão levantando qualquer tecido de algodão - um tipo sinal de “navegação social” -, o transporte é chamado e negociado ali mesmo com barqueiro local. São algumas comunidades do Município: Nossa Senhora do Livramento, São José do “S”, Trindade, Monte Sião e Monte de Outro.

Na maioria delas, a Igreja Católica exerce forte presença na organização social e política, através de sua estrutura administrativa. Nas comunidades ela está constituída em núcleos de ações e para cada um deles há um militante que representa uma localidade e que é responsável por coordená-la e mobilizá-la para reuniões e obrigações eclesiais e/ou comunitárias.



FIGURA 2 - A força de Trabalho na Comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento. Com destaque, a força do trabalho da mulher na preparação e no transporte da farinha.

Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2006.

Essa forma de organização espacial reelaborada com as práticas cotidianas dos moradores revela uma temporalidade inscrita nas relações de trabalho, no convívio religioso, político, econômico e simbólico no que tange às vivências ribeirinhas. Essa dimensão espaço-temporal construída vem coexistindo com outra trazida pelo processo de urbanização da Amazônia, através do fenômeno do turismo que reúne desejos, práticas e simulações na realidade sócio-espacial de São Domingos do Capim.

Junto com esse processo cultural inscrito no espaço amazônico formou-se uma hibridização humana (conflitos, contradições e alteridades) na região com a participação dos índios, dos europeus, dos negros, dos nordestinos e outros que construíram um complexo cultural, compreendendo um conjunto de valores, crenças e modos de vida tradicionais, delineando a organização espacial da região. É nessa produção social do espaço, em particular de muitas cidades amazônicas às margens dos cursos d'água, que se encontram modos de vida e vivências cotidianas do encontro e da festa, da sobrevivência e da solidariedade; conteúdos sociais oprimidos e marginalizados pelo tempo hegemônico da vida urbana. De tal modo, é nessa realidade que São Domingos do Capim intensifica sua relação espaço-temporal com a necessidade da vida metropolitana, do estilo de lazer, do consumo, através da espacialização do turismo. Enfim, é nesse desdobramento entre um tempo

hegemônico e outro residual que a produção do espaço em São Domingos do Capim é analisada.

Nesse sentido, a atividade do turismo em São Domingos do Capim propicia a coexistência de vários tempos. Um tempo mais moderno, marcado pela rapidez de diversas ações e fluxos de tecnologias e de pessoas, e outro, marcado por um tempo mais tradicional de um espaço ribeirinho. É nesse processo, de proximidade e distância, de fragmentação e articulação sócio-espacial, que se pretende analisar a produção do espaço, tendo em vista o desenvolvimento do turismo e suas conseqüências no espaço vivido local (LEFEBVRE, 2001).

#### 4.2 ESPAÇO E VIVÊNCIA COTIDIANA: AS ESPACIALIDADES DE UMA AMAZÔNIA RIBEIRINHA

O processo de desenvolvimento do turismo expande-se, em forma e conteúdo, no espaço vivido local. É um processo unitário, inserido numa estrutura sócio-espacial que liga a dimensão ribeirinha e a urbana na produção do espaço. A relação de proximidade e distância, entre a ordem próxima e a ordem distante, impele a refletir sobre esta espacialidade ribeirinha. Suas características e vivências - agora ligada ao turismo - estão estritamente relacionadas à vida e à necessidade urbana, isto é, do tempo destinado ao lazer, ao turismo e ao desejo de retorno à natureza. Nesse sentido, há primeiro, o esforço de vislumbrar esta dimensão e sua espacialidade tanto na vida diária como no contexto do turismo.

Mas, como identificar a dimensão ribeirinha de São Domingos do Capim e quais as suas faces na dinâmica do turismo? A persistência em busca da resposta aponta a coexistência entre o ribeirinho e o urbano, que se intensifica com a atividade do turismo.

A primeira referência da vivência ribeirinha relaciona-se à dinâmica e ao papel dos cursos fluviais da Amazônia. Sua importância revela a sobrevivência e o desenvolvimento de várias localidades que estão entremeadas pelas águas, pois são por meio delas que a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. São através dos cursos fluviais que se espacializam sonhos, desejos, encontros e modos de vida, que o homem amazônida cria seu próprio mecanismo de usar o espaço e o tempo.

Na Amazônia, os rios na produção do espaço tornaram-se os meios de circulação de mercadorias e de pessoas, configuraram um padrão de organização espacial na medida em que

várias cidades cresciam seguindo suas águas. O movimento pelos rios da região em conjunto com as atividades produtivas fez emergir núcleos urbanos importantes que mantinham relação com o interior amazônico, como é o caso de Belém e Manaus.

Assim, a base econômica, no início da organização espacial das cidades amazônicas, tinha nos rios a sua vida, sua dinâmica comercial, o crescimento da agricultura e do extrativismo, atividades que se constituem como de subsistência para muitas localidades. Ao mesmo tempo, os rios possibilitaram a vivência religiosa e uma organização social através das ações católicas no espaço local. Seus conteúdos sociais também possuem sentido simbólico-cultural por aqueles que cotidianamente mantêm um tipo de contato terra-água.

Rieper (2003), ao analisar o cotidiano ribeirinho, ressalta a afetividade e o valor simbólico que os sujeitos mantêm com a natureza, e principalmente com os rios. Suas representações e atitudes revelam vivências e posturas coletivas em comum diante das suas atividades diárias de trabalho e de lazer. O sentido de valor ao espaço do cotidiano encerra o uso e a afetividade individual e coletiva.

No baixo São Francisco as pessoas se relacionam com a natureza e com o espaço onde vivem de uma forma particular. A natureza é vista como uma extensão do próprio corpo; peixes e outras caças têm vontade própria e atitudes “inteligentes”, assim como os humanos. O rio é um parceiro presente na lida diária, no sustento, e nunca um adversário que deve ser domado para o aproveitamento máximo. O aproveitamento suficiente basta. O rio São Francisco é “*como um amigo*” (RIEPER, 2003, p. 8. Grifo da autora).

Os cursos d’água demarcam ou apontam um tempo em que o ritmo e a organização social se interligam. Os períodos da vazante e da cheia indicam o momento de partida ou saída de barcos, velas, canoas e pessoas. O ciclo da natureza faz com que se plante e se colha determinadas culturas; também a dinâmica fluvial define a hora da venda, dos negócios de muitas cidades amazônicas, as quais se expandiram aproveitando as vantagens naturais.

Ainda hoje, os rios da Amazônia funcionam como verdadeiras estradas integrando a região, sendo muitas vezes o único meio de acesso para algumas localidades. A densa rede de drenagem fluvial amazônica desempenhou um importante papel de localização das cidades e vilas, as quais vão florescer ao longo das margens e na confluência destas vias naturais (TRINDADE JR, 2005, p.19).

O trabalho de Rieper (2003) ressalta o elemento rio na composição do modo de vida ribeirinho. Ele expressa a relação sociedade e natureza, é o espelho das diversas formas de paisagem ribeirinha, que pode ser traduzida no uso múltiplo de tempos e de espaços em que são materializadas as atividades produtivas, como a pesca e a agricultura vinculadas às dimensões simbólicas, principalmente à ordenação do mundo vivido.

Na construção dos parâmetros espaciais da população ribeirinha influem e interagem o visto e o vivido. Ver o rio é fundamental para essas pessoas [...] A percepção deste espaço (beira rio) ocorre a partir das atividades que lá se desenvolvem, com a pesca, as brincadeiras, as peixadas no local de trabalho e lazer. Ocorre também a partir do olhar: ver as croas dos rios significa contar com a continuidade dos hábitos e formas de apropriação do espaço (RIEPER, 2003, p. 4-5).

Além da importância da percepção dos sujeitos em ver o rio compondo um conjunto de subjetividades - desde o lúdico até a reconstituição da memória social relacionada à vivência cotidiana nos rios -, a paisagem ribeirinha é composta por coloridos dos barcos e velas que dão ao espaço um movimento peculiar na busca da satisfação material e sentimental dos sujeitos no cotidiano beira-rio. As embarcações representam muito mais do que simples recursos econômicos, significa, pois, a festa, o encontro, o movimento colorido, contido nas ondas e nos balanços das canoas, velas e barcos. Portanto, o barco é uma referência espacial no cotidiano ribeirinho, presente tanto na memória social e na percepção da paisagem, como elemento primordial na realização de práticas sociais. Parafraseando Lefebvre (2001) pode-se dizer que os ribeirinhos dão ao seu cotidiano sentido em ter direito ao espaço, desde o lúdico até as atividades de produção, de sobrevivência.

Olhar para o rio cheio de velas e mastros, que carregam pessoas conhecidas, é o que mais importa para estas pessoas, é o que traz alma para a vida. As pessoas conhecem bem cada canoa e gostavam de vê-las apostando corrida no rio [...] A “boniteza” das cores dos panos amarelos, roxos, brancos, vermelhos, de toda a croa, como “brabuleta” no rio, era somada pelo sentimento de familiaridade com o rio, de conhecimento e adaptação a sua temporalidade [...] Uma embarcação trazia referências de estruturas de parentesco, das relações de produção entre donos de canoas e embarcados, carregando uma série de informação que davam sentido à vida social (RIEPER, 2003, p. 9-10).

Corrêa (2003), por seu turno, menciona que a margem dos cursos d’água é o *locus* da dimensão ribeirinha, de suas ações e referências simbólicas. Nesse caso, para a autora, a beira- rio assume a localização do cotidiano ribeirinho. Porém, entender a espacialidade ribeirinha amazônica é ir além das margens fluviais, ou seja, a vida ribeirinha não se desenvolve e não se reproduz somente numa fração espacial relacionada às margens ou às beiras dos rios. Ter como critério de localização a vivência ribeirinha é tomá-la como estática, inerte à cotidianidade. Nesse sentido, é necessário refletir as formas de apropriação e a reprodução deste modo de vida que se encontram em muitas cidades amazônicas.

Heller (1989), numa importante discussão a esse respeito, refere-se à vida cotidiana como experiências vitais e intersubjetivas na construção do mundo. A vida cotidiana elabora signos e instituições na tentativa de ordenar a experiência no vivido. Compreender o cotidiano ribeirinho, neste contexto, é espacializar - numa linguagem geográfica - as práticas sociais dos

sujeitos. Concordando com Heller (1977), o cotidiano prolonga-se a outras atividades, sejam elas simbólico-culturais, econômicas e políticas, o que permite compreender seus processos de produção e de vida política.

Pode-se dizer que a vivência ribeirinha se espacializa, dialeticamente, em formas/objetos espaciais, apresentando também conteúdos sociais singularmente marcados por temporalidades, que indicam uma história social, composta por laços de solidariedade, de proximidade, do uso na organização da vida.

Para Trindade Jr et alii (2005) a relação entre cidades e rios amazônicos revela a própria produção do espaço geográfico, pois através da dialética espacial (LEFEBVRE, 1980) é que se identificam os múltiplos usos e formas de apropriação. Na medida em que são criados meios de sobrevivências e de expressão de se viver, tem-se a condição da reprodução social, integrada na relação imediata cidade-rio, sociedade-natureza.

É por meio da produção do espaço que são edificadas as paisagens do modo de vida ribeirinho, pois é na relação dialética entre forma e conteúdo (SANTOS, 2004) que se encontram os fragmentos da vida ribeirinha no contexto urbano amazônico, muitas vezes invisibilizados na expansão do ritmo urbano, que ora oprime e exclui e, ao mesmo tempo, articula-se e aproxima-se através de objetos e ações construídos historicamente pelo homem amazônico (TRINDADE JR, 2005).

Assim, compreender a dimensão ribeirinha é refletir o cotidiano inserido numa totalidade espacial expressa na relação entre a ordem próxima e a ordem distante que, funde o espaço do rural e do urbano. (LEFEBVRE, 2001). A ordem próxima traduz-se na vida de toda humanidade, na reprodução familiar, nas relações do cotidiano. Está relacionada à festa, ao valor de uso nas relações sociais do e no espaço, na realização dos sonhos, das utopias. A ordem distante tem a ver com a própria história do capitalismo, da divisão social do trabalho e da organização social, em que há outras dimensões sociais no espaço enquanto condição, meio e produto das relações. É na ordem distante que se programa o cotidiano da sociedade urbana, é nela que estão o saber instrumentalizado e o poder hegemônico, interessados na racionalidade das práticas sociais direcionadas ao consumo e ao valor de troca, da mercadoria. É nesse jogo dialético que se encontra o cotidiano e a produção do espaço, pois:

Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade, o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social - que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o

não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo (LIMONAD; LIMA, 2003, p 22).

É nessa dialética entre ordem próxima e ordem distante que cada sociedade cria seu próprio espaço e seu tempo, e assim se realiza (LEFEBVRE, 1980). De tal maneira, que a espacialidade ribeirinha também usa o tempo e o espaço de modo particular, a fim de se realizar como sociedade e como expressão de vida no contexto urbano amazônico. Para Trindade Jr (2003), a identidade ribeirinha implica na interação entre sistema de objetos e sistemas de ações, em que é necessário considerar sua espacialidade historicamente construída, haja vista que é primordial considerar:

Interações e modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recurso econômico e de subsistência, seja ainda como referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico (TRINDADE JR, 2003, p. 03).

Silva e Malheiro (2005), refletindo sobre a identidade ribeirinha na orla fluvial de Belém, apontam formas/objetos, que, articulados num contexto espaço-temporal, espelham o modo de viver, o cotidiano ribeirinho. Tendo como ponto de partida o estudo de Rieper (2003), os autores analisam alguns arranjos espaciais que refletem a contínuo do viver ribeirinho, sua espacialidades e vivências com a vida metropolitana, a qual nega sua existência, mas que, por outro lado, articula-se em fragmentos de vida.

Assim, a face ribeirinha se metamorfoseia através de formas e conteúdos espaciais interligados ao mundo urbano, ao tempo desta sociedade eminentemente urbana. A dinâmica das formas desse cotidiano ribeirinho desempenha certas vivências e referências simbólicas e territoriais para os sujeitos que ali mantêm relações, pois é neste espaço de vivência que se materializa a cotidianidade entremeada nas dimensões da realidade espacial amazônica: as verticalidades e horizontalidades. De tal modo que os autores, ao se referirem à identidade ribeirinha ressaltam, a produção do espaço materializados na paisagem, pois:

Os objetos que a constituem acabam por “funcionar” como referências, seja para as vivências, seja para as diferenças existentes no interior dos espaços de identidade ribeirinha presentes na orla fluvial de Belém. Estes objetos constituem espaços desta identidade (SILVA; MALHEIRO, 2005, p.147).

Tais objetos espaciais, que representam a identidade ribeirinha - pode-se dizer também sua espacialidade -, são, segundo os autores, o rio, o barco e o trapiche. O rio indica não apenas o tempo da natureza e as atividades ribeirinhas a ele relacionadas, mas principalmente

ao processo humano diante da natureza, o valor da troca, o movimento, as narrativas e histórias (MARIN et alii 2005), vivências e sobrevivências nos portos e trapiches, cujo ritmo urbano é presente e coexiste nesta dinâmica espacial (SILVA; MALHEIRO, 2005).

O barco compõe a paisagem ribeirinha, cujo olhar alcança o colorido das embarcações e remete à memória do lúdico no rio, ao laço de parentesco e à afetividade que esse objeto desperta (RIEPPER, 2005). Para Silva e Malheiro (2005), o barco é o elo entre o homem e o rio, é a moldura da paisagem ribeirinha que indica de imediato a temporalidade residual. É através do barco que há o encontro entre o cotidiano irreduzível com o tempo hegemônico da metrópole. As embarcações significam a ligação de milhares de povoados amazônicos, seus sonhos, necessidades, esperanças e a cidade urbana, no caso Belém.

O trapiche materializa o encontro, a festa, as sociabilidades dos agentes sociais; é o *locus* das vivências ribeirinhas, da troca material e simbólica. Ele é um híbrido social, um símbolo, que consegue reunir mundos diferentes. Portanto, longe de ser estático e inferir a idéia de fronteira entre dimensões diferentes, o trapiche é composto por realidades opostas, mas que se complementam e se articulam, desenvolvem-se e negam-se, ao mesmo tempo, são espaços híbridos (MARIN et alii, 2005). O trapiche sintetiza o conjunto de relações da experiência ribeirinha ao fazer o contato entre mundos do além rio e do tempo metropolitano (FIG. 3 e 4, p. 81).

É nesse objeto espacial que se reúnem os processos da ordem próxima e da ordem distante, das interações entre as horizontalidades e as verticalidades; é o lugar do vivido espacial que emerge das contradições, opressões e das resistências e dos mecanismos de sobrevivência desse modo de vida ribeirinho.

Enquanto objeto espacial marcado por um forte conteúdo simbólico, o trapiche representa um sonho; a sociabilidade que o tempo da metrópole não realizou, mas que pelo contrário, continua negando-a ao deixar estes espaços literalmente às suas margens. Concretamente, ele se presta à sobrevivência de inúmeros agentes excluídos das vantagens do tempo hegemônico da metrópole. Ao mesmo tempo, constitui-se por inúmeros encontros e desencontros, por onde passam caminhos e descaminhos (SILVA; MALHEIRO, 2005, p. 162).

O modo de vida ribeirinho produz seu próprio espaço e seu tempo, suas formas e feições, o que proporciona a reprodução social das vivências, do encontro, das sociabilidades e das resistências e das diferenças.





FIGURA 3 - escoamento da produção de farinha realizado no espaço beira-rio. Muitos produtores rurais e ribeirinhos saem de suas comunidades em direção à sede municipal para comercialização de seus produtos. A farinha de mandioca é a principal atividade produtiva do Município.

Fonte: Trabalho de campo, dezembro/2005.



FIGURA 4 - Comunidade ribeirinha de São José do "S". Ao longo do rio Capim, podem ser observadas várias comunidades ribeirinhas, cujo acesso é feito através de pontes. Cada comunidade possui sua respectiva ponte ou trapiche. Em destaque, moradores trazendo da sede municipal mantimentos necessários ao consumo diário.

Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2006.

Buscar a articulação teórica em Henri Lefebvre para compreender a produção do espaço social, tendo em vista a espacialidade ribeirinha, é salientar que o cotidiano é o tempo vivido, é o tempo dos corpos, da apropriação espacial, ou seja, remete ao plano do simbólico, do valor de uso, da afetividade e da felicidade, sem dominação e alienação.

É neste contexto da espacialidade ribeirinha na Amazônia, que o modo de viver, o contato imediato cidade-rio, resulta num tipo de organização espacial, onde muitas localidades, vilas e povoados desenvolveram-se seguindo os cursos naturais em contato com a sociedade urbana. Há, de um modo geral, maneiras desses sujeitos expressarem seu cotidiano por meio de mecanismo que configuram uma organização espaço-temporal. As tradições, as reelaborações culturais e as espacialidades proporcionaram legado de reprodução social associado ao tempo dos rios amazônicos.

Vale lembrar que várias espacialidades construíram mecanismos sociais, econômicos e políticos para a perpetuação e reprodução humana nos trópicos úmidos. Nesse sentido, em São Domingos do Capim, pode-se inferir que sua primeira organização espacial tinha nos povos indígenas seu elemento primordial como orientação e saber tradicional com relação à sobrevivência na floresta.

A segunda organização se deu com a inserção eclesiástica no Município quando houve uma nova feição sócio-espacial. Por meio do padrão católico no espaço local, ainda hoje, persistem comunidades que se desenvolvem e se organizam de acordo com a dinâmica paroquial e sua divisão de trabalho em núcleos ribeirinhos. Isso é realizado através do referencial espacial católico construído historicamente no Município: suas igrejinhas e capelas à beira rio. Pode-se dizer que foi pelos rios amazônicos que o catolicismo fez/faz sua história. De tal modo, o elemento rio está associado à manifestação de hierofania no espaço local (ELÍADE, 1992) e no próprio movimento de muitas comunidades, localizadas fora da sede urbana.

De maneira geral, através dos rios do Município se conta também a experiência religiosa e da organização sócio-espacial engendrada pela Igreja Católica. Pensar a paisagem ribeirinha também é se referir ao conteúdo simbólico que as igrejas desempenham na vida social de São Domingos do Capim, pois o conteúdo temporal na explicação cotidiana se faz presente, principalmente no que se refere ao fenômeno da pororoca, uma vez que, segundo a história oral, para conter as fúrias das ondas da pororoca, foi construída uma imagem de Cristo com braços estendidos para os rios Capim e Guamá (FIG. 5 e 6, p. 84).

[...] Tem diminuído muito a pororoca, as pessoas acusam geralmente, porque elas dizem que a lenda são os três pretinhos que vêm do fundo do rio que nesse período eles saem, agitam as águas e formam a pororoca e um deles morreu, por isso diminuiu. Outros dizem porque colocaram a imagem de Cristo de frente pro rio e aí ele parou a pororoca (Maria da Conceição, membro eclesial, 27 anos. março/2006).

A produção social do espaço local também contou com a espacialidade negra que configurou formas de subsistência e saberes ligados ao uso da terra, principalmente ao cultivo da mandioca. A força de trabalho na construção da igreja matriz, como também nos engenhos de maré dão a singularidade que desempenharam na história social local. Entretanto o que tem a ver a presença negra na dimensão ribeirinha do Município? Não basta aqui se reportar à força escrava como parte integrante na história da economia local - engenhos de cana-de-açúcar - e na construção patrimonial local (igreja matriz). Considerar a presença negra na dimensão ribeirinha é ir muito mais além. É preciso adentrar nas representações sócio-espaciais amazônicas.

A dimensão ribeirinha, composta pela presença negra, é invisibilizada, pois diz respeito à origem das representações sócio-espaciais da pororoca. De início, a lenda mencionava três botinhos, personagens da relação amorosa entre a índia e o animal, o boto transformado em homem,. Porém, com a reelaboração cultural e a interação das diversas espacialidades historicamente construídas no espaço local surgiu no processo de desenvolvimento da tradição oral a presença dos três “pretinhos” da pororoca. De botinhos a pretinhos, as representações referem-se à presença negra e às suas aventuras, peripécias. Para pensar as vivências e o cotidiano ribeirinho faz-se necessário incluir a presença negra e seu simbolismo cultural nas representações sócio-espaciais transportadas nos rios Capim e Guamá quando da manifestação do fenômeno da pororoca.

[...] Os três pretinhos da pororoca eles são a cabeça da pororoca. Eles que quando a maré enche no seco eles levantam aquelas águas e venham na cabeça da pororoca... esses pretinhos. Agora, contam que já morreu um, disque. Por isso que ela não dá grande agora. As pessoas falam isso, que só tem dois (risos) (Informante local, agricultor, 27 anos, fevereiro/2006).

No dizer de Haesbaert (2004) a territorialidade - engendrada por diversos grupos sociais - implica, na sua forma pura, em uma apropriação e organização do espaço social, o que encerra várias concepções e sentidos ao falar de territorialidade e seus resultados da interação sociedade -, pois:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo portanto uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [ e político-econômico, deveríamos acrescentar ]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

FIGURA 5 - Igreja Matriz do Município. Objeto espacial da dimensão ribeirinha. É parte fundamental da memória social quando se faz referência ao fenômeno da pororoca antes do turismo.

Fonte: Trindade Jr, março/2006.



FIGURA 6 - Imagem de Cristo na paisagem beira-rio. No cotidiano ribeirinho do Município esta referência simbólica sagrada compõe as representações sócio-espaciais diante as explicações sobre o fenômeno.

Fonte: Trindade Jr.,março/2006.

As espacialidades constituíram um modo padrão de organização espacial ao associar os saberes diversos aos mecanismos de reprodução social, no que se refere aos recursos da floresta e à vida cotidiana. Desse modo, a população tem nos recursos naturais e nos saberes



tradicionais conquistados ao longo da história, o meio de garantir a reprodução social, seja material seja imaterial de sua gente. As atividades econômicas, como extrativismo e agricultura, fazem com que muitas comunidades comercializem seus produtos florestais no trapiche municipal, que exerce papel preponderante de articulação entre “mundos” diferentes: o urbano e o ribeirinho.

As famílias “sobem” e “descem” os rios Capim e Guamá em barcos particulares ou alugados para venderem e comprarem mercadorias. Muitas delas garantem apenas o alimento e bens básicos necessários à sobrevivência familiar, haja vista que o preço de produtos, como a farinha é baixo no mercado<sup>15</sup>, o que torna o trabalho árduo e penoso na roça, sem perspectivas de melhores condições de vida. Assim, na cidade em dias de feiras, o pequeno agricultor, tanto da estrada como de comunidades ribeirinhas do Município, é obrigado a trocar sua produção de vários dias e/ou meses por mantimentos e outros objetos de necessidades vitais à reprodução familiar, fazendo com que famílias não tenham meios de poupança para investirem em sua produção (FIG. 7).

FIGURA 7 - Paisagem ribeirinha. Fotografia com ênfase na movimentação das pessoas à espera de transportar e/ou vender seus produtos agrícolas. É pelo trapiche municipal que as embarcações levam e trazem sobrevivências, vivências e esperanças diante do ritmo urbano da metrópole paraense.  
Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2006.



As relações sociais na sede urbana também compõem o cotidiano de São Domingos do Capim. Na frente da cidade, às margens dos rios Capim e Guamá, localizam-se as tabernas, baiúcas, casas de refeições e quiosques, além de outros estabelecimentos e espaços que

<sup>15</sup> Além de enfrentar os custos dos transportes (barcos e cavalos) para escoar seus produtos agrícolas, o pequeno agricultor paga ainda sua passagem de barco e quando chega na sede do Município para comercializá-los chega a ganhar em um dia apenas R\$ 12,00.

convergem sociabilidades e vivências ribeirinhas. Merece atenção a “feira de quinta<sup>16</sup>” que transforma o cotidiano local numa tremenda agitação nas ruas do Município, nas quais são armadas barracas que as interdita ao comercializarem calçados, roupas, brinquedos e pequenos objetos pessoais. Interagindo com essa dinâmica, há o “vai-e-vem” dos barcos cortando os rios Capim e Guamá, levando e trazendo pessoas e mercadorias, deixando a cidade com um ritmo diferente ao som de motores dos barquinhos ligados desde às 6 horas da manhã e que permanecem às margens do rio até o último ônibus, que faz linha Belém/Castanhal/São Domingos do Capim.

A sede do Município em dias de semana apresenta uma mescla de situações de um lugar calmo e pacato e de uma dinâmica quase urbana, cuja relação diária entre moradores fazem da vida comercial em São Domingos do Capim um aspecto peculiar. Nela se destaca a animação das pessoas, as aglomerações de vendedores e compradores em volta de produtos esperando as melhores oportunidades de negócio, o vai-e-vem das bicicletas e motocicletas “riscando” as ruas da cidade, as refeições recheadas de piadas, cachaças e pimenta, o vendedor de salgadinhos gritando aos montes à busca de clientes. O cais cheio de farinha, madeiras e outros produtos transformam a paisagem numa espécie de feira livre.

São Domingos do Capim pertence à paróquia de São Domingos de Gusmão, subordinada à diocese de Castanhal, que possui subdivisões por regiões. O Município está na região “3”, chamada de Oeste, cuja finalidade é facilitar o trabalho eclesial no âmbito de diocese. Seguindo o mesmo trabalho, a paróquia local é composta por regiões nas quais estão localizadas as comunidades. No todo, são 13 regiões que representam setenta e duas comunidades dispersas pelo interior do Município. Cada região possui um coordenador e cada comunidade tem seus núcleos de trabalhos.

Desses núcleos, há a presença dos militantes, espécie de coordenador em nível de comunidade, que são responsáveis pela comunicação e articulação entre moradores, tendo em vista reuniões paroquiais ou informações de serviço público (SOUZA, 2006). Tal influência católica no espaço local, em geral, possibilitou aos moradores uma compreensão política da realidade social e a criação de meios de reprodução social, pois:

---

<sup>16</sup> É um tipo de feira itinerante em que diversas pessoas de vários lugares chegam à sede urbana, através de carros e ônibus, um dia anterior para comercializarem apenas nas quintas-feiras mercadorias. Em seguida, deslocam-se a outros municípios do Estado. Observam-se nesse dia várias embarcações oriundas das mais diversas comunidades ribeirinhas, trazendo pessoas e mercadorias, cujas intenções são diversas, tais como passeio, compras e negócios. Os comerciantes desta feira são chamados pelos moradores locais de marreteiros.

Esse espaço eclesial proporcionou aos mais empreendedores dos colonos a possibilidade de integrar e até liderar iniciativas novas e fecundas, desde construções comunitárias de capelas e escolinhas, centros de reuniões, hortas e roças comunitárias, até ocupações de terra. Proporcionou também a eles um referencial intelectual sócio-político para a compreensão dos processos sociais em que eles se sentiam envolvidos, graças também à contribuição de estudantes e intelectuais, inclusive da academia; recebiam assim orientações e apoio de instituições como da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e outros (HEBETTE, 2004b, p.125).

A espacialidade ribeirinha no Município se expressa no plano econômico, religioso e simbólico-cultural, principalmente relacionado ao fenômeno da pororoca e às práticas sociais que os moradores mantêm material e imaterialmente no Município quando da ocorrência da pororoca. Assim, os rios, além de possuírem relevância no transporte de pessoas, mercadorias e sonhos, nos recursos econômicos/sobrevivência, também denotam um valor de uso, afetivo, da manifestação do lúdico no espaço, haja vista que moradores mantêm essa relação de contato com os rios por meio do aparar a pororoca, constituindo vivências cotidianas entre moradores e os rios. É nesse fragmento de vida que o turismo passa a se desenvolver, ocasionando o embate entre as representações do espaço e o espaço das representações diante da realidade de um Município amazônico que, por seus recursos naturais, irá reunir simultaneidades e coexistências de temporalidades antagônicas, mas complementares, o que demonstra a grande complexibilidade da vida social no contexto da sociedade urbana.

#### 4.3 NAS “ONDAS” DO TURISMO: A ELEIÇÃO DE UMA MARCA E DE UM MARKETING PARA O MUNICÍPIO

Diante da complexibilidade social da Amazônia, o turismo, fenômeno urbano, começa a se integrar ao modo de vida ribeirinho. Seu desenvolvimento traz um novo ritmo, estilo de vida, costumes, consumo e de tempos diferenciados nas relações no Município. Assim, o turismo incorpora-se aos desejos de um novo desenvolvimento para os moradores locais, haja vista que o modo de vida local há anos vem se estruturando por meio de saberes tradicionais e técnicas ligadas ao extrativismo e à agricultura, principalmente do cultivo da mandioca e do açaí. E a partir de uma necessidade da vida moderna e urbana, o turismo surge no Município como alternativa ao trabalho desempenhado nos roçados, quintais e retiros. Ele começa a ser implementado em 1999 de maneira incipiente, uma vez que se priorizou o esporte na

modalidade do surf na pororoca e, em 2001, o poder local apresenta-o aos moradores como uma das alternativas economicamente viáveis, tendo em foco o desenvolvimento.

A economia primária do Município vem de uma agricultura protagonista do atual modelo de desenvolvimento, baseado no cultivo da mandioca. A principal produção de geração de renda é a farinha de mandioca, não se esquecendo, também, o açaí, a pecuária, a manufatura e cerâmica. Outra atividade emergente é o ecoturismo ou turismo, visto que o Município apresenta riquezas inexploradas ou pouco exploradas, no caso: os rios, igarapés, trilhas, ilhas etc. A pororoca, [é um] fenômeno da natureza, produto de desenvolvimento sócio-cultural de São Domingos do Capim (Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim (PA), informativo publicitário, nº 2, março/2002).

Assim, com o crescimento do turismo, São Domingos do Capim começou a despontar para o cenário internacional, nacional e regional através do uso turístico de seus recursos naturais, por meio da realização do campeonato de surf na Pororoca, no ano de 1999. Promovido pelo Governo do Estado, tendo como executora a Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL), esse campeonato de Surf abriu a temporada 2005 dos eventos esportivos organizados pela SEEL. Para o Governo do Estado essa iniciativa representa uma valorização do esporte, que poderá estimular o turismo na cidade.

A SEEL tem como parceiros a Associação Brasileira de Surf na Pororoca (ABRASPO) e a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim. Esta é responsável pela realização do Festival da Pororoca, iniciado em 1999. Da mesma forma é responsável pelo planejamento da atividade do turismo, tendo em vista as atrações culturais, as premiações, a infra-estrutura, entre outros.

Na verdade nós estamos prestigiando o sétimo campeonato de surf, o qual foi trabalhado pela SEEL, que introduziu, através do Amaro Klautau, o campeonato de surf e depois de dois anos que foi iniciado o festival da pororoca. Então é o quinto festival da pororoca e o sétimo campeonato de surf. O campeonato de surf, sendo assim um esporte radical, trouxe muitos adeptos... é turistas de todo o mundo, entendeu. Japão, Estados Unidos, da França. Então, lançamos o festival da pororoca que consiste em várias atrações, a garota pororoca, a premiação dos surfistas. (Informante local, Assessor Municipal de Cultura e Turismo, 25 anos, março/2005).

O turismo, utilizando um dos principais recursos de circulação de pessoas e de mercadorias, tornou o rio Capim um produto turístico que desempenha uma nova função, a do surf na pororoca durante os meses de março ou abril. O Município, com características híbridas de espaço ribeirinho - posto que o rio é parte integrante da vida social e econômica de seus moradores -, e urbano - definido pela expansão do modo de vida mais moderno, intensificado com a integração rodoviária -, tem no turismo uma atividade que reestrutura



temporalidades diversas, redefinindo, em conseqüência, formas e conteúdos do espaço local (QUADRO 3).

Nesse sentido, a atividade do turismo em São Domingos do Capim propicia a coexistência de vários tempos. Um tempo mais moderno, marcado pela rapidez de diversas ações e fluxos de tecnologias e de pessoas, e outro, marcado por um tempo mais tradicional de um município ribeirinho. Nesses termos, entende-se por temporalidades a simultaneidade de vários ritmos e tempos históricos de vida social no espaço geográfico, sendo que este é “capaz de reunir a todos, com múltiplas possibilidades, que são diferentes usos do território relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo” (SANTOS, 2004, p.160).

QUADRO 3 As espacialidades do turismo no Município de São Domingos do Capim

<b>Atividade</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Espaços produzidos, usados e/ou apropriado.</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
Surf e campeonato da pororoca	1999	Rios Capim e Guamá	Surfistas, turistas, empresas e poderes públicos.
Contemplação da Pororoca	1999	Rios Capim e Guamá, praias, ilhas e localidade do Tóio.	Surfistas, turistas e população local.
Show cultural	2001	Espaço beira-rio do Município e localidade do Tóio.	Surfistas, turistas, empresas e pequeno público local.
Festival da pororoca	2001	Rodovia PA-127, espaço beira-rio do Município e residências.	Surfistas, turistas, empresas, poderes públicos e população local.

Fonte: Elaborado a partir do trabalho de campo durante os anos 2005/2006.

Assim, o turismo apropriando-se da pororoca usa-a como instrumento de marketing, como símbolo de identidade, o que faz São Domingos do Capim ganhar o codinome “a capital da pororoca”. O Município passa a ser inserido na marca da competitividade em que é necessário unir um substrato cultural com intuito de obter mais mercado, investimento e lucro. Isso, aliado à idéia de peculiaridade, de exótico, de singularidade. Do que é pouco comum na região amazônica cria-se o marketing, priorizando uma Amazônia lapidada, representada conforme o imaginário do turista romântico (URRY, 1996) (FIG. 8 e 9, p.90-91). Assim, muitos moradores têm nessa idéia a expectativa de sair do “atraso” que São Domingos do Capim antes enfrentava.

Esse evento é de suma importância, porque como ele se tornou mundial, já é conhecido no mundo inteiro. Isso faz com que São Domingos do Capim esteja lá fora. Embora a gente não tenha tido um benefício com isso aí, mas São Domingos é conhecida lá fora, com certeza. Pra mim a pororoca é um acontecimento natural. Eu nasci ouvindo dos meus avós e dos meus pais que a pororoca é uma onda enorme

que hoje não é mais. Hoje a pororoca é um nome que tá muito lá fora, que todos conhecem, aliás a pororoca é um referência pra nós. É um fenômeno natural, mas é uma lenda também e uma referência da cidade (Informante local, funcionário público, 34 anos, maio/2006).

Teimoso povo que luta, que acredita num futuro com qualidade de vida, dono do fenômeno que lhes dará vida e inclusão, fazendo da pororoca produto de seu futuro. Sair do atraso econômico e cultural, preservando suas riquezas naturais, utilizando desse fenômeno para promover cidadania, avanço cultural para transformar em produto e desenvolvimento, a marca pororoca, garantido o futuro para sua gente (fragmentos do poema “pororoca: fenômeno e realidade”, elaborados por Nonato Guimarães e Eleonor Almeida, moradores locais, março/2002).



FIGURA 8 - Folder turístico da pororoca. A necessidade de criar uma imagem do Município fez o marketing usar a tradição e o lazer local como mercadoria, transformando vivências ribeirinhas em estilos e modos de vida urbanos.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, março/2002.



FIGURA 9 - Folheto de propaganda do 6º Festival da Pororoca. Diante da abrangência mercadológica do evento no território brasileiro e internacional, muitas empresas viram no fenômeno da pororoca uma oportunidade de veicular sua marca à imagem criada para Amazônia.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, fevereiro/2006.

Nesse sentido, os poderes públicos (estadual e municipal), a ABRASPO e a iniciativa privada utilizam de uma imagem fantástica da pororoca a fim de promoverem o turismo e o esporte no Município e ganhar mercado. O governo do Estado, através da SEEL, em parceria com a ABRASPO, tem como propósito o fomento do esporte. Para tanto, são responsáveis pelo transporte necessário ao campeonato de surf, segurança aos competidores (terrestre, fluvial e aéreo) e atendimento médico-hospitalar. Em suma, pela organização do Circuito Nacional de Surf na Pororoca.

O trabalho é articulado desde o primeiro ano. A gente entra em contato com a prefeitura, mostramos a proposta e, em caso eles aceitando essa parceria, direciona quem, o que e a competência de quem. Esse trabalho com a prefeitura de São Domingos do Capim, nos já estamos há sete anos, tem dado certo graças a Deus. Bem, o apoio técnico é de responsabilidade da Associação Brasileira de Surf na

Pororoca, cujo presidente, Dr. Honório Sobrinho, foi o criador da idéia do surf na pororoca e que foi mais audacioso, pois também teve o sonho de colocar isso daí como um trabalho de calendário do governo. Apresentou a proposta na época e nós estávamos surgindo com a Secretaria de Esporte, e assim... Foi o primeiro evento realizado pela Secretaria de Esporte e que até hoje permanece, inclusive estando na agenda mínima do governador (Informante/SEEL, Coordenadora do evento, março/2005).

O poder público municipal tem a incumbência de planejar e executar o turismo na cidade por meio de ações estratégicas relativas à pororoca. A prefeitura garante os meios de hospedagem e a alimentação dos competidores, a premiação do campeonato de surf, os instrumentos e equipamentos pertinentes à realização do show cultural realizado na beira rio do Município, além de oferecer diversas atrações esportivas e culturais durante o festival. O campeonato de surf passou a integrar a agenda das atividades prioritárias da SEEL, enquanto que no Município, o festival, faz parte da programação anual de eventos da qual a Secretaria de Cultura, Lazer e Turismo tem o compromisso de planejar o turismo municipal.

As concepções e objetivos das esferas públicas acerca do evento na cidade são diferentes. Para o governo do Estado, a preocupação maior é o sucesso do campeonato de surf, o qual integra o circuito nacional da modalidade, envolvendo os Estados do Amapá e Maranhão. Por isso, justificam-se os discursos de popularizar o esporte, a enorme campanha de marketing, os gastos públicos com segurança, transporte, comunicação e saúde. Por outro lado, para a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, o turismo consiste numa alternativa de desenvolvimento com propósito de melhorar a infra-estrutura da cidade, de estimular a economia e de valorizar a cultura local.

A posição da SEEL é de tentar fomentar o esporte. Possibilitar que seja a massificação das modalidades na população, que haja muitos praticantes com a melhor qualidade de vida e também, paralelo a isso, possibilitar a interiorização, valorização dos municípios no Pará, e quiçá também trabalhar unificado com o turismo. (Informante/SEEL, Coordenadora do evento, março/2005).

A iniciativa privada insere-se no patrocínio dos eventos, tendo como retorno financeiro a exposição de suas marcas nos mais variados meios midiáticos possíveis oferecidos pelos organizadores (FIG. 10, p.94). Seu principal objetivo é aproveitar a oportunidade da visibilidade que o evento tem garantido no País e em alguns outros países, a fim de expor sua marca mercadológica e persuadir potenciais consumidores. A pororoca e suas vivências cotidianas não passam de um ótimo negócio nesse planejamento público.

Estamos agora realizando vários shows e eventos de âmbito nacional. Já trabalhamos com bandas de forró, por exemplo. O evento da pororoca é uma oportunidade, né! Nossa estratégia é veicular a nossa marca durante o evento e colocá-la nas caixas de som que estão no palco e expor para todo público. As caixas

funcionam no sistema flay, porque estão suspensas ao lado do palco, é usado um sistema novo, mais moderno que estamos lançando em primeira mão em São Domingos do Capim. Nosso objetivo é propagar a imagem Japa Sound, tornar visível ao público (Informante da empresa Japa Sound, abril/2006).

A nossa empresa é que organiza o evento em conjunto com a prefeitura. Nós trabalhamos eventos de projeção nacional e como o festival da pororoca repercute nacionalmente a gente resolveu também organizar esse evento com parceira da Nova Schin. A Nova Schin trabalha com a gente em vários eventos. Nesse caso, a pororoca é uma boa estratégia de marketing, porque ela abrange todo território nacional, inclusive a Nova Schin é muito forte na região norte-nordeste, podendo abranger outros Estados. Todo tipo de marketing é ótimo, por isso está sendo satisfatório para as empresas como a Nova Schin, a Japa Sound, a Biri Night e a Apeú Motos. Todas parceiras na realização do evento. A mídia abrange televisão, rádio, até mesmo a população, os turistas, o visual na cidade, tudo isso é muito bom, é oportuno para expor nossas marcas ( Informante das empresas patrocinadoras, promoter do evento, abril/2006).

As ações públicas em São Domingos do Capim aos “olhos” da população local, estão sendo trabalhadas de maneira articuladas e integradas tendo em vista a atividade do turismo se tornar uma alternativa factível de planejamento e desenvolvimento. Contudo, observando as estratégias da SEEL e do poder público local se têm verificado ações diferenciadas e até isoladas quando da realização dos eventos no Município. Assim, enquanto a SEEL coaduna esforços orçamentários para o sucesso do Circuito Nacional de Surf da pororoca, a Prefeitura praticamente arca com os maiores ônus da festa, direciona suas ações políticas para o desenvolvimento do turismo.

Com o decorrer dos festivais, dos campeonatos, eu percebo que os orçamentos foram assim se afastando. Então a SEEL, a gente não tem nenhum problema com o Estado, mas ela procura fazer o trabalho dela, mais direcionada ao campeonato de surf juntamente com o Projeto Navegar, que é um projeto que já tem aqui há vários anos. E a prefeitura se preocupa mais com o festival, no entanto nós temos propostas agora mais amadurecidas de juntamente com o Estado poder proporcionar uma melhoria na cidade. Esse projeto eu acredito que a gente deve está colocando em prática para o ano para estreitar a relação entre o Município e o Estado (Informante Local, Assessor de Cultura, 25 anos, março/2005).

As ações e projetos públicos do Governo do Estado relativos ao desenvolvimento do turismo têm ocasionado uma visão mercadológica que envolve a pororoca, como produto turístico de São Domingos do Capim, sob a influência do modelo competitivo do Estado. Assim, o poder público local tenta inserir-se na exigência imperativa de criar inovação e de diferenciar produtos com qualidade e criatividade, no intuito de possibilitar a inserção permanente do Município no cenário turístico nacional, haja vista que a pororoca ocorre em poucos lugares do Brasil e do mundo.



reformular suas casas e credenciá-las junto à administração pública, a fim de alugá-las aos turistas para servirem de meios de hospedagem, consistindo numa tentativa da Prefeitura em amenizar a deficiência de infra-estrutura turística na cidade, muito embora essas ações não tenham sido satisfatórias para alguns moradores.

Apesar do slogan “povo no governo” a gente não é chamado em nada, não é um governo participativo, é algo fechado. No primeiro mandato do Pe. Pinheiro ele usou a escola e a sociedade capimense pra fazer um papel que era dele. Eles fizeram uma gincana intercolegial que tinha como objetivo inserir, até em então, a população no festival da pororoca o que não foi feito. A tarefa da gincana era limpar a cidade, suas ruas, a rampa e outras coisas. As escolas fizeram um trabalho brilhante, toda cidade estava enfeitada, limpa mesmo, a beira da cidade estava um pecado... Linda mesmo. A crueldade que eles fizeram foi não dar um valor ao nosso esforço, nem o prêmio prometido eles não deram para as escolas. Prometeram horta escolar, não ganhamos, pedimos um kit de vôlei, nem isso ganhamos. Isso é lamentável, revoltante, fomos todos usados. Para eles surtiram efeito, mas pra nós foi péssimo. Em 2001, foi o melhor festival, nós professores tínhamos uma barraca de vendas na beira, hoje tu vás lá não tem mais barracas de escolas nenhuma. Não há apoio e isso é triste, infelizmente (Informante local, funcionária pública, 40 anos, junho/2006).

Outras atitudes de moradores são percebidas no comércio informal no qual várias famílias<sup>17</sup> exercem atividades no período do festival com objetivo de melhorarem seus orçamentos. Assim percebe-se a presença de crianças ao longo da orla vendendo alimentos, como salgadinhos e refrigerantes, e adultos disponibilizando transportes aos turistas, como por exemplo, barcos e montarias<sup>18</sup>, além de outras vendas como roupas e bijuterias que são comercializados durante o evento (QUADRO 4).

QUADRO 4 Serviços e/ou ocupações informais temporárias intensificadas e/ou relacionadas com o turismo no Município.

<b>Serviços</b>	<b>Ocupações Informais</b>
Restaurantes	Barqueiros
Bares	Guias de turismo
Aluguel de motos	Barracas de vendas
Transporte na balsa	Aluguel de casas

Fonte: Elaborado a partir do trabalho de campo durante os anos de 2005 a 2006.

A atividade também repercute no âmbito social e político no Município. No aspecto social seus efeitos são perceptíveis na reafirmação de identidade dos moradores através da aceitação do símbolo criado para o Município: “A capital da pororoca”. Aliado a isto, a identidade local é “reforçada” pela divulgação dos atributos naturais nas mais diversas partes do Brasil e do Mundo, o que faz São Domingos do Capim ter a presença, nesse período, de

<sup>17</sup> Segundo a Prefeitura, foram realizadas algumas oficinas, cursos de qualificação e de aperfeiçoamento para as famílias credenciadas a fim de comercializarem comidas e bebidas durante o Festival da Pororoca numa área delimitada pela organização do evento, localizada ao lado da Igreja Matriz.

<sup>18</sup> Espécie de canoa que é utilizada pelos ribeirinhos como transporte de mercadorias e de pessoas ao longo dos rios Capim e Guamá, ou em alguns igarapés do Município.

turistas nacionais e internacionais; despertando, desta feita, um tipo de sentimento de orgulho em seus moradores ao sentirem seu lugar valorizado.

Eu me sinto honrada em ver pessoas, turistas querendo conhecer minha cidade. A pororoca agora é um símbolo pra mim, eu me sinto orgulhosa. Falar em pororoca é lembrar da cidade. Olha, por exemplo, minha filha foi estudar em Belém, no bairro do Guamá, quando ela foi se apresentar ela disse que era de São Domingos do Capim e a partir daí todos coleguinhas começaram a falar de pororoca pra ela, foi aquela brincadeira bonita. Isso é uma alegria pra gente (Informante local, representante da Comunidade São José do Jurunas, 36 anos, junho/2006).

No âmbito político, os moradores presenciam ao longo desses anos de festival várias promessas de políticos locais em estruturar a cidade, a fim de desenvolver o turismo. Nas épocas de campanhas eleitorais verifica-se que a atividade do turismo estava incluída nos programas de governo de muitos candidatos, os quais ofereciam as mais variadas e até absurdas ações públicas para fomentar a atividade, o que fez o turismo se transformar numa “bandeira política” em épocas eleitorais (SOUZA, n.c, 2004)<sup>19</sup>.

Esse aspecto político se faz presente nas atitudes e opiniões contrárias de cidadãos com relação ao modelo de desenvolvimento do turismo na cidade, o qual exclui a participação de muitos residentes do planejamento turístico, por outro lado, a inclusão dos aliados partidários é notória gerando embates e conflitos políticos em São domingos do Capim (SOUZA, 2004).

Nesse ponto, a política de desenvolvimento parte de um instrumento do planejamento para criar uma imagem, uma marca, capaz de inserir o lugar no mercado turístico. Assim, a instrumentalização tecnocrática do planejamento torna-se, em muitos casos, um definidor de práticas sociais e de imagens de lugares, e, como consequência, induz desejos, atitudes, consumo a serem realizados pelos turistas nesses espaços (SILVEIRA, 1996; SOUZA, 2004; TRINDADE JR, 2005, 2003)

A importância atribuída ao marketing, nesse planejamento rígido seleciona frações espaciais e suas respectivas vivências, impondo atitudes homogêneas, o que ocasiona uma visão deturpada das dinâmicas cotidianas historicamente materializadas nesses espaços. Visando embelezar e criar modelos por meio de imagens persuasivas, o padrão de desenvolvimento turístico torna-se um instrumento de legitimação política que substitui um planejamento mais sério e flexível, haja vista que, em alguns lugares, o marketing, por exemplo, adquire suma importância, posto que apresenta aos cidadãos, aos visitantes e aos turistas espaços selecionados, falseando a realidade sócio-espacial ao tentar esconder suas

---

<sup>19</sup> Notas de trabalho de campo realizadas pelo autor durante o ano de 2004 a 2006.



contradições e conflitos na produção do espaço turístico (CARLOS, 1996; BENEVIDES; GARCÍA SANCHEZ, 1997).

Para Nascimento (2004), analisando o desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim, à luz da sustentabilidade, o Campeonato de surf atraiu um fluxo crescente de pessoas, porém não foi seguido de um planejamento adequado e participativo. Nesse sentido, fica até impossibilitada alguma tentativa de mensurar os benefícios do turismo, haja vista a inexistência de sistematização de dados estatísticos referentes ao turismo na administração pública local. Apesar disso, o Município poderá ter um instrumento de participação política - o Conselho Municipal de Turismo - que se tornará um fórum importante caso o poder público desempenhe transparência em suas ações democráticas ao integrar a população de forma representativa e legítima nas decisões sobre o turismo.

Enfim, o turismo surge no Município criando expectativas de um novo modelo de desenvolvimento, embora implantado de forma exógena. O aparecimento do Município em vários meios de comunicação, o marketing turístico enaltecendo-o e as visitas de turistas nacionais e internacionais estimularam um tipo de reforço de identidade local. Porém, ao longo dos anos, a população vem sendo excluída do processo de planejamento, execução e dos benefícios da atividade, o que aumenta a insatisfação de residentes perante à administração local (NASCIMENTO, 2004; SOUZA, 2004).

#### 4.4 DOS BARCOS, CANOAS E MONTARIAS A VOADEIRAS, JET SKI E PRANCHAS: REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM.

Com a intensificação da atividade turística no Município de São Domingos do Capim há uma articulação entre formações sócio-espaciais diferentes, e, nesse sentido, o turismo torna-se um vetor de convergências de tempos e ritmos sociais contraditórios. Como fenômeno contemporâneo, o turismo revela a complexidade do mundo manifestada num determinado espaço, capaz de reestruturá-lo, do ponto de vista de sua forma e de seu conteúdo, com objetivo de transformação em atração turística. Isso implica a necessidade de totalização desse desdobramento espacial em lugares que enfrentam o desenvolvimento do turismo.

A produção do espaço de São Domingos do Capim revela também um conteúdo muito religioso. Alguns moradores (a maioria do Município) têm seu cotidiano voltado ao

calendário litúrgico católico, obedecendo a suas tradições e as suas festas. Há também outras manifestações religiosas, porém sendo o Catolicismo predominante, as contradições são latentes e visíveis no tempo e no espaço eclesial católico. A presença religiosa católica é tão forte que a administração local dispõe funcionários públicos à paróquia de São Domingos do Capim para auxiliar em serviços burocráticos e de limpeza, além da parceria entre a igreja e o poder público local na realização das maiores festividades católicas no Município.

É uma cidade muito religiosa, um povo religioso e tudo gira em torno da igreja, até a prefeitura ela é ligada. Tem uma senhora que trabalha aqui e é paga pela prefeitura. O salão, a limpeza tudo pela prefeitura. Se a prefeitura precisa de nosso salão ela utiliza também para reuniões (Informante local, membro eclesial, 27 anos, fevereiro/2006).

As tradições católicas são presentes no Município, como por exemplo, a Quaresma e a Semana Santa<sup>20</sup>. Nessas datas, muitos residentes de São Domingos do Capim vivem um período de contemplação e reflexão observadas, sobretudo, no cotidiano das pessoas. Os sábados e domingos são marcados pelas novenas e vigílias e pela movimentação dos fiéis em direção à igreja matriz, a fim de lembrar a morte e ressurreição de Cristo. Na Semana Santa, os moradores modificam sua dieta alimentar, retirando a carne vermelha do cardápio diário e preferindo os peixes, galinhas, patos e o açaí.

Na Quaresma refletimos os quarentas dias que Jesus passou no deserto. Para nós é um tempo de reflexão e purificação dos pecados. A Semana Santa representa o martírio do Cristo, sua morte e ressurreição, exige silêncio espiritual e recolhimento (Informante local, aposentada, 70 anos, comunidade ribeirinha Santa Terezinha, junho/2006).

Em casa, não se podia nem fazer barulho com pratos e talheres quando íamos lavar ou comer, tudo isso era o respeito durante a Semana Santa (Informante Local, funcionário público, 48 anos, comunidade Trindade, junho/2005)

Toda tradição católica inscrita historicamente no espaço local, especificamente na beira rio, faz com que essa parte do Município seja definida em função das diversas espacialidades dos sujeitos que estabelecem relações, pois apresenta outros conteúdos sociais (HAESBAERT, 2002). No caso em questão, a orla tem valor simbólico-religioso por apresentar as manifestações de hierofania ou manifestação do sagrado (ELIADE, 1992) no

---

<sup>20</sup> A quaresma, para os católicos, representa os quarenta dias e as quarentas noites que Jesus Cristo passou no deserto. Inicia na Quarta-feira de Cinzas após o carnaval. Seu significado está na tentativa de preparar os fiéis espiritualmente, através de reflexão e da penitência, para o domingo de Páscoa, ou seja, da ressurreição do Cordeiro imolado na Cruz. A Semana Santa significa a caminhada de Jesus ao Calvário. Reflete o sacrifício, a morte e a ressurreição do Cristo, que fez tudo por amor em salvação dos filhos de Deus.

espaço local, marcado pelo cotidiano dos fiéis que celebram e entram em contato com a divindade (ROSENDAHL, 1997; TUAN, 1980).

É nesta relação tempo-espaço religioso - da Quaresma e às vezes da Semana Santa - diferente do tempo profano (ELIADE, 1992) que o Festival da Pororoca se insere no cotidiano local, ocorrendo muitos conflitos e mudanças na cidade. Nesse sentido, como o “homem religioso” se esforça por manter-se o máximo de tempo possível num universo sagrado, a questão é fazer uma reflexão de como fica sua experiência de vida diante do “homem” que vive um mundo dessacralizado, o mundo moderno, que tem no turismo sua conexão com o Município.

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções do espaço qualitativamente diferentes das outras. Há, portanto, um espaço sagrado, e por conseqüência forte, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por conseqüência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Para o homem religioso essa não homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma posição entre o sagrado - o único que é real que consiste realmente - e todo o resto, a extensão que o cerca [...] Quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como revelação de uma realidade absoluta que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo (ELIADE, 1992.p. 25).

Para a autora em questão, o limiar entre os dois mundos – profano e religioso – se dá através de sinais do “homem” religioso, por um tipo de sinal de passagem. Assim as reverências, as prosternações, os toque devotos com a mão, mostram, de “maneira imediata e concreta, a solução de continuidade do espaço, pois daí surge a importância religiosa, porque se trata de um símbolo e, ao mesmo tempo, de um veículo de passagem” (ELIADE, 1992, p 29). As contradições territoriais inscritas no espaço local clarificam as temporalidades dos agentes sociais na época do Festival da Pororoca.

Na relação de alteridade, o turista e o residente local se vêem como o outro, o estranho; o turista<sup>21</sup> é entendido como aquele sujeito que não pertence ao lugar, é volúvel, fugidio e sempre está em grande mobilidade, à procura de uma natureza romântica e de uma contemplação reflexiva (BAUMAN, 1998; URRY. 1996).

---

<sup>21</sup> Bauman (1998), com o objetivo de explicar como a fragmentação, desinstitucionalização e o subjetivismo são desenvolvidos e mediados na vida social contemporânea, tendo como foco as estruturas da vida social, usa o termo de “destemporalização do espaço social” e traz à luz as diversas maneiras da humanidade usar o tempo na relação da vida social. Desse modo, o autor usa a metáfora do turista e do vagabundo para elucidar como os sujeitos podem estabelecer relações distintas e conviver com pessoas diferentes no decorrer da vida diária, marcada por mudanças de alteridades, papéis sociais e do uso do tempo, no qual a presença espacial destas relações de alteridades não são homogêneas, e a dimensão tempo-espaço não consiste na rigidez e numa estrutura estável.

Em contraste com um tempo sagrado, chegam os outros, os estranhos na cidade, cujo cumprimento “cordial” dessa relação são as buzinas das motocicletas, dos carros, as músicas em alto volume, a “aglomeração automotora” na orla atrapalhando o passeio, as voadeiras e jet ski cortando as marolas dos rios Capim e Guamá, as conversas nos bares e as bebidas servidas à vontade aos turistas, a moda e hábitos diferentes (FIG. 11) É o encontro de tempos diferentes inscritos na espacialidade local. De um lado, um tempo de reflexão e religioso, de outro, o avanço da modernidade<sup>22</sup>, do efêmero, do consumo, do *status* em viajar e conhecer lugares, um modo de vida cujo instrumento consiste numa válvula-de-escape contra as neuroses e rotinas urbanas. Da beira se vê chegando a balsa “pinhada” de carros; no rio, lanchas, voadeiras pranchas de surf, jet ski, catamarãs que pertencem às mais variadas empresas, cujas marcas estão expostas visualmente em diversos lugares na cidade, fazendo do espaço uma apropriação turística (FIG. 12 e 13, p. 101).



FIGURA 11 - Paisagem beira-rio no período de festival da pororoca. No espaço local, às margens dos rios Capim e Guamá, novas práticas sociais e novos estilos de vida são marcantes no cotidiano local.

Fonte: Trindade Jr, abril/2006.

---

<sup>22</sup> Para Giddens (1991, p.11), a modernização refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.



FIGURA 12 – Localidade do Toio. Como grande encenação da natureza, o público aguarda a pororoca. As pessoas ansiosas esperam a passagem da “natureza espetáculo”.

Fonte: Trabalho de campo, março/2005.



FIGURA 13 - Lanchas, voadeiras e jet ski. Novos objetos tecnológicos e novas especialidades substituem, no período do festival, referências ribeirinhas no rio Capim, na medida em que os rios têm significados sociais diferentes do cotidiano local.

A beira do rio é ocupada por um contingente de pessoas à procura de diversão, e, sobretudo, da natureza espetáculo e hiperbólica recheada de desafios, aventuras e mitos. A organização do evento instala rapidamente um imenso palco, ao lado da Igreja matriz, no qual será realizado o show cultural com atrações de artistas locais e regionais, vendas de comidas e bebidas (FIG. 14). O Festival da Pororoça é realizado no mês de março ou abril e dura aproximadamente três a quatro dias. Nesses dias ocorrem programações culturais e esportivas, o que faz o evento iniciar de manhã e prolongar-se à noite.



FIGURA 14 - Palco armado para o evento. Ao lado da igreja matriz, ergue-se a estrutura de show para o Festival da Pororoça. De infra-estrutura para manifestações culturais, o palco torna-se “haste” para as empresas afixarem suas marcas.  
Fonte: Trindade Jr., abril/2006.

Todo esse contraste, entre o cotidiano local e o Festival da Pororoça, fez com que a igreja tomasse uma posição claramente contrária à realização do evento em datas comemorativas católicas. Em alguns anos, a igreja influenciou a mudança das datas do campeonato de surf, o que fez a competição ser prejudicada e até impedida porque as maiores ondas iriam coincidir com a Semana Santa e iria alterar a religiosidade dos fiéis na cidade, pois para a Igreja:



Nós não acolhemos muito bem isso, porque o período da Quaresma são quarenta dias de reserva, a gente pode fazer uma penitência em família, mas o período da Semana Santa é rigoroso pra igreja é aquele resguardo, período mais de oração, penitência e de retomar tudo aquilo que aconteceu com Cristo. Então não é acolhido de maneira nenhuma pela igreja, por isso que o povo reflete isso, o povo é a igreja, o sentimento que o povo expressa é na verdade o sentimento da igreja (Informante Local, membro eclesial, 30 anos, fevereiro/2006).

O movimento das pessoas, dos carros, do barulho e da expectativa criada em torno do Festival influencia no andamento normal da liturgia católica, pois muitos fiéis não se concentram nas missas e vigílias ou saem espontaneamente para participarem da programação cultural do evento.

O padre conversou com o prefeito pra ele fazer antes ou depois, mas antes ou depois não dá certo pra eles [organização do evento], é barraquinha e show naquela hora eles não respeitam, tá na hora da missa ou da celebração: vamos abaixar o som, eles não querem atender. Então o padre se revoltou e desde então não coincidiu mais (Informante local, fiel católico, 75 anos, Comunidade Pedreira, junho/2006).

Acontece que nas três horas da agonia a igreja lotada quando eles ouviram o barulho das lanchas e voadeiras eles foram saindo, saindo, saindo, tudo pra beira do cais (Informante local, fiel católico, 67 anos, Comunidade Independência, maio/2006).

As conseqüências da compressão tempo-espaço de que fala Harvey (1993) pode ser evidenciada no encontro de dois tempos e ritmos diferentes no município. A sociedade urbana faz do turismo um fenômeno histórico no contexto amazônico, cujo desdobramento tem reflexo no próprio desenvolvimento da atividade. Também através dessa atividade é identificável a interdependência das dinâmicas das formações urbanas com a de outros espaços residuais, que no caso em análise, implica considerar a temporalidade da dimensão ribeirinha diante ao avanço do turismo (SANTOS, 2004a; TRINDADE JR, 2004). Destarte, neste processo é imprescindível levar em conta a categoria “tempo” nas análises acerca das dinâmicas conflitivas e contraditórias reproduzidas no e a partir do espaço por diversos agentes territoriais (SANTOS, 2004a; LEFEBVRE, 2001).

Assim, a simultaneidade é a marca da relação entre o cotidiano local e o Festival da Pororoca. É a relação entre a ordem próxima e a ordem distante (LEFEBVRE, 2001). É um desdobramento inerente à dinâmica social da Amazônia, que, por conseguinte, está ligada aos acontecimentos mundiais, tais como o econômico, o político e o ambiental. A simultaneidade de tempos diversos no espaço amazônico, em especial em São Domingos do Capim, reflete que a cultura amazônica ou de qualquer comunidade e sua organização não está isolada dentro do contexto da globalização. De uma forma ou de outra, está sujeita aos contatos, seja físico ou virtual, mas o que se precisa saber é qual o grau de autonomia e de aceitação por parte de

seus moradores com relação às influências externas e de seu desenvolvimento, no caso em foco, o turismo.

Com o desenvolvimento do turismo, o Município, às vésperas do Festival da Pororoca, entra no clima de preparação para o evento. A expectativa de incrementar a renda familiar e de ter novas formas de diversão faz São Domingos do Capim ficar mais movimentado. Os ares são de festas, seus moradores limpam seus terrenos, reformam e pintam suas residências para de credenciá-las junto à Prefeitura com intuito de servirem de meios de hospedagens aos turistas.

O espaço local é tomado por campanhas e ações educacionais com objetivo de tornar São Domingos do Capim mais limpo. Neste caso, com o turismo valorizando os atributos naturais do Município fez com que a prefeitura, a escola municipal e seus moradores criassem mecanismo sociopolíticos de sensibilização ambiental, principalmente ações voltadas à conservação dos rios Capim e Guamá, apesar dos embates e conflitos gerados posteriormente.

Para atender às demandas de acesso e de infra-estrutura no Município, o poder público (estadual e municipal) pavimentou a PA-127, principal rodovia de acesso a São Domingos do Capim; reformou o cais de arrimo; retirou as barracas de madeiras localizadas na orla e substituiu por quiosques em alvenaria como uma forma de standartização do espaço (TRINDADE JR, 2005); construiu praças e calçadas que margeiam o rio Guamá. Esta modificação na paisagem do Município consistiu na urbanização da orla, que incluiu a instalação de um sistema de contenção de resíduos sólidos com objetivo de amenizar a poluição no rio Guamá; entretanto isso alterou a percepção dos moradores sob a beira-rio, como também, as práticas cotidianas materializadas no espaço local (FIG. 15 e 16, p. 105)

O turismo melhorou visualmente a paisagem da beira, mas eu fui contra isso, porque derrubou muitas árvores da beira, isso é um ponto fundamental. As pessoas pensam que o progresso é tudo de bom, mas eu sinto como moradora nata... Tinha muitas coisas boas na beira que hoje só restam lembranças. Por exemplo, antes você saía e sentava nos bancos, tinha uns bancos lá, tinham acácias e mangueiras na frente e os bancos ficam de baixo, você sentava de tardinha e de noitinha, passeava e ficava lá. Mas hoje você não pode fazer mais isso, além de você não ter as acácias e mangueiras, você não tem privacidade, porque São Domingos ficou mais visado e visitado, como não tem estrutura acaba acarretando conseqüências para comunidade capimense (Informante local, funcionário público, 38 anos, entrevista/2006).

É neste embate das práticas espaciais que o turismo, enquanto fenômeno urbano, tem ocasionado transformações sócio-espaciais em cidades que direcionaram seu planejamento do desenvolvimento à reestruturação espacial, a fim de tornarem-se “modelos” de competitividade e qualidade de vida face à globalização econômica, objetivando, dentre outros, o sucesso de suas políticas de governança urbana (HARVEY, 2005; SÁNCHEZ,



1999). Nesse sentido, Trindade Jr. (2004), ao discutir a condição da vida cotidiana em formações urbanas, elucida que apesar dos tempos e agentes hegemônicos delinearem as expressões espaciais imediatas, há, ainda, que considerar ações, tempos curtos e lentos nas dinâmicas sócio-espaciais.



FIGURA 15 - Paisagem beira-rio antes do turismo. Antes da intensificação do turismo no Município as formas espaciais apresentavam outros conteúdos sociais relacionados aos objetos ali presentes. Em destaque, acácias e mangueiras como referências do cotidiano beira-rio. Rua Lauro Sodré, Bairro Nazaré. Fonte: Arquivo Fotográfico / Prefeitura Municipal, 2001.



FIGURA 16 - Paisagem beira-rio depois do turismo: a reestruturação sócio-espacial impulsionada pela atividade turística, transformou a paisagem em novas formas e novos usos do espaço local, a fim de atender às necessidades dos visitantes e dos turistas. Rua Lauro Sodré, Bairro Nazaré. Fonte: Trabalho de campo, março/2005.

Porém, o turismo em São Domingos do Capim tem reestruturado temporalidades e espacialidades diversas, redefinindo, em consequência, formas e conteúdos do espaço local. No período do Festival, na rodovia PA- 127, reinaugurada em março de 2004, os meios de transitar através de bicicletas e/ou a pé, dão lugar às diversas formas de uso, tais como, circulação de carros, ônibus, vãs e motocicletas, ensejando um novo ritmo social no Município. Os moradores, de certa forma, têm seu lazer na pororoca reduzido, porque a organização do campeonato de surf fiscaliza e assegura o acesso do rio para o desenvolvimento da competição. Ademais, os novos objetos tecnológicos usados pelos turistas e competidores nos rios inibem a prática do lazer local, tradicionalmente conhecido de forma bem diferenciada daquela imprimida a partir da turistificação do espaço.

Antigamente a pororoca, a gente sempre conversa isso aqui sabe, de vez em quando, antigamente a pororoca era só nossa. A gente fazia o que a gente queria, pegava uma canoa e ia “aparar” a pororoca. Hoje em dia não se pode mais, então a gente fica com o coração um pouquinho apertado, poxa! Não posso mais “aparar” a pororoca, é jet ski que passa aqui, é voadeira aqui (Informante local, Servido Público, 25 anos, entrevista/2006).

A simultaneidade de tempos diversos implica, também, em novos desdobramentos políticos no Município. No caso, o rio, a rodovia, a casa, os serviços públicos<sup>27</sup> estão desempenhando novas funções, tendo novos atores imprimindo relações sociais de apropriação de território. Isto vem consistindo na própria expansão do modo de produção capitalista em contraste a um modo de vida mais tradicional no qual a produção social está mais ligada aos recursos e ciclos da natureza, em suma, a uma temporalidade distinta, porém, não isolada, da vida moderna.

Outro aspecto da influência do turismo no Município, diz respeito às possíveis modificações nas representações sócio-espaciais dos moradores com relação ao fenômeno da pororoca. Nesse sentido, tomando como referência as concepções de cultura de Laraia (1997) e Bosi (1981), como a união da ação e do trabalho comunitários, tem-se a reflexão de que dificilmente uma comunidade amazônica é homogênea, estável e isolada, posto que a

---

<sup>27</sup> Em um dos panfletos publicitários da Coordenadoria de Comunicação Social do Estado, lê-se que o Estado tinha providenciado os melhores equipamentos e serviços públicos para satisfazer as necessidades dos turistas ao passo que, na realidade local, os moradores não dispunham desses serviços o ano todo: “Nunca houve um acidente grave durante o campeonato, mas os organizadores do evento não abrem mão de um completo sistema de assistência ambulatorial e hospitalar e meios de remoção. Três ambulâncias, incluindo uma de resgate do corpo de bombeiros, uma Secretaria Executiva de Saúde Pública (SESPA) e uma da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, vão estar a postos em São Domingos do Capim durante todo período da competição” (PARÁ, 2005, p.3).

realidade regional é intrinsecamente dinâmica do ponto de vista econômico, cultural e político.

Destarte, as representações sociais sobre a pororoca não são estáveis e homogêneas, pois se verificaram ao longo do trabalho empírico evidências quanto a isso. De um lado, alguns moradores mais idosos ainda mantêm a tradição oral acerca do fenômeno, reservando aos três pretinhos da pororoca sua origem; por outro, muitos jovens e até adultos desconhecem e/ou rejeitam tal lenda, e dão outras explicações sobre a pororoca.

É um fenômeno da natureza, porque o Amazonas, a gente estuda que a pororoca no Amazonas é o encontro das águas doce com a do oceano. A lenda dos três pretinhos é uma história engraçada (Informante local, aposentada, 75 anos, maio/2006).

A pororoca surgiu no Oceano Atlântico com o Pacífico e assim com vários, o Índico, com Ártico, então o degelo começa a degelar dos pólos, que são completamente gelados. Aí transborda o oceano, ele expulsa as águas pros rios e afluentes, o rio é pequeno aqui, o nosso rio Capim, o Guamá, o rio Guamá é fundo, não dá quase, agora aqui dá muito. A origem da pororoca é tudo isso: o mar enche, transborda e expulsa as águas pro rio, os afluentes. No meu entendimento, com minha instrução que foi até a segunda série, passei pra terceira, mas nunca recebi um “buletim”, parei de estudar em 1947, quando eu morava em Belém [...] Então é isso que é a pororoca ( Informante local, aposentado, 75 anos, junho/2006).

A nova geração e alguns adultos do Município não ouviram e/ou rejeitam falar dessas tradições orais que envolvem a pororoca. Talvez não queiram passar por ingênuos e mentirosos. Por outro lado, a própria dinâmica cultural faz com que eles tenham na explicação científica sua resposta imediata. Entretanto, como essas questões não chegam a um consenso, as representações sócio-espaciais pautadas nas tradições orais envolvendo a pororoca são diversas. Há até situações diárias de moradores ao longo do rio Capim que descrevem aventuras e mistérios.

Você vai navegando no rio, coisa e tal, de repente a canoa encalha numa praia que você não tem possibilidade de tirar a canoa do lugar. Você se lembra que é tempo de pororoca, você desembarca da canoa e vaza a cachaça em volta da canoa e espera a pororoca chegar. Quando chega perto murcha, murcha completamente, ela arrebenta de novo. Não sei se é verdade isso, mas sei que a pororoca tem muito mistério (Informante local, aposentado, 74 anos, Comunidade Nossa Senhora do Livramento, junho/2006).

A geração mais antiga, como também alguns jovens do Município, praticavam e/ou praticam seu lazer na pororoca. O “aparar” a pororoca fazia se destacar aquele entre os moradores que tinha mais coragem e destreza em dominar o fenômeno. Eis os relatos do que era esse lazer praticado nos rios do Município:

[...] A gente vai com a canoa de encontro com ela, com a onda que vem grande, ela arrebenta e recolhe muita água pra dentro da canoa, enfrenta ela e passa por cima da onda daí aparar duas, três vezes (Informante local, aposentado, 70 anos, Comunidade Monte Alegre, junho/2006).

No peito, a gente mergulhava, quando não tinha canoa. A gente, a pororoca vinha, a gente finca o pé na lama e assim pra frente. Ai quando ela vem chegando na gente, a gente mergulha por cima dela, fura ela, ela passa por cima, fura a onda, ela passa por cima e a gente “búia” atrás (Informante local, aposentada, 76 anos, maio/2006).

Nos últimos anos, o campeonato de surf vem sendo prejudicado devido à diminuição das ondas fortes e grandes, e, muitas vezes, a pororoca não se manifesta. Na tentativa de explicar o enfraquecimento da pororoca - haja vista que este fenômeno faz parte da vida social do Município -, os moradores locais têm nas representações sócio-espaciais uma tentativa de compreender tal fato. Entretanto, são muitas as razões místicas e até extraordinárias que eles aludem à ausência da pororoca, justamente no período do festival.

Alguma coisa é encantada, né! Porque eles vêm assistir e ela não aparece e depois quando vão embora ela vem com força. Eu acho que o “pessoar” ficam “afilmando”, batendo foto. Ela cisma, né! (Informante local, agricultor, 54 anos, Comunidade Monte Sião, maio/2006).

As experiências do cotidiano dos moradores locais são heterogêneas. Alguns vêm a pororoca como fenômeno da natureza, outros como revelação divina, outros demonstram medo e respeito ao possível mistério que a envolve. Até pouco tempo as representações serviam para explicar a ausência da onda no período do campeonato de Surf, porém uns acreditam, outros não nas diversas razões.

A prática do lazer na pororoca feita por seus moradores, apenas é um indicativo de que o olhar misterioso sobre o fenômeno vem se modificando, mesmo antes do turismo, além das evidências acima mencionadas. Isto demonstra que as transformações das representações sociais acerca da pororoca não têm no turismo sua gênese, mas na própria dinâmica cultural e social do Município. Por outro lado, é através do turismo que as modificações ocorrem de forma mais rápida, ocasionando alterações, mudanças e reelaborações de conteúdos sociais.

Ao contrário das mudanças ocorridas no cotidiano local dos residentes localizados na sede urbana, as comunidades ribeiras pouco alteram sua rotina com o turismo. O que se pode asseverar de uma possível mudança do dia-a-dia diz respeito ao movimento das lanchas e voadeiras descendo e subindo o rio Capim, o que faz seus moradores aguardarem em frente de suas casas e de vizinhos a passagem de competidores e turistas pelo rio Capim à procura da pororoca.

A programação cultural do Festival da Pororoca realizada na localidade do Tóio faz com que muitos moradores, principalmente os jovens, desloquem-se àquele local com objetivo de diversão nas festas proporcionadas pela programação cultural do evento. Alguns moradores saem de suas casas, com seus barcos ou de amigos, a fim de garantirem um local seguro no rio Capim - longe da pororoca - para alguma equipe de reportagem filmar seus barcos.

Promove mais pra lá [sede municipal] que pra cá. Pra comunidade não vem, sabe! Não vem ninguém pra cá, os turistas eles não vêm. É nós que vamos pra lá, as vezes eles filmam nós lá, como nós já andemo nesse casco do Seu Raimundo. Uma vez “coloquemo” umas bananas nele, aí nos fomos filmados. Nessa vez enchemo o casco e acompanhemo a pororca e eles filmando nós. A comunidade só vê a voadeira e vai pra lá, pra perto lá acompanhar... pra lá (Informante local, agricultor 25 anos, Comunidade Nossa Senhora do Livramento, maio/2006).

A gente fica normal na comunidade sem nenhuma alteração, a comunidade se movimenta conforme a qualidade do som e aí a gente vai pra lá (Informante local, estudante, 18 anos, Comunidade Sauá, maio/2006).

Por outro lado, quanto aos benefícios esperados pelo turismo, a população local tem evidenciado contradições quanto à sua inserção política no planejamento do Município, como também sua participação econômica no desenvolvimento da atividade; de modo que a relação dos moradores com o poder público local tem-se tornado um embate, sobretudo, político.

A relação entre moradores tornou-se conflituosa com a difusão do turismo, pois há aqueles com favorecimento político ou com melhores condições econômicas de se inserirem na dinâmica do turismo local. A conseqüência após a intensificação do turismo no Município revela-se na mudança das práticas comunitárias, no que se refere à alteridade entre residentes locais e turistas e até mesmo nas práticas cotidianas entre residentes locais, pois as relações sociais têm-se apresentado intrinsecamente econômicas; pois elas passam a ser entre prestadores de serviços e consumidores, alterando os costumes e hábitos caboclos locais.

Vejo só despesas para a Prefeitura e São Domingos não melhora nada, porque há aquele grupo de manipuladores, por parte do secretário do prefeito que mudam suas condições de vida junto com seus aliados (Informante local, funcionário público, 29 anos, junho/2005).

As pessoas ficam mais capitalistas com o turismo, porque a comunidade tenta se adaptar às exigências do turismo e do turista. Assim, a comunidade tende se habituar com os costumes dos turistas para melhor recebê-lo. E tem aqueles que causam barulho e constrangimento. (Informante local, 26 anos, estudante, entrevista/2005).

As concepções e objetivos das esferas públicas acerca do evento no Município são diferentes. Para o Governo do Estado, a preocupação maior é o sucesso do campeonato de

surf, o qual integra o circuito nacional da modalidade, envolvendo os Estados do Amapá e Maranhão. Por isso, justificam-se os discursos de popularizar o esporte, a enorme campanha de marketing, os gastos públicos com segurança, transporte, comunicação e saúde. Enquanto que para a Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, o turismo consiste numa alternativa de desenvolvimento com propósito de melhorar a infra-estrutura do Município, de estimular a economia e de valorizar a cultura local.

Por outro lado, quanto aos benefícios esperados pelo turismo, a população local tem evidenciado contradições no que pese à sua inserção política no planejamento do Município, como também sua participação econômica no desenvolvimento da atividade; de modo que, a relação dos moradores com o Poder Público local, tem-se tornado um embate, sobretudo, político.

Diante do exposto, a reflexão sobre o objetivo deste estudo, possibilita vislumbrar a espacialidade daquele fenômeno em três momentos programados a atender um planejamento instrumentalizado com base em estudos mercadológicos do setor turístico. Isto significa considerar que cada vez mais a rigidez e a programação do planejamento turístico penetra, velozmente, nas atitudes e práticas da vida cotidiana, pois,

Como atividade econômica o turismo apresenta uma série de elementos dispersos que tentam ser articulados na formação de uma verdadeira “indústria”; assim aparece a produção de um “produto turístico” que vai conter vários elementos. Um dos elementos principais, e que vem a ser a matéria prima dessa indústria, são os chamados atrativos turísticos (FIGUEIREDO, 1996, p 215).

Desse produto turístico, resulta uma elaboração de roteiros, itinerários e serviços que passam a ser comercializados e vendidos aos turistas em forma de pacotes, ou se desenvolve o marketing turístico de um lugar, tendo em vista as peculiaridades dos seus atrativos, e, assim, contribui, também, para a comercialização e ao desenvolvimento da atividade.

Em São Domingos do Capim, o turismo desenvolve-se através da criação de um produto turístico, ou seja, três elementos que são trabalhados conjuntamente pelos poderes público estadual e municipal, a saber: a pororoca, o surf na pororoca e o festival da pororoca. Estes elementos foram transformados, a partir da vivência cotidiana local, em atrativos turísticos capazes de proporcionar o desenvolvimento no município.

Este desenvolvimento foi propagandeado pelo marketing de São Domingos do Capim, gerando expectativas aos moradores de que o turismo é a principal alternativa de desenvolvimento capaz de gerar emprego e renda. A atividade seria uma ferramenta econômica, ao se tornar mais um elemento na composição das atividades remuneradas

somando-se à agricultura de subsistência, ao funcionalismo público e ao pequeno comércio que são as principais atividades econômicas do Município (NASCIMENTO, 2004).

Para isso, o planejamento da atividade turística, muda o sentido social da pororoca em espetáculo, faz da natureza um recurso turístico importante no desenvolvimento da atividade local. A imagem da pororoca, associada ao Município, tem como objetivo atrair o maior número de visitantes curiosos em conhecer este fenômeno pouco comum no planeta, como também, tornar São Domingos do Capim um tipo de Município “característico” da manifestação da pororoca na Amazônia, mais especificamente no Estado do Pará.

Deste fato, cria-se uma marca de competitividade turística (SILVEIRA, 1996). O Município recebe o codinome de “capital da pororoca”, inserindo-o naquele modelo de desenvolvimento de turismo, no qual o lugar deve ter uma identidade, capaz de influenciar e despertar o desejo de pessoas com vistas às atividades turísticas. Essa manipulação da representação da natureza, ocasiona efeito contrário ao resumir o Município e suas múltiplas dimensões sociais em uma representação da natureza, ou seja, os turistas que visitam São Domingos do Capim não objetivam conhecer outras dimensões sócio-espaciais do Município, senão aquelas criadas pelo planejamento e pelo marketing.

Em função disso, a pororoca tem outro sentido social, a do surf, como modalidade de esporte que pressupõe aventuras, desafios e o desejo de várias pessoas em enfrentar as ondas de longa duração, o que resulta na criação de um novo estilo de lazer: o *surf*. Este passa a integrar o circuito nacional do campeonato no qual o Município, ao longo de anos, insere-se na etapa destinada ao Pará. Isto tem atraído diversos turistas e outros agentes que configuram uma nova dinâmica social a São Domingos do Capim, ao introduzir novos estilos de vida no espaço local.

Eu vim surfar na pororoca. É uma onda nas águas doces, é uma onda gigante mesmo. Pra mim é isso. Olha eu não sabia que tinha festa não, sabia que tinha o encontro das águas do rio com a do mar, meu irmão. Vim surfar mesmo não sei o que vou fazer na cidade (Turista, engenheiro civil, 27 anos, entrevista abril/2005).

Ouvi falar da grande onda que o pessoal pega mais de uma hora surfando, então aceitei vir já que caiu no fim de semana, então eu vim pra tentar surfar a pororoca, mas o pessoal tá dizendo que a maior onda já aconteceu no meio de semana (Turista, engenheiro civil, 30 anos, entrevista abril/2006).

Olha rapaz eu vim mesmo ver a pororoca, porque ainda não tinha visto. Aqui é melhor o acesso. Eu imagino a pororoca aquela onda mesmo, entendeu... Na verdade não sei o que vou fazer depois. Acho que fazem muito marketing da pororoca, mas da cidade não sei nada, nada mesmo (Turista, estudante universitário, 23 anos, entrevista março/2006).

Por outro lado, na tentativa de organizar administrativamente as práticas turísticas e, por conseguinte, a permanência dos turistas no Município, os organizadores do evento programam um festival cultural. Após o término do campeonato de surf no período matutino, os turistas têm outro atrativo turístico. Este festival transforma a referência cotidiana em produto, a fim de atender ao planejamento mercadológico empreendido pelos poderes públicos, envolvidos na intensificação do turismo. A relação do turista com o espaço local é superficial. Conhece-se o surf e o festival, mas não se conhece a população local e seu espaço

O planejamento da atividade turística, apropriando-se da representação da natureza local, faz o festival ter um protagonista: a pororoca. Assim, numa área compreendida entre a igreja matriz e o mercado municipal, monta-se o palco para apresentações, as barracas de comidas e bebidas e os equipamentos de iluminação e som. As várias atrações musicais, artísticas e culturais compõem o chamado *festival da pororoca*, que compreende três ou quatro dias de realização dos dois eventos em São Domingos do Capim: o Festival e o Campeonato de Surf.

Com a intensificação do turismo ao longo de oito anos no Município, as práticas sócio-espaciais, tornam-se complexas devido aos diversos agentes e seus mecanismos de mediar suas relações. Assim, de maneira geral, os turistas usam o surf ou passeios de barcos com intuito de inserirem-se na dinâmica social de São Domingos do Capim. Os patrocinadores intencionados em lançar suas marcas no mercado, através das mais variadas mídias, também utilizam a natureza amazônica e sua representação social como meio de interagir na realidade local. O poder público, no caso os organizadores dos eventos, tem no recurso natural a alternativa de desenvolvimento e um instrumento de legitimação política que a atividade do turismo pode proporcionar aos seus interesses e a seus jogos políticos no Município.

Dessa apropriação que o turismo e seus principais agentes territoriais proporcionam, resultam mudanças substanciais na prática cotidiana, que a população mantém com relação ao sistema cultural. Esta apropriação implica modificações nas práticas cotidianas em torno da pororoca, observadas no surf, nos passeios de barcos bem equipados e no jet ski cortando os rios Guamá e Capim. Esta dimensão do turismo é reflexo dessa apropriação, a partir dos novos agentes sociais que se inserem na dinâmica social local.

Assim, enquanto os turistas exibem *status* social, ao apresentarem seus objetos tecnológicos, seus valores e seus modos de vida nas águas dos rios Capim e Guamá durante os eventos, os moradores locais dão um outro sentido social ao fenômeno da pororoca e aos rios do Município (QUADRO 5, p.113).



QUADRO 5 Significado social dos moradores locais x significado social dos turistas sobre o fenômeno da pororoca e suas referências espaciais

<b>Referências</b>	<b>Elementos tradicionais</b>	<b>Elementos e/ou termos turísticos</b>
Margem da cidade	Beira	Orla
O encontro com a pororoca	Aparar	Surfar
Apreciação	Bater	Passar
Objetos utilizados durante o fenômeno	Barco/montaria	Jet ski, voadeiras e pranchas
O registro da pororoca	Oral, memória	Vídeo, câmera
Entretenimento	Lazer lúdico local, mítico	Competição, mercado, lazer programado

Fonte: Elaborado a partir do trabalho de campo durante os anos 2005/2006.

A importância dos rios se dá pela dinâmica econômica de subsistência pautada na agricultura, por onde a produção agrícola é escoada para outros municípios do Estado. Outra dimensão que os rios Capim e Guamá desempenham é a da festa, do lúdico, como se refere Lefebvre (2001), haja vista que moradores locais mantinham um tipo de lazer antes do turismo.

O “aparar” a pororoca contrasta com a mercantilização da natureza, com o exibicionismo dos turistas e do aspecto efêmero de sua permanência. O “aparar” a pororoca consiste no próprio lazer, é uma demonstração de que as representações sociais daquela Amazônia de mistério e medo contida na lenda dos três pretinhos havia se modificado com a própria dinâmica local.

Mas, com a apropriação que enfrenta a pororoca pelo marketing turístico, há uma tentativa de “retorno à tradição”, mostrando uma cultura cristalizada no tempo, que culmina com a criação do símbolo do turismo para São Domingos do Capim: os três pretinhos surfando a pororoca e o Município como “a capital da pororoca”

O antagonismo entre as programações criadas aos turistas e a particularidade do vivido local, possibilita enxergar que, nas práticas sócio-espaciais dos moradores na pororoca, há uma explicação da ocorrência deste fenômeno nos períodos mais chuvosos na Amazônia que, conjugados com os aspectos físicos que a lua cheia ou nova exercem sobre as marés, ocasiona as maiores ondas.

Assim, o saber local conta, numa tentativa de orientação às práticas de lazer e do lúdico - no sentido do vivido espacial - que três dias após a lua no período chuvoso

amazônico (cheia ou nova), ocorrerá com mais força e beleza a pororoca no Município. Porém, este saber não é considerado no planejamento turístico em São Domingos do Capim, haja vista que a programação tem em vista o ritmo urbano, ou seja, os eventos são realizados, no geral, em finais de semana, objetivando maior visitação das pessoas que destinam estes dias à prática do turismo.

É nesse contexto que se reproduz a dimensão do vivido através da criação de códigos, usos e posturas em relação à pororoca, das representações sócio-espaciais que orientam as atitudes dos moradores em praticar o “aparar”, desafiando até antigas representações que amedrontavam e restringiam qualquer lazer na pororoca. O “aparar” a pororoca é a materialização no cotidiano, dos desejos e do encontro da insurreição do uso como fala Sebra (1996b).

Em contraposição ao uso, o planejamento do turismo apropriou-se da dimensão do cotidiano, do aspecto cultural e de suas representações sócio-espaciais que envolvem a pororoca. A instrumentalização do turismo padronizou e programou essas práticas sócio-espaciais, a fim de atender aos ritmos, tempos e necessidades urbanas. A vinda dos turistas é impulsionada ao consumo dirigido, a uma representação da natureza fantástica, a um fetiche espacial no qual o marketing não mostra o espaço enquanto obra, materialização do vivido, mas sim de uma representação reelaborada, como marca de competitividade comercial entre cidades (SILVEIRA, 1996) e de inserção do lugar no mercado turístico (FIG. 17, p.115).

A programação do festival compreende: shows culturais, campeonato de surf, desfiles, vendas de comidas e bebidas na área destinada ao evento, pequenos campeonatos esportivos e, principalmente, a apreciação da pororoca, além de outros atrativos. Isto a ser realizado nos finais de semanas, com o objetivo de atrair o maior número de visitantes ao Município.

Essa necessidade de programar o tempo da natureza às exigências da vida urbana, ocasiona insatisfações aos turistas que saem de São Domingos do Capim decepcionados com o marketing divulgado sobre a pororoca, uma vez que nos últimos anos o fenômeno não se manifestou com intensidade nos dias reservados ao surf e ao festival, que para atender a demanda turística foram marcados para o final de semana e a pororoca ocorreu no meio da semana, contrariando as previsões da organização dos eventos, nos dias programados. Isto porque a natureza “não se adequou” ao controle da vida urbana (LEFEBVRE, 1981).



FIGURA 17 - Outdoor do festival. Veiculados em vários meios de imprensa e afixados em vários locais de municípios, os instrumentos do marketing turístico restringem a realidade sócio-espacial de São Domingos do Capim a uma natureza criada para as necessidades da vida urbana. No outdoor, a programação privilegia os finais de semana.  
Fonte: Trindade Jr., abril/2006.

Meu objetivo era ver a pororoca, aquilo que a gente vê na televisão, nas mídias e pensando naquele tamanho, aquele negócio todo. Mas me decepcionei, porque não houve, só aquele banzeiro como eles dizem aqui, mas foi legal ver aquelas pessoas todas. Mas, infelizmente não deu pra vê-la. (Turista, Funcionário Público, 35 anos, entrevista abril/2006).

Olha, meu irmão não teve nada de pororoca, tudo propaganda enganosa mesmo, entendeu? A tão propalada onda de horas de duração, grande etc, etc, etc, Estou decepcionado. E agora o que faço na cidade... (Turista, estudante universitário, entrevista março/2006).

Olha, viemos assistir a pororoca, todos da família. A gente veio pra ver mas tivemos uma frustração porque a pororoca não surgiu. Mas isso depende também da natureza e aí a gente não pode fazer nada. Mas não deixa de ser uma decepção pra nós (Turista, produtor rural, 45 anos, entrevista abril/2006).

Desse desdobramento, os planejadores e promotores territoriais do turismo (KNAFOU, 1997) que organizam e patrocinam os eventos, observando o insucesso do campeonato de surf na pororoca retiram-se da iniciativa de desenvolver o turismo no Município e vão em busca de outro município do Estado do Pará, que contemple suas

expectativas de desenvolvimento, isto é, seus interesses econômicos e políticos ( QUADRO 6, p.117).

São Domingos do Capim passa a enfrentar um outro momento do turismo com a saída do Governo do Estado, através da Secretaria de Esporte e Lazer que organizava o campeonato de surf, das empresas de telefonia celular, que expuseram ao longo de anos suas marcas comerciais ao mundo e das restrições orçamentárias que o poder público local tem que superar na tentativa de planejar o desenvolvimento do turismo no espaço local.

Atualmente, o poder público local enfrenta embates jurídicos para poder utilizar o *slogan* “surf na pororoca” nos materiais promocionais do Município. Isso porque um dos coordenadores da Associação Paraense de Surf na pororoca patenteou essa denominação de esporte nas águas doces. Isso se dá à revelia de toda tradição e dimensão do cotidiano local que experienciava o lúdico materializado na pororoca sem essa “roupagem” do estilo urbano e moderno que hoje se apropria do fenômeno. Nesse caso, não é apenas o fenômeno em si que é apropriado, mas também sua mitologia, suas representações e até mesmo o seu nome, que só poderá ser utilizado com a permissão de quem patenteou.

Essa realidade sócio-espacial que se configura em São Domingos do Capim faz com que - na tentativa de explicar a diminuição de visitantes, a saída do Estado e dos patrocinadores durante os eventos do Município, e, principalmente, a ausência da pororoca - muitos moradores reelaborem as representações sócio-espaciais sobre esse fenômeno. De tal modo que, agora, valendo-se dos três pretinhos da pororoca, o saber local tem-se referido à morte de um pretinho, e que por isso o fenômeno não tem aparecido. Ou ainda, com a audácia e coragem em desafiar a pororoca com objetos tecnológicos, com as atitudes de fotografar e filmar esse fenômeno, os turistas afugentam ou causam uma “cisma” à natureza, o que traz como consequência, sua ausência ou seu tímido aparecimento nos últimos anos.

De modo geral, a população imagina que com o enfraquecimento da pororoca, o turismo não pode ser mais desenvolvido, o que de fato não procede, haja vista que o desenvolvimento do turismo local segue a lógica da competitividade e do arsenal tecnocrata de planejamento, isto é, sem participação popular e sem autonomia dos munícipes, além de pensar o espaço local em fragmentos destinados a um estrato social privilegiado (SOUZA, 2004).

QUADRO 6 Empresas e Instituições que patrocinaram e/ou apoiaram o festival da pororoca no Município.

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Instituições</b>
2001*	-	Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim.
2002	Banco do Brasil, Nossa Água, Grupo Cerpa e Multinorte Comercial.	Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, SEEL, SEDUC, Curro Velho, Federação do Surf no Pará, Ministério do Esporte e Turismo e Secretaria Nacional de Esporte.
2003	Banco do Brasil, Grupo Cerpa, Hotel Amazônia, Nossa Água, Mônaco Motocenter, deputados e prefeitos.	SEEL, Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim e secretarias municipais.
2004	Banco do Brasil, Skol, Nossa água, Sol Informática, Eventos Alternativos e Moinho Três Corações.	SEEL, ABRASPO, Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, Poder legislativo local e secretarias municipais.
2005**	-	Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim e secretarias municipais.
2006	Nova Schin, Apeú Motos, Biry Night, Eventos Promoções e pequenos comerciantes locais.	Fundação Cultural do Pará, Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim e secretarias municipais.

\* O primeiro ano de festival, a Prefeitura de São Domingos do Capim custeou todo o evento durante administração do Prefeito Marçal Palheta.

\*\* Por falta de prestação de contas e de problemas administrativos, envolvendo o Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, São Domingos do Capim enfrentou dificuldades de captar patrocinadores e apoio para o Festival da Pororoca. Apenas alguns comerciantes locais auxiliaram a prefeitura nesse ano.

Fonte: Elaborado a partir do trabalho de campo durante os anos de 2005 a 2006.

O turismo em São Domingos do Capim, como proposta de desenvolvimento, surgiu de uma experiência exógena com relação à prática cotidiana e às aspirações do poder público local. Ao longo de sete anos de experiência com o turismo, os moradores se encontram entre duas ações de políticas públicas diferenciadas para a São Domingos do Capim, mas que de um plano geral apresenta-se, via *marketing*, como uma ação coordenada entre o Estado e o poder público local aos olhos de muitos.

Assim, de um lado, o Estado tem priorizado o esporte, ao investir e direcionar os recursos para a execução do campeonato, trazendo reforço policial e de segurança (via hidroviária, terrestre e aérea), assistência médica e hospitalar, infra-estrutura de comunicação à imprensa local e nacional, auxílio aos competidores. Isso vem ocasionando vários embates políticos entre moradores e o poder público, no que se refere aos gastos com o evento, uma vez que não se prioriza as necessidades do Município, como educação, saneamento e assistência técnica e especializada aos pequenos agricultores rurais.

Por outro lado, a Prefeitura local tem no turismo uma perspectiva de desenvolvimento, porém ao longo dos anos, vem sentido a restrição técnica e financeira do Estado em apoiar as políticas municipais tendo em vista a execução da atividade do turismo. Por sua vez, a população local é apenas uma espectadora diante das transformações de ritmos e de tempos no Município, haja vista que a maioria não decide o futuro de São Domingos do Capim no planejamento e gestão municipal. Em São Domingos do Capim apenas há um produto turístico que é desenvolvido por um período de tempo curto em todo ano, o que faz o Município não ter expectativa de investimento. Apesar dos esforços da administração pública local, ainda falta qualificação dos recursos humanos para atender de forma satisfatória aos turistas, meios de hospedagem, bares e restaurantes adequados, sinalização turística, serviços e produtos diferenciados, como também, o Conselho Municipal de Turismo, o que exclui a participação da população nas decisões do turismo local, tornando o poder público o principal definidor, gestor e executor do turismo em São Domingos do Capim, aliado ao patrocínio e empresariado.

Ao longo desses anos de campeonato de surf, a Prefeitura local ainda não possui um plano municipal de turismo que possa contribuir para a gestão da atividade, o que dificulta seu planejamento sistematizado e sério. Nesse sentido, pode-se questionar se no Município de São Domingos do Capim existe de fato política pública de turismo capaz de propor estratégias eficazes ao desenvolvimento da atividade, uma vez que o arcabouço básico à implantação não existe, como por exemplo, o planejamento adequado no qual constem objetivos, metas, ações e estratégias de desenvolvimento e de inserção da população por meio do Conselho Municipal de Turismo.

O turismo no Município tem propiciado coexistência de tempos e de espaços diversos que, por conseguinte, implicam em novas maneiras de relação de poder e dos interesses divergentes. No caso, o rio, a rodovia, a casa, os serviços públicos, estão desempenhando novas funções, tendo novos atores imprimindo relações sociais com ritmos e tempos desiguais de apropriação de territórios. Isso vem consistindo na própria expansão da modernização em contraste com um modo de vida mais tradicional, onde a reprodução social, econômica e cultural está ainda muito ligada aos recursos e aos ciclos da natureza; em suma, a uma temporalidade de sociedade distinta da vida moderna, mas que faz parte de um mesmo processo espacial.

## 5 “DESAGUANDO” NAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Academia há alguns anos desenvolve-se a discussão sobre a ausência e presença do Estado no funcionamento do modo de produção capitalista. Com a aceleração da proposta neoliberal e a consolidação do período técnico-científico-informacioanal, o Estado tem redefinido sua inserção na sociedade, de modo que os discursos de “crise” ou a ausência dele associam-se, muitas vezes, a uma ideologia a fim de assegurar a produção, o lucro e a acumulação capitalista.

No caso específico do turismo, a relação Estado e turismo via políticas públicas tem demonstrado as intencionalidades do Estado em favorecer ao *trade turístico*, isto é, às redes hoteleiras internacionais, às operadoras, e aos demais empresários, ao priorizar o mercado por meio de ações de infra-estrutura nas regiões selecionadas para o investimento. Exemplo disso são as intervenções do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal em alguns Municípios integrantes dos roteiros. Parafraseando Knafou (1996), a relação de turismo e território no caso brasileiro, de um modo geral, tem apresentado dois agentes principais que constroem e estimulam territórios turísticos, o mercado e os planejadores/promotores territoriais. Neste caso, o Estado vem, privilegiando como seu produto essencial a natureza e suas paisagens.

Assim, nas diversas espacialidades que configuram as práticas sócio-espaciais de lugares turísticos, o Estado tem atuado como mediador e definidor de territórios ao captar e direcionar investimentos urbanos, ao legislar o uso e controle do solo indicando projetos de urbanização, habitação, revitalização, mas o faz em vantagem de outras espacialidades não ao âmbito do cotidiano que foge à lógica da competitividade e do controle da vida.

Porém, essas ações coercitivas e reguladoras influenciam modos de vida e de experiências urbanas, pois através das políticas públicas e da parceria público-privado (HARVEY, 2005), o Estado tem introduzido a cultura do empreendedorismo e da competitividade entre cidades, como uma alternativa ao processo de desenvolvimento do turismo e do espaço (CRUZ, 2002; RODRIGUES, 1997b). Entretanto, entre o poder regulador e a racionalidade do tempo hegemônico visto na formulação e execução das políticas de turismo - como os tecnocratas, os técnicos em turismo, a iniciativa privada -, há outros atores sociais que resistem às tendências neoliberalizantes e às ações de políticas de turismo que seguem a lógica econômica.

Nesse sentido, o turismo tem se revestido de uma esperança (quase salvação econômica) como alternativa de desenvolvimento para muitos lugares do mundo,

principalmente dos países periféricos (ORGANIZAÇÃO, 1998), que o implantam seguindo os pressupostos da globalização. Isso em conjunto com as reelaborações conceituais de desenvolvimento que ainda seguem resquícios da teoria econômica neoclássica e de outras idéias de competitividade e mercado, ou seja, de crescimento econômico. (SOUZA, 1997b; BRAGA, 1999).

Nessa postura política, a idéia de natureza apresentada nas ações e no planejamento estatal está situada sob as condições do mercado. Este, por sua vez, apropria-se de forma racionalizada visando a estabelecer uma competitividade no setor. Nesse sentido, o entendimento sobre o desenvolvimento da atividade turística é marcado por uma presença do vetor econômico em suas atividades em detrimento do conteúdo histórico e social que o conceito de natureza adquire na reprodução social do/no espaço amazônico.

No caso amazônico, a elaboração de políticas de turismo tem priorizado empresas, na medida em que são criadas linhas de créditos, incentivos fiscais e construção de infraestrutura para o turismo. Isto tem incentivado o desenvolvimento da atividade pautado na idéia de lucro a todo custo, gerando as “guerras de competitividade entre lugares” (SILVEIRA, 2002) na região, além de não existir nessas políticas elaboradas pelo governo central instrumentos que garantam a participação popular (BRASIL, 1992, 1995).

A concepção de desenvolvimento implícita nos estudos do turismo, valoriza, em demasia, a dimensão econômica, cuja base teórica tem na economia clássica sua explicação e idéia de desenvolvimento, de modo que o relaciona ao processo de acumulação, de lucro e das várias possibilidades de extrair as riquezas e matérias-primas sem levar em conta a equidade social e econômica, a justiça e a qualidade de vida (HALL, 2004).

A necessidade de alcançar o desenvolvimento turístico marcado não pelos pacotes rígidos e de pouca qualidade que eram oferecidos no modelo fordista, faz com que, no período técnico-científico-informacional, novas características sejam valorizadas, principalmente a flexibilidade ao consumo, priorizando nestes termos, o gosto e desejo dos turistas. Isto traz como consequência, no caso amazônico, a idéia de natureza supervalorizada sem presença dos grupos e categorias sociais que há anos constroem seus modos de vida (seringueiros, caboclos, negros, pescadores, artesãos, ribeirinhos, entre outros).

Por outro lado, no que tange ao papel dos empresários e do mercado do turismo, visto nas oportunidades (e privilégios) expressas nos planos de turismo para região, o que se observa é uma corrida para oportunidades de negócios nos nove estados que compõem a Amazônia Legal. A flexibilidade econômica em busca da competitividade faz com que haja na região uma rapidez para inserção no mercado turístico; daí as ações governamentais e



empresariais no sentido de proporcionar o desenvolvimento a todo custo e até desconstruindo a própria natureza histórica (das categorias sociais aqui presentes) da Amazônia, com intuito de atender aos anseios do mercado e aos dos turistas desavisados da realidade da região. Vale-se, neste momento indagar, qual o desenvolvimento turístico que a sociedade amazônica deseja percorrer?

Nessa política, o turismo é apresentado como grande alternativa econômica que não gera impactos socioambientais, ao contrário do planejado durante o governo militar via projetos agropecuários e agrominerais. É uma atividade, segundo os planos, adequada para região porque vai ao encontro da “sustentabilidade”, constituindo a melhor ferramenta frente à estagnação social e econômica e aos problemas gerados pela ocupação na região. O turismo se desenvolve como ideologia, e, nesta condição, traduz-se em sonho por meio do qual todos irão usufruir suas benesses. Por conseguinte, ocasionará a sonhada sustentabilidade para as populações amazônicas. Na verdade, a atividade passa a ser uma verdadeira panacéia para os males que historicamente se desenvolveram no espaço amazônico (ROCHA, 1997).

Com isso, a concepção de natureza veiculada nas ações de desenvolvimento do turismo remete-se a uma tendência de cristalizar o “natural”, tornando a contribuição histórica da sociedade um tipo de campo cego (LEFÉBVRE, 1999) nas estratégias de desenvolvimento. Isto é, as vivências cotidianas não são contempladas no processo de turistificação dos espaços amazônicos. Visto dessa forma, os modelos de planejamento turísticos falseiam essa realidade apresentando-os como alternativas econômicas capazes de não gerar impactos socioambientais. Além disso, apresentam características inerentes ao planejamento estratégico e do tipo mercadológico. Nessa perspectiva se insere a iniciativa privada como sujeito preponderante nas tomadas de decisão sobre o futuro de um lugar.

Dessa forma, a natureza é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo (VAINER, 2002), um produto a ser explorado de acordo com as regras do mercado e de um perfil de turista. São Domingos do Capim não foge a essa realidade, colocando suas “peculiaridades” amazônicas num tempo “turistificado”, sobressaindo uma natureza dissociada da sociedade, o que ocasiona a inserção do espaço local na “guerra” dos lugares, em que a competitividade impõe os ritmos de desenvolvimento. A concepção de natureza remete à tendência de se criar um “campo cego” em que a sociedade exclui, não reconhece e oprime frações espaciais do espaço local e suas cotidianidades, bem como cristaliza o cultural para atender às necessidades de mercado (LEFEVBRE, 1999, p.36-37).

Entretanto, na contramão das estratégias de desenvolvimento e na espacialização do turismo, é que acontece a materialização das vivências cotidianas, ribeirinhas e outras

residuais de conteúdo do lazer, do encontro, do valor de uso nas relações sociais. São expressões espaciais excluídas e oprimidas no planejamento do turismo (TRINDADE JÚNIOR 2004, 1999; SILVA; MALHEIRO, 2005). Esta dimensão do cotidiano é a marca de uma temporalidade residual que se reproduz no tempo das formações urbanas, tempo este intrínseco à dinamicidade do turismo em São Domingos do Capim, haja vista que a natureza vendida nas imagens e nas programações durante os eventos no Município atendem às necessidades, aos ritmos e aos estilos de vida urbana dos turistas, que se deslocam para apreciar a pororoca, que se tornou a marca do turismo a ser vendido a partir do lugar e do Município.

O turismo em São Domingos do Capim, como proposta de desenvolvimento, surgiu de uma experiência exógena com relação à prática cotidiana das populações locais, às aspirações do poder público municipal. Ao longo de sete anos de experiência com o turismo, os moradores se encontram entre duas ações de políticas públicas diferenciadas para a São Domingos do Capim, mas que num plano geral apresenta-se, via *marketing*, como uma ação coordenada entre o Estado e poder público local aos olhos de muitos.

Assim, de um lado, o Estado tem priorizado o esporte ao investir e direcionar os recursos para a execução do campeonato e do surf na pororoca, trazendo reforço policial e de segurança (via hidroviária, terrestre e aérea), assistência médica e hospitalar, infra-estrutura de comunicação à imprensa local e nacional e auxílio aos competidores. Isto vem ocasionando vários embates políticos entre moradores e o poder público, no se que refere aos gastos com o evento, uma vez que não se prioriza as necessidades do Município, como educação, saneamento e assistência técnica e especializada aos pequenos agricultores rurais, ribeirinhas e demais populações nativas.

Por outro lado, a Prefeitura local tem no turismo uma perspectiva de desenvolvimento; porém, ao longo dos anos, vem sentido a restrição técnica e financeira do Governo do Estado em apoiar as políticas municipais tendo em vista a execução da atividade do turismo. Por sua vez, a população local é apenas uma espectadora diante das transformações de ritmos e de tempos no espaço local, haja vista que a maioria não decide o futuro do Município no planejamento e na gestão municipal.

O turismo no Município tem propiciado coexistência de tempos e de espaços diversos, que, por conseguinte, implicam em novas maneiras de relação de poder e de interesses divergentes. No caso, o rio, a rodovia, a casa, os serviços públicos estão desempenhando novas funções, tendo novos atores imprimindo relações sociais com ritmo e tempo desigual de apropriação de territórios. Isto vem consistindo na própria expansão da modernidade

programada do modo de produção capitalista em contraste a um modo de vida mais “tradicional”, onde a reprodução social, econômica e cultural está ainda muito ligada aos recursos e aos ciclos da natureza; em suma, a uma temporalidade de sociedade distinta da vida moderna, mas que faz parte de um mesmo processo espacial.

O turismo em São Domingos não se constitui em fator de mudanças das representações sócio-espaciais dos moradores com relação à pororoca, mas isso não quer dizer que com a atividade esse processo de transformação não tenha se intensificado. As atitudes do cotidiano revelam que antes da atividade do turismo no Município muitos residentes enfrentavam a pororoca ao *apará-la* nos tempos de infância e de lazer cotidiano ao longo do rio Capim. Outro fato observado diz respeito à mediação entre o fenômeno e os residentes, pois também indica que as representações dos três pretinhos da pororoca não explicam a manifestação do fenômeno no cotidiano local, uma vez que muitos moradores as rejeitam ou as desconhecem.

Nos dois últimos anos de campeonato de surf, a pororoca pouco se manifesta prejudicando a etapa paraense que compõe o circuito nacional desta modalidade esportiva nas águas dos rios Capim e Guamá. Na tentativa de explicar sua ausência, os residentes locais têm nas representações sócio-espaciais uma alternativa de mediação entre o real e o imaginado. Agora valendo-se dos três pretinhos da pororoca, o saber local tem-se referido à morte de um pretinho e que por isso o fenômeno não tem aparecido. Outras versões locais foram registradas para o desaparecimento da pororoca, como por exemplo, a de que o prefeito do Município, sendo padre, permitiu que o festival e o campeonato de surf acontecessem no período da Quaresma ou da Semana Santa e, como forma de castigo divino o fenômeno tem diminuído durante o evento. Ou ainda, pelo recorrente uso de máquinas e objetos (voadeiras, jet ski, pranchas de surf) potentes e modernos e de equipamento de registro áudio-visual pelos turistas e profissionais durante o festival e o campeonato de surf, a pororoca, de alguma forma, em represália à presença de estranhos, tem diminuído nos últimos eventos, o que demonstra o papel relevante da dinâmica cultural local nas transformações cotidianas.

A essas transformações, somam-se as tensões e contradições de tempos diferenciados que se convergem no Município no período do festival. Um tempo mais tradicional ligado às atitudes religiosas católicas e outro mais urbano, mais laico e mais moderno no qual a prática do turismo é sua característica no espaço local, pois se encontram valores, atitudes, estilo e consumo contrastantes nas relações sociais. De um extremo a outro, tanto visitante como visitado se vêem como o outro em São Domingos do Capim durante o festival, quando há coincidência entre este e o calendário litúrgico católico local.

Ao longo do desenvolvimento do turismo no Município observou-se que o rio Capim desempenha um novo sentido social no Município. Ele é um “palco” de exibição e de espetáculo daqueles que possuem objetos tecnológicos alienígenas ao cotidiano de muitos ribeirinhos. São turistas, de modo geral, expondo *status*, mulheres e bebidas à vontade a todos que passam de barcos ou de balsa em direção ao Município. Há ainda aqueles que aguardam com enorme expectativa a pororoca passar no rio Capim, imaginando se concretizar aquele marketing turístico no qual a natureza é concebida como hiperbólica, fantástica, isto é, está recheada de mistérios, horror, mitos e que oportuniza o encontro ao “paraíso perdido”.

O marketing turístico, os programas de televisão, as revistas esportivas, os jornais escritos, as rádios expõem (ou vendem) uma realidade amazônica deturpada, pautada numa idéia de espaço isolado, rústico, no qual seus residentes ainda acreditam nas representações sócio-espaciais de um tempo remoto, interferindo em suas atitudes cotidianas. Esta visão de espaço amazônico trabalhada pelo marketing revela que para atrair o turismo é necessário “cristalizar” a cultura, torná-la exótica num tempo turistificado. Daí é importante manipular as representações da pororoca e transformá-las num símbolo do Município exposto em diversos meios visuais. Eis a marca: os três pretinhos surfando “nas ondas da pororoca” e São Domingos como a “capital da pororoca” “nas ondas do turismo espetacularizado”. Todos se apropriando e se deslocando de uma natureza, agora “desumanizada”.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, D. G. S. **Pescadores de sonhos**: uma olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis/PA. 236f . Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas/Deptº de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- AMARAL, M.D.B.; VILAR, B.S. A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém: a experiência da Estação das Docas In:TRINDADE JR, S.C.; SILVA, M.A.P. **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p.91-110.
- ARMANDO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000 (Fundação Vanzolini).
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p 11-74.
- BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2001.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil In: YAZIGI, E. et alii (Orgs.) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p.181-192.
- BENCHIMOL, S. **Navegação e transporte na Amazônia**. Manaus: UFAM, 1995.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- BENI, Mario Carlos. A política de turismo In: TRIGO, L.G(Org) **Turismo**: como aprender, como ensinar. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 133-150.
- BEGOSSI, A. Resilência e populações tradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). DIEGUES, A. C.; MOREIRA, C. A.(Orgs) **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 205-238.
- BÍBLIA SAGRADA. A.T. **Gênesis**. Fortaleza: Difusão Cultural do Livro LTDA, [ S.d.] cap.6;7, p.17-18.
- BENEVIDES, Ireleno. Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.23-41.

BENEVIDES, Irene, Porto.; GARCIA SÁNCHEZ, Fernanda Ester. Imagens urbanas depuradas pelo turismo: Curitiba e Fortaleza In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 66-82.

BOSI, A. **A cultura brasileira: tradição contradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOSI. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOSIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional IN: HADDAD, P. *et al.* **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

BRAGA, Tânia Maria. **Desenvolvimento local endógeno e suas aplicações na formulação de políticas municipais: descentralização/participação ou fragmentação/estratégias de legitimação?**. Porto Alegre: ANPPUR, 1999. (mimeo).

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Municípios em dados**. Disponível em <<http://www.federativo.bndes.gov.br/destaques>> Acesso em 14/nov/2006.

BRASIL. Instituto Bras. de Geografia e Estatística . **Censos e Estimativas**, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. MTUR: Brasília, 2004.

BRASIL. Instituto Bras. de Geografia e Estatística. **Cidade: São Domingos do Capim**. Senso 2000.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Plano de turismo da Amazônia**. Belém, 1995.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Linhas Básicas para um programa de Desenvolvimento Sustentável**. Belém, 1995.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio, Turismo/Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**, 1994.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de turismo da Amazônia**. Belém, 1992.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. Belém, 1997.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia** (Nova República). Belém, 1986.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de turismo da Amazônia**. Belém, 1977.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. Belém, 1975.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Implantação de uma Infra-Estrutura Técnica para o Desenvolvimento da Indústria Turística na Amazônia**. Belém, 1971.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia**. Belém, 1967.

CAMARGO, H.L. Fundamentos multidisciplinares do turismo: história In: TRIGO, L.G(Org) **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p.33-86.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar In: YÁZIGI, Eduardo *et al* (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-24.

CARVALHO, D. O rio Amazonas e sua bacia. **Revista Brasileira de Geografia**. Abril/Junho, 1942, p.77-93.

CARVALHO, M. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**, 2000. p.165-182.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas In: POULANTZAS, Nicolas. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 159-188.

CHAUÍ, Marilena. **Da realidade sem mistério ao mistério do mundo**: Espinosa, Voltaire, Merlau-ponty. 1ªed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.154-180.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T.; FERZL, N.(Orgs). **Estado e política públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup:UFPA/NAEA, 2000.

COELHO, Maria Célia Nunes. Reflexão sobre o ecoturismo na Amazônia In: FIGUEIREDO, S.L. (org) **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém:UFPA/NAEA, 1999. p. 51-74.

CORBIN, Alain.**O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo:Companhia das Letras, 1989.

CORDOVIL, J. C. da Silva; SOUZA, J.A.A. **Política Pública e Atividade Turística como Estratégia de Gestão do Território: uma contribuição a partir do Desenvolvimento Sócio-espacial**, 2007 In: X Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2007.

CORRÊA, M.T. **Ribeirinhos do rio madeira**. 2003. (mimeo).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, Sílvia H.R. Turismo na Ilha de Cotijuba sob a percepção de seus residentes. **Revista Turismo em análise**. São Paulo, v.7, nº 2, maio, 1996.

CRUZ, Sílvia H.R. Turismo: a percepção dos residentes da vila do Pesqueiro, Município de Soure, Ilha do Marajó/PA. In: FIGUEIREDO, S.L (org) **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**, Belém/UFPA/NAEA, 1999. p.154-174.

DAMIANI, A. L. Geografia política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA, N.N; OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 17-26.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, C. A.(Orgs) **Espaço e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 47-124.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NAUPAUB/ USP, 1995.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FALEIROS, Vicente de.Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FIGUEIREDO, Sílvio.José Lima de. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: \_\_\_\_\_ (org) **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**, Belém/UFPA/NAEA, 1999. p.75-126.

FIGUEIREDO, Sílvio.José Lima de. **Turismo e cultura: mudança cultural em Soure (Marajó/PA) em decorrência da Exploração do turismo**. 1998. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1998.

FIGUEIREDO, Sílvio.José Lima de. Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no Município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico In: LEMOS, A. I.G. (Org.) **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 207-222.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, política de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

GIDDENS, A. **As conseqüências das modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.



- GOMES, Paulo César da. **Geografia e Mordenidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- GUERRA, A.T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 8 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- HALL, C. Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos [Trad. Edite Sciulli] 2ªed. São Paulo: Contexto, 2004.
- HAGE, Dionísio. **Estudos paraenses e amazônicos**. 2 ed. Belém: Distribel, 2003, p. 86. 184p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaços e debates**, São Paulo, nº39, 1996. p.48-64.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HÉBETTE, J. Terra “pra burro” no Pará. \_\_\_\_\_(Org). **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. vol. 4. Belém: EDUFPA, 2004a.p.43-50.
- HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. \_\_\_\_\_. (Org) **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. vol. 4. Belém: EDUFPA, 2004b. p.123-138.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona:Península, 1977
- HESS, Remy. La méthode d’ Henri Lefebvre. (mimeo).
- LAGE, Beatriz H.G; MILONE, Paulo C. **Economia do turismo**. . São Paulo: Atlas, 1994.
- LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva ou flexibiliade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial In:VAILADARES, L; PRETECEILLE (COORD.) **Reestruturação Urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990. p. 17-43.
- LEFEBVRE, Henri.**O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La production de L' espace**. Paris: Anthropos, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: ediciones península, 1976.

LIMONAD, Éster; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre In: LIMONAD, Éster (Org). **Entre a ordem próxima e a ordem distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECCEL, 2003, p. 15-34. CD-ROM

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba - SP. Campinas: UNICAMP, ago. 1999. 219f. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do IFICS-Unicamp). Orientação: Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 136-154

KNAFOU, Rémy. Por um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido restrito do termo**. [Trad. Celina Cavalcante Falck] Rio de Janeiro: Record, 1977. p.16-35.

MALHEIRO, B.C.P. **Da representação do espaço ao espaço da representação**: a orla fluvial de Belém e a dimensão ribeirinha do cotidiano urbano. Belém/PA, 2004. Relatório de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq) Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Pará.

MARCO PÓLO. **O livro das maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MARIN, R.E.; PINTO, M.R.; MONTEIRO, E. Portos e trapiches: espelho de Belém e das comunidades negras rurais In: TRINDADE JR, S.C.; SILVA, M.A.P. **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005. p.130-144.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre In: \_\_\_\_\_(org) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p 13-24.

MAUÉS, R.H. **Uma outra "invenção" da Amazônia**: religiões, histórias, identidade. Belém: Cejup, 1999.

MINAYO, M.C.S (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NAEA/UFPA. **Relatório do projeto MEGAM** – Estudo das mudanças sócio-ambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2005.

NASCIMENTO, José Lúcio Bentes do. **O processo de desenvolvimento do turismo em São Domingos do Capim/PA a partir do fenômeno desencadeador “Surfe na pororoca”**. 2004. 129 f. (Dissertação) Universidade do Vale do Itajaí: Centro de Educação Balneário Camboriú, 2004.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.39, n°1, p.13-37, 1996.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. **Introducción al turismo**. Madri, 1998.

PADILHA, Oscar de La Torre. **El turismo: fenômeno social**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

PARÁ. Coordenadoria de Comunicação Social do Governo do Pará. São Domingos do Capim. **Boletim do surf na pororoca**. n .01, abril, 2005, p.1-5.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Relatório 2004**. Belém: PARATUR, 2004.

PARÁ. **Projeto novo Pará**. Disponível em <http://www.jatene45.com.br/novopara.asp> Acesso em 25/out/2002.

PARÁ. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Seção de sensoramento de queimadas**. Pará, 2003.

PARÁ. Instituto Desenvolvimento Econômico e Social do Pará. **Setor de coleta e tratamentos de dados**, 1996.

PINTO, Paulo Moreira. Unidades de conservação da Amazônia: o ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA In: COELHO, M. C. N; SIMONIAN, L. T.; FERZL, N.(Orgs). **Estado e política públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup:UFPA-NAEA, 2000.p. 55-70.

PIRES, Paulo.Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. 10 ed. Rio de Janeiro: Camus, 1989.

POSSAS, Mário.Luiz. Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial. Implicações para o Brasil. In: \_\_\_\_\_(Org). **Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças**. Rio de Janeiro: Fórum Universitário, 1996. p.71–117.

QUARESMA, Helena Doris de A. Barbosa. **O desencanto da Princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá**. 2000. 256 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

QUARESMA, Helena Doris de A. Barbosa. Unidades de conservação, pescadores e turismo: a experiência da Área de Proteção Ambiental Algodoal/Maiandeuá(PA) In: COELHO *et*

al(orgs) **Estado e política públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup:UFPA-NAEA, 2000b. p 71-82.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do romantismo até nossos dias. São Paulo, 1991. Cap.VIII Maurice Merleau-Ponty: entre o existencialismo e a fenomenologia. p.613-620.

RIEPEER, A. **A economia ribeirinha e os tempos da natureza**. 2003 (mimeo).

ROCHA, Genylton O. R. da. Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas públicas planejadas pela SUDAM. in: RODRIGUES, Adyr B. (org). **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997, p.161-177.

RODRIGUES, Adir Balestreri (Org.) **Turismo e espaço**: rumo ao conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997a.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo local: oportunidade para inserção In: \_\_\_\_\_ (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997b. p. 55-64.

ROSENDAHL, Z. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. et al. **Explorações geográficas**: percursos do fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.p.119-154.

SANCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação**: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Porto Alegre: ANPPUR, 1999. (mimeo).

SANCHEZ, Fernanda. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SARGES, M.N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SEABRA, Odete. O pensamento de Henri Lefebvre e a geografia. **Boletim de geografia**. Nº 74. São Paulo: AGB, 1996a, p. 7-22.

SEABRA, Odete. A insurreição do uso. In: MARTINS, J.S(org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996b, p. 71-86.

SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos lugares à produção local do turismo In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 36-45.

SILVA, M.A.P.; MALHEIRO, B.C.P. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivências na diferença In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M.A.P. (Orgs) **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p.145-169.

SILVA, M. G., GORETTI, **Educação Ambiental: processo de inclusão de saberes diversos para o manejo sustentável dos recursos na área da pesca**, 2005. Projeto de pesquisa. UEPA, 2005.

SIMONIAN, L. T Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N; SIMONIAN, L. T.; FERZL, N.(Orgs). **Estado e política públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**.Belém: Cejup:UFPA-NAEA, 2000. p 9-54.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SONEIRO, J.C. **A aproximacion a la geografia del turismo**. Espanha: Editorial Sentesis, 2004.

SOUZA, Jorge Alex de Almeida. **As representações sociais da pororoca no cotidiano dos moradores de São Domingos do Capim(Pará) e o turismo**. Monografia de especialização. 90 f. Centro Socioeconômico. Curso de Turismo, UFPA, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3 ed. ver. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento Local**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Ady Balastrieri (org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 17-22.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista território**, ano II, nº 3, jul./dez. 1997b.

TERRA. **A fúria da pororoca**. Ano 8. nº6. Edição 86, junho, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História oral.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE JR, S. C.; SANTOS, E.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M.A.P. (Orgs) **Belém: a cidade e o rio na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2005. p.12-13.

TRINDADE JR, S. C. Cidade e cultura na Amazônia: práticas e representações espaciais na orla fluvial de Belém (PA) In: VALENÇA, M.; COSTA, M. (Orgs). **Espaço, cultura e representação.** Natal, RN: EDUFRN, 2005. p. 123-150.

TRINDADE JR, S.C. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **Revista cidades.**? v.1, n.2, p. 241-258, 2004.

TRINDADE JR, S. C. **Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia:** uma leitura a partir de suas orlas fluviais. Belém:UFPA, 2003 (mimeo).

TRINDADE JR, S.C. Belém: forma metropolitana e cotidianidade na Amazônia brasileira. **Revista humanitas.** Belém, v.15, n.2, p.143-158, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa educativa em educação.São Paulo: Atlas, 1985.

TUAN, YI-FU. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

URRY, John. **O olhar do turista.** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Sesc, 1996.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p 75-104.

# APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: AS REPERCUSSÕES SÓCIOESPACIAIS DO TURISMO EM  
SÃO DOMINGOS DO CAPIM  
DISCENTE: JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA  
ORIENTADOR: PROFº DRº SAINT-CLAIR C. TRINDADE Jr.

#### **A) ROTEIRO DE ENTREVISTA: POPULAÇÃO LOCAL**

- 1- O que acontece na cidade no período do festival da pororoca? É bom ou ruim?
- 2- Qual a importância desse acontecimento para quem mora em São Domingos do Capim?
- 3- O que é a pororoca?
- 4- Como era a pororoca antes do turismo?
- 5- O que mudou?
- 6- O que você acha da divulgação turística da cidade para o Brasil e para o mundo?
- 7- Qual a sua opinião sobre a coincidência de realização do festival como período da quaresma?
- 8- Você acha que a pororoca é o símbolo da cidade? Por quê?
- 9- Qual (is) a(s) principal(is) modificação(ões) que o turismo ocasionou no Município e na vida da população local? Isto é bom ou ruim?
- 10- Qual o papel do Estado e da Prefeitura no planejamento do turismo na cidade?
- 11- Este planejamento na cidade é democrático e participativo? Você é chamado para dar opinião e expor suas necessidades no planejamento do turismo no Município?
- 12- Você acha que o turismo é um instrumento de desenvolvimento na cidade? Por quê?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: AS REPERCUSSÕES SÓCIOESPACIAIS DO TURISMO EM  
SÃO DOMINGOS DO CAPIM

DISCENTE: JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA  
ORIENTADOR: PROFº DRº SAINT-CLAIR Jr.

### **B) ROTEIRO DE ENTREVISTA: TURISTA**

- 1- O que fez você vir a São Domingos do Capim?
- 2- O que é a pororoca?
- 3- Durante o festival o que você faz como atividade de lazer e entretenimento?
- 4- Você pretende surfar a pororoca?
- 5- O que você pretende fazer além de apreciar a pororoca?
- 6- Qual a sua impressão da cidade? Corresponde ao marketing desenvolvido?
- 7- Qual a sua opinião sobre a coincidência de realização do festival da pororoca com o período da quaresma na cidade?
- 8- Você acha que o turismo pode proporcionar ao Município alternativa de desenvolvimento mais justo e equilibrado? Por quê?
- 9- Você acha que o turismo está sendo desenvolvido de maneira adequada na cidade?
- 10- Qual(is) a(s) maior(es) dificuldades de fazer turismo na cidade?
- 11- Qual(is) a(s) sugestão(ões) para melhorar o turismo no Município?
- 12- A atividade do turismo beneficia principalmente a que pessoas? Por quê?
- 13- O turismo tem trazido melhorias para o Município? Por quê?
- 14- O turismo tem trazido problemas para o Município? Quais?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: AS REPERCUSSÕES SÓCIOESPACIAIS DO TURISMO EM  
SÃO DOMINGOS DO CAPIM

DISCENTE: JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA  
ORIENTADOR: PROFº DRº SAINT-CLAIR Jr.

### **C. ROTEIRO DE ENTREVISTA: PATROCINADORES**

1. Como foi a idéia de patrocinar o evento em São Domingos do Capim?
2. Qual o objetivo de veicular sua marca durante o evento na cidade?
3. Essa iniciativa está se desenvolvendo de forma satisfatória para sua empresa?
4. Sua empresa pretende investir em alguma atividade econômica na cidade? Por quê?
5. Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) de investimento empresarial na cidade?
6. Qual a sua opinião sobre o turismo na cidade?
7. O que é a pororoca para sua empresa?
8. Qual a sua opinião sobre o papel desempenhado pelo Estado e pela Prefeitura local na realização do evento?
9. O turismo está sendo planejado de maneira adequada na cidade?
10. Qual(is) a(s) sugestão(ões) para melhorar o turismo na cidade?
11. Quais as vantagens do turismo para a população local?
12. Quais as desvantagens do turismo para a população local?
13. O turismo tem trazido melhorias para o Município? Quais?
14. O turismo tem trazido problemas para o Município? Quais?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: AS REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO TURISMO EM  
SÃO DOMINGOS DO CAPIM

DISCENTE: JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA  
ORIENTADOR: PROFº DRº SAINT-CLAIR Jr.

#### **D) ROTEIRO DE ENTREVISTA: ORGANIZADORES (ESTADO)**

1. Como surgiu a idéia de desenvolver o evento na cidade?
2. Qual o objetivo do Estado na realização do evento?
3. Qual a função do Estado no planejamento e execução do evento na cidade?
4. Ao longo desses anos de evento como é desenvolvida a parceria com a prefeitura local?
5. Como se efetiva a participação dos moradores locais nas atividades desenvolvidas?
6. O que é a pororoca?
7. Qual a sua avaliação sobre desenvolvimento do turismo na cidade?
8. Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) ao desenvolvimento do turismo local?
9. Com a saída do campeonato de surf na pororoca em São Domingos do Capim qual a atitude do Estado com relação ao turismo na cidade?
10. Qual(is) a(s) vantagem(ns) do Município de Chaves com relação a São Domingos do Capim na realização do campeonato de surf na pororoca?
11. Quais as vantagens do turismo para a população local?
12. Quais as desvantagens do turismo para a população local?
13. O turismo tem trazido melhorias para o Município? Quais?
14. O turismo tem trazido problemas para o Município? Quais?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
PROJETO DE PESQUISA: AS REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS DO TURISMO EM  
SÃO DOMINGOS DO CAPIM

DISCENTE: JORGE ALEX DE ALMEIDA SOUZA  
ORIENTADOR: PROFº DRº SAINT-CLAIR Jr.

### **E) ROTEIRO DE ENTREVISTA: ORGANIZADORES (PREFEITURA)**

1. Como surgiu a idéia de desenvolver o evento na cidade?
2. Qual o objetivo da prefeitura na realização do evento?
3. Qual a função da prefeitura no planejamento e execução do evento na cidade?
4. Ao longo desses anos de evento como é desenvolvida a parceria com Estado (SEEL OU PARATUR)?
5. Como se efetiva a participação dos moradores locais nas atividades desenvolvidas?
6. O que é a pororoca?
7. Qual a sua avaliação sobre desenvolvimento do turismo na cidade?
8. Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) ao desenvolvimento do turismo local?
9. Com a saída do campeonato de surf na pororoca em São Domingos do Capim qual a atitude da prefeitura com relação ao turismo na cidade?
10. Qual(is) a(s) vantagem(ns) do Município de Chaves com relação a São Domingos do Capim na realização do campeonato de surf na pororoca?
11. Quais as vantagens do turismo para a população local?
12. Quais as desvantagens do turismo para a população local?
13. O turismo tem trazido melhorias para o Município? Quais?
15. O turismo tem trazido problemas para o Município? Quais?

# **ANEXOS**

## ANEXO 1

ANEXO I AO CONVÊNIO FDE Nº 601 /02

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



PROJETO: "Urbanização da Orla Fluvial".

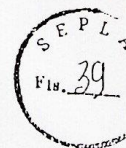
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias

FONTE DE RECURSOS	PARCELAS	VALOR (em RS 1,00)
ESTADO - FDE	1ª	150.000
	2ª	150.000
		300.000
MUNICÍPIO-RECURSOS PRÓPRIOS	1ª	15.000
	2ª	15.000
SUB-TOTAL/MUNICÍPIO		30.000
TOTAL		330.000

## ANEXO 2

ANEXO II AO CONVÊNIO FDE Nº 601 /02

## PLANO DE APLICAÇÃO



**PROJETO:** "Urbanização da Orla Fluvial".

**DISCRIMINAÇÃO:** "Urbanização da orla fluvial, na sede do município, implantação de passarela com guarda-corpo, praça, instalação elétrica, arborização e jardinagem, com execução dos seguintes serviços:

**1 - PASSARELA**

- 1.1 - Serviços preliminares
- 1.2 - preparação
- 1.3 - Infra-estrutura
- 1.4 - alvenaria
- 1.5 - guarda corpo
- 1.6 - pavimentação
- 1.7 - pintura

**2 - PRAÇA**

- 2.1 - Serviços preliminares;
- 2.2 - Preparação do terreno; 2.3 - pavimentação, 2.4- drenagem; 2.5 - elementos decorativos; 2.6 - quiosque;

**3 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA:**

- 3.1 - Iluminação pública

- 4- ARBORIZAÇÃO/JARDINAGEM:** 4.1- Instalação de grade protetora; 4.2 - insumos; 4.3- preparo do terreno; 4.4- plantio e Limpeza final".

CÓDIGO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS	VALOR (em R\$ 1,00)
444051	Obras e Instalações	Contrapartida do Estado / FDE	300.000
4120	Obras e Instalações	Município/ Recursos Próprios	30.000
<b>TOTAL</b>			<b>330.000</b>